

**INSTITUTO FEDERAL**  
**SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**Florianópolis, março de 2016**

**105**  
ANOS

REDE FEDERAL  
DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA  
1909-2014

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Florianópolis, março de 2016

## CONSELHO SUPERIOR

### Presidente:

Maria Clara Kaschny Schneider  
Silvana Rosa Lisboa de Sá - Substituta Legal

### CONSELHEIROS:

<b>Titulares</b>	<b>Representação</b>	<b>Suplentes</b>
Francisco José Montório Sobral	MEC	Oiti José de Paula
Edna Corrêa Batistotti	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO	Ramiro Marinho Costa
Sérgio Luiz Gargioni	FAPESC	Alba Terezinha Schlichting
Antônio José Carradore	FIESC	Maurício Capra Pauletti
Tarcísio Schmitt	FHORESC	Estanislau Emílio Bresolin
Marcos Dorval Schmitz	CSP	Marival Coan
Carlos Alberto Lopes Figueiredo	CUT	Ilone Moriggi
Luís Carlos Martinhago Schlichting	DOCENTE	Hélio Ormeu Ribeiro
Adriano Antunes Rodrigues	DOCENTE	Anjeeri Luiz Sadzinski
Cleverson Tabaiara Vianna	DOCENTE	Antônio Galdino da Costa
Volnei Velleda Rodrigues	DOCENTE	Mathias Alberto Schramm
Carmem Cristina Beck	DOCENTE	Felipe Schneider Costa
Karla Viviane Garcia Moraes	TAE	Cristiane Laurentino Silva
Cândido Rodrigo Gomes da Silva	TAE	Douglas Deni Alves
Dulce Clea Bradacz	TAE	Jaciara Medeiros
André Dala Possa	TAE	Andreia Willrich
Lucas Fernandes da Silva	TAE	Fúlvio Marcelo Popiolski
Marlon Vito Fontanive	DIRETOR DE CÂMPUS	Juarez Pontes
Telma Pires Pacheco de Amorim	DIRETOR DE CÂMPUS	Rita de Cássia Flor
Diego Albino Martins	DIRETOR DE CÂMPUS	Carlos Alberto Souza
Cedenir Buzanelo Spillere	DIRETOR DE CÂMPUS	Olivier Allain
Albertinho Della Giustina	DIRETOR DE CÂMPUS	Raquel Matvs Cardenuto
Murielk Sebriam Valvassore	DISCENTE	Antônio Marcos Malachovski
Lidiane Dias Andrade	DISCENTE	Guerrando Palei Júnior
Sarah Orthmann Tavernard De Alencar	DISCENTE	-
Allon Soares da Silva	DISCENTE	-
Luiz Fabiano Padilha Fernandes	DISCENTE	-
Rodrigo Rihl de Azambuja	EGRESSO	Patrick Pirolo
Cesar Norberto Rihl de Azambuja	EGRESSO	-

## **REITORIA DO IFSC**

Reitora  
Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva  
Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração  
Elisa Flemming Luz

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional  
Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Ensino  
Daniela de Carvalho Carrelas

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas  
Golberi de Salvador Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação  
Mário de Noronha Neto

### **DIRETORES-GERAIS DOS CÂMPUS**

Diretor-Geral do Câmpus Araranguá  
Mirtes Lia Pereira Barbosa

Diretor-Geral do Câmpus Caçador  
Eduardo Nascimento Pires

Diretora-Geral do Câmpus Canoinhas  
Maria Bertília Oss Giacomelli

Diretor-Geral do Câmpus Chapecó  
Mauro Ceretta Moreira

Diretora-Geral do Câmpus Criciúma  
Cedenir Buzanelo Spillere

Diretor-Geral do Câmpus Florianópolis  
Maurício Gariba Junior

Diretora-Geral do Câmpus Florianópolis - Continente  
Nelda Plentz de Oliveira

Diretora-Geral do Câmpus Garopaba  
Telma Pires Pacheco

Diretor-Geral do Câmpus Gaspar  
Sérgio Seitsi Uda

Diretor-Geral do Câmpus Itajaí  
Carlos Alberto Souza

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul  
Erci Schoenfelder

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul - RAU  
Marlon Vito Fontanive

Diretor-Geral do Câmpus Joinville  
Maurício Martins Taques

Diretora-Geral do Câmpus Lages  
Raquel Matys Cardenuto

Diretor-Geral do Câmpus Palhoça-Bilíngue  
Vilmar Silva

Diretor-Geral do Câmpus São José  
Marcílio Lourenço da Cunha

Diretor-Geral do Câmpus São Miguel do Oeste  
Diego Albino Martins

Diretor-Geral do Câmpus Urupema  
Marcos Roberto Dobler Stroschein

Diretora-Geral do Câmpus Xanxerê  
Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz

Diretor-Geral do Câmpus São Carlos  
Juarez Pontes

Diretora Geral do Câmpus Tubarão  
Rita de Cássia Flor

Diretor-Geral do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste  
Fábio Zanella

## **EXPEDIENTE**

## **CONSOLIDAÇÃO**

Diretoria de Gestão do Conhecimento  
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os servidores que integram o Instituto Federal de Santa Catarina, pelo fornecimento de dados e informações e efetiva contribuição no desenvolvimento do processo de elaboração do presente Relatório de Gestão.

A todos os integrantes da comunidade acadêmica e da comunidade externa, pela participação nos resultados alcançados durante o exercício de 2015.

## **MISSÃO:**

PROMOVER A INCLUSÃO E FORMAR CIDADÃOS, POR MEIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, GERANDO, DIFUNDINDO E APLICANDO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL.

## **VISÃO:**

SER INSTITUIÇÃO DE EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, FUNDAMENTADA NA GESTÃO PARTICIPATIVA E NA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

## **VALORES:**

**Ética**, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.

**Compromisso Social**, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.

**Equidade**, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.

**Democracia**, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.

**Sustentabilidade**, pautada pela responsabilidade social e ambiental.

**Qualidade**, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais



**INSTITUTO FEDERAL**  
**SANTA CATARINA**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº72/2013, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº244/2011; Decisões Normativas TCU nº146/2015, nº 147/2015; Portaria nº321/2015 emitida pelo TCU e Portaria nº522/2015 emitida pela CGU.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	21
1.1 Finalidade e competências.....	21
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	22
1.3 Ambiente de atuação.....	23
1.3.1 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação.....	23
1.3.2 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada.....	24
1.3.4 Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação.....	25
1.3.5 Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio.....	25
1.3.6 Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.....	26
1.3.6 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los.....	27
1.3.7 Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios.....	27
1.4 Organograma.....	27
1.5 Macroprocessos finalísticos.....	34
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	36
2.1 Planejamento Organizacional.....	36
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	46
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	50
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	50
2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	53
2.2 Desempenho Orçamentário.....	53
2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	53
2.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	53
2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	65
2.2.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	65
2.2.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	65
2.3 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	66
2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	66
2.3.2 Informações sobre a realização das receitas.....	66
2.3.3 Informações sobre a execução das despesas.....	66
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	71
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	74
2.4.1.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N°2.267/2005.....	74
2.4.1.2 Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão do IFSC.....	75
2.4.1.2.1 Contextualização do Cenário Institucional no Exercício 2015.....	75
2.4.1.2.2 Análise dos Indicadores de Gestão.....	76
2.4.1.2.2.1 Indicadores Acadêmicos.....	76
2.4.1.2.2.2 Indicadores Administrativos.....	77
2.4.1.2.2.3 Indicador de Gestão de Pessoas.....	77
2.4.1.2.2.4 Indicadores Socioeconômicos.....	77
2.4.1.2.3 Metodologia de Composição dos Indicadores.....	78
2.4.1.2.3.1 Terminologia.....	78
2.4.1.2.4 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão - Exercício 2015.....	79
2.4.1.3 INDICADORES sociais dos discentes.....	82
2.4.1.3.1 Pessoas com Necessidades Específicas - alunos matriculados.....	82
2.4.1.3.2 FAIXA ETÁRIA - alunos matriculados.....	83

2.4.1.3.3 GÊNERO - alunos matriculados.....	83
2.4.1.3.4 RAÇA AUTODECLARADA - alunos ingressantes.....	83
2.4.1.3.5 Ocupação Principal - alunos ingressantes.....	84
2.4.1.3.6 Procedência Domiciliar alunos ingressantes.....	84
2.4.1.3.7 Procedência Escolar - alunos ingressantes.....	84
2.4.1.4 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS.....	85
2.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	85
3 GOVERNANÇA.....	86
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	86
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna.....	89
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	94
3.4 Gestão de riscos e controles internos.....	94
3.5 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	97
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	97
4.1 Canais de acesso do cidadão.....	97
4.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	97
4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários.....	98
4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	98
4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	98
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	100
5.1 Desempenho financeiro no exercício.....	100
5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	100
5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	101
5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	101
6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	128
6.1 Gestão de pessoas.....	128
6.1.1 composição da força de trabalho.....	128
6.1.2 distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas.....	128
6.1.3 relação entre servidores efetivos e temporários.....	130
6.1.4 conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim.....	130
6.1.5 qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.....	130
6.1.5.1 Qualificação da força de trabalho.....	130
6.1.5.2 Tempo para aposentadoria.....	133
6.1.5.3 Faixa etária dos servidores.....	133
6.1.6 Política de capacitação e treinamento do pessoal.....	134
6.1.7 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.....	135
6.1.8 Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los.....	135
6.1.9 indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.....	136
6.1.10 Estrutura de pessoal da unidade.....	138
Análise Crítica.....	139
6.1.11 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	140
6.1.13 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	141
6.1.14 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	146
6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	146
6.2.1 Gestão da frota de veículos.....	146

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	149
6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	149
6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	153
6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	157
6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.....	158
6.3 Gestão da tecnologia da informação.....	161
6.4 Gestão ambiental e sustentabilidade.....	169
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	171
7.1 Tratamento de determinações do TCU.....	171
7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	171
7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	172
7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	172
7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	173
7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	177
8 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE.....	179
8.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.....	179
8.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	179
8.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	180
8.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	180
8.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	180
8.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.....	181
9 PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....	182
9.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	182
9.2 ESTRUTURA E ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	182
9.3 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO IFSC.....	183
9.4 MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES.....	183
9.5 COMUNICAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA.....	183
9.6 INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE EXECUÇÃO DO PAINT/2015.....	183
9.7 PARECER.....	186
10 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO .....	187
11 RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE .....	188
12 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994.....	189
13 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	191
13.1 Dados acadêmicos .....	191
13.1.1 Acervo Bibliográfico .....	191
13.1.2 Oferta formativa do IFSC.....	192
13.1.3 PRONATEC Bolsa Formação.....	193
13.1.4 Ações afirmativas do IFSC.....	194
13.1.5 Programa mulheres SIM.....	194
13.1.6 Dados da Extensão no IFSC.....	195
13.1.6 Oferta de bolsas de Pesquisa.....	198
13.1.7 Quantitativo de grupos e projetos de pesquisa.....	199

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores ambientais externos.....	25
Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	30
Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos.....	34
Quadro 4 - Objetivos Estratégicos para o quinquênio 2015-2019.....	41
Quadro 5 - Projetos cadastrados X Objetivos Estratégicos (Reitoria).....	46
Quadro 6 - Projetos cadastrados X Objetivos Estratégicos (Câmpus).....	48
Quadro 7 - Ação do OFSS/20RJ.....	54
Quadro 8 - Ação do OFSS/20RG.....	55
Quadro 9 - Ação do OFSS/20RL.....	56
Quadro 10 - Ação do OFSS/2994.....	56
Quadro 11 - Ação do OFSS/6380.....	57
Quadro 12 - Ação do OFSS/4572.....	58
Quadro 13 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS.....	60
Quadro 14 - Ações de Investimento/20RG.....	60
Quadro 15 - Ações de Investimento/20RL.....	61
Quadro 16 - Ações de Investimento/2994.....	61
Quadro 17 - Ações de Investimento/6380.....	62
Quadro 18 - Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	65
Quadro 19 - Realização das receitas.....	66
Quadro 20 - Despesas por modalidade de contratação.....	66
Quadro 21 - Despesas por grupo e elemento de despesa .....	67
Quadro 22 - Concessão de suprimento de fundos.....	69
Quadro 23 - Utilização de suprimento de fundos.....	69
Quadro 24 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	70
Quadro 25 - Indicadores do IFSC.....	72
Quadro 26 - Resultados dos Indicadores - Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	75
Quadro 27 - Renda per Capita Familiar - Salário Mínimo.....	75
Quadro 28 - Terminologia para indicadores.....	78
Quadro 29 - Indicadores alunos .....	79
Quadro 30 - Indicadores docentes.....	80
Quadro 31 - Indicadores financeiros.....	80
Quadro 32 - Pessoas com Necessidades Específicas.....	83
Quadro 33 - Faixa Etária.....	83
Quadro 34 - Gênero.....	83
Quadro 35 - Raça Autodeclarada.....	84
Quadro 36 - Ocupação Principal.....	84
Quadro 37 - Procedência Domiciliar.....	84
Quadro 38 - Procedência escolar.....	84
Quadro 39 - Resumo dos relatórios de Auditoria.....	90
Quadro 40 - Volume de recursos auditados.....	91
Quadro 41 - Atividades previstas x atividades realizadas .....	92
Quadro 42 - Elementos do Sistema de controle internos do IFSC.....	95
Quadro 43 - Balanço Financeiro.....	102
Quadro 44 - Balanço Orçamentário.....	103
Quadro 45- Balanço Patrimonial.....	105
Quadro 46 - Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	107
Quadro 47 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	109
Quadro 48 - Revisão Analítica do Ativo.....	111

Quadro 49 - Revisão Analítica do Passivo Circulante e Não Circulante.....	112
Quadro 50 - Revisão Analítica do Patrimônio Líquido.....	113
Quadro 51 - Revisão Analítica das Variações Patrimoniais Aumentativas.....	114
Quadro 52 - Revisão Analítica das Variações Patrimoniais Diminutivas.....	121
Quadro 53 - Composição da Força de trabalho do IFSC .....	128
Quadro 54 - Distribuição da força de trabalho.....	129
Quadro 55 - Quadro de Referência dos TAEs.....	130
Quadro 56 - Qualificação da força de trabalho docentes.....	131
Quadro 57 - Qualificação da força de trabalho Técnicos-Administrativos .....	132
Quadro 58 - Qualificação da força de trabalho professor substituto.....	133
Quadro 59 - Faixa etária dos servidores do IFSC.....	134
Quadro 60 - Quadro de referência TAE.....	137
Quadro 61 - Força de Trabalho da UPC.....	138
Quadro 62 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	138
Quadro 63 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	139
Quadro 64 - Despesas do pessoal.....	140
Quadro 65 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	141
Quadro 66 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	143
Quadro 67 - Custos com Estagiários.....	146
Quadro 68 - Quantitativo de veículos do IFSC.....	147
Quadro 69 - Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos.....	148
Quadro 70 - Idade média da frota por grupo de veículos.....	148
Quadro 71 - Custos associados a manutenção da frota de veículos.....	148
Quadro 72 - Distribuição geográfica dos imóveis.....	150
Quadro 73 - Informações sobre locação.....	151
Quadro 74 - Despesas com manutenção.....	152
Quadro 75 - Imóveis objeto de cessão.....	153
Quadro 76 - Identificação dos Cessionários .....	154
Quadro 77 - Foma de cessão, finalidade e prazo.....	154
Quadro 78 - Caracterização do espaço cedido; benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido; tratamento contábil dos benefícios recebidos;.....	155
Quadro 79 - Quantidades de imóveis e localização locados de terceiros.....	157
Quadro 80 - Valores da locação e da necessidade.....	157
Quadro 81 - Obras do Câmpus Araranguá.....	158
Quadro 82 - Obras do câmpus Criciúma.....	158
Quadro 83 - Obras do câmpus Florianópolis -Continente.....	158
Quadro 84 - Obras do câmpus Florianópolis.....	158
Quadro 85 - Obras do câmpus Gaspar .....	159
Quadro 86 - Obras do câmpus Garopaba.....	159
Quadro 87 - Obras do câmpus Itajaí.....	159
Quadro 88 - Obras do Câmpus Joinville.....	159
Quadro 89 - Obras do câmpus Lages.....	159
Quadro 90 - Obras do câmpus Palhoça.....	160
Quadro 91 - Obras do câmpus São Carlos.....	160
Quadro 92 - Obras do câmpus São José.....	160
Quadro 93 - Obras do câmpus São Miguel do Oeste.....	160
Quadro 94 - Obras do Câmpus Tubarão.....	160
Quadro 95 - Principais sistemas do IFSC .....	162
Quadro 96 - Descrição do Plano de Capacitação do Pessoal de TI.....	165
Quadro 97 - Distribuição do quadro de TI.....	166
Quadro 98 - Projetos desenvolvidos no período.....	167
Quadro 99 - Transferência de conhecimento do SIG.....	169
Quadro 100 - Aspectos da gestão ambiental e Licitações Sustentáveis.....	170
Quadro 101 - Detalhamento dos contratos.....	173

Quadro 102 - Despesas com publicidade e propaganda.....	178
Quadro 103 - Atividades previstas e realizadas pela UNAI.....	184
Quadro 104 - Valores Financeiros auditados .....	185
Quadro 105 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	189
Quadro 106 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio.....	190
Quadro 107 - Acervo Bibliográfico.....	191
Quadro 108 - Oferta formativa do IFSC.....	192
Quadro 109 - PRONATEC bolsa Formação.....	193
Quadro 110 - Ações afirmativas do IFSC.....	194
Quadro 111 - Programa Mulheres Sim.....	195
Quadro 112 - Projetos de Extensão no IFSC.....	196
Quadro 113 - Oferta de bolsas de pesquisa no IFSC.....	198
Quadro 114 - Dados da pesquisa no IFSC.....	199

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição Geográfica do IFSC.....	24
Figura 2 - Organograma do IFSC.....	29
Figura 3 - Mapa Estratégico do IFSC.....	40
Figura 4 - Desdobramento do objetivo estratégico.....	43
Figura 5 - Planejamento Estratégico X Planos Anuais de Trabalho.....	44
Figura 6 - PE X PAT - Iniciativas estratégicas .....	46
Figura 7 - Programas do PPA .....	52
Figura 8 - Estrutura de governança do IFSC.....	86
Figura 9 - previsto x realizado no PAINT/2015.....	94
Figura 10 - Acórdãos e determinações emitidas em 2015.....	171
Figura 11 - Previsto x Realizado no PAINT 2015.....	185
Figura 12 - Evolução da extensão no IFSC.....	197
Figura 13 - Investimentos da PROEX em bolsas de alunos e coordenadores de projetos.....	197

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

**A3P** - Agenda Ambiental na Administração Pública  
**AGU** - Advocacia-Geral da União  
**CAPES** - Coordenadoria de Financiamento de Pessoal de Nível Superior  
**CDP** - Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas  
**CEFET-SC** - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina  
**CEPE** - Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão  
**CERFEAD** - Centro de Referência em Formação e Educação a Distância  
**CERTIFIC** - Rede Nacional de Certificação Profissional  
**CGU** - Controladoria Geral da União  
**CÂMPUS** - Forma aportuguesada de *campi* ou *campus*  
**CNPJ** - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica  
**CONAES** - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
**CONIF** - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal  
**CONSUP** - Conselho Superior do IFSC  
**CONTRAN** - Conselho Nacional de Trânsito  
**CPA** - Comissão Própria de Avaliação  
**CPF** - Cadastro de Pessoas Físicas  
**CS** - Conselho Superior do IFSC  
**CTI** - Comitê de Tecnologia da Informação  
**DE** - Dedicção Exclusiva  
**DEING** - Departamento de Ingresso  
**DDR** - Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de EPCT  
**DGC** - Diretoria de Gestão do Conhecimento  
**DGP** - Diretoria de Gestão de Pessoas  
**DINTER** - Programa de Doutorado Interinstitucional  
**DIRCOM** - Diretoria de Comunicação  
**DOF** - Departamento de Orçamento e Finanças  
**DPVAT** - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres  
**DTIC** - Diretoria de Tecnologias da Informação e Comunicação  
**EAD** - Ensino a Distância  
**EJA** - Educação de Jovens e Adultos  
**ENAP** - Escola Nacional de Administração Pública  
**EPCT** - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica  
**EPT** - Educação Profissional e Tecnológica  
**E-TEC** - Educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância do Governo Federal  
**FAPESC** - Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina  
**FEESC** - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina  
**FIC** - Formação inicial e continuada  
**GRU** - Guia de Recolhimento da União  
**IEA** - Índice de Eficiência Acadêmica  
**IFET** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
**IFSC** - Instituto Federal de Santa Catarina  
**IN** - Instrução Normativa  
**IRFE** - Índice de Retenção do Fluxo Escolar  
**ITCD** - Índice de Titulação do Corpo Docente  
**JIFSC** - Jogos do Instituto Federal de Santa Catarina  
**LOA** - Lei Orçamentária Anual  
**MEC** - Ministério da Educação  
**MPOG** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



**NAPNE** - Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas  
**OFSS** - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
**PAD** - Procedimento Administrativo Disciplinar  
**PAEVS** - Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social  
**PAINT** - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna  
**PASEP** - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
**PDI** - Plano de Desenvolvimento Institucional  
**PDTI** - Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
**PGF** - Procuradoria-Geral Federal  
**PJ** - Pessoa Jurídica  
**PNE** - Pessoas com Necessidades Específicas  
**PPP** - Parceria Público-Privada  
**PRODIN** - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
**PROEJA** - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
**PROEN** - Pró-Reitoria de Ensino  
**PROEX** - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas  
**PROFORBAS** - Programa de Formação da Educação Básica  
**PRONATEC** - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
**PROPPI** - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
**RAD** - Relação Aluno/Docente  
**RAINT** - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna  
**RCA** - Relação Concluinte/ Aluno  
**RCV** - Relação Candidato/Vaga  
**RIA** - Relação Ingresso / Aluno  
**SENAT** - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transportes  
**SEPEI** - Seminário de Pesquisa, Extensão e Inovação  
**SESC** - Serviço Social do Comércio  
**SEST** - Serviço Social do Transportes  
**SETEC** - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**SIAFI** - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
**SIAPE** - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
**SIAPENET** - Rede SIAPE  
**SIASG** - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
**SIASS** - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor  
**SIG** - Sistema Integrado de Gestão  
**SISP** - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação  
**SISTEC** - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica  
**SLTI** - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação  
**SPIUNET** - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União  
**SPU** - Secretaria de Patrimônio da União  
**SWOT** - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)  
**TAE** - Técnico-Administrativo em Educação  
**TCU** - Tribunal de Contas da União  
**TI** - Tecnologia da Informação  
**TIC** - Tecnologia da Informação e Comunicação  
**UF** - Unidade Federativa  
**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina  
**UG** - Unidade Gestora  
**UJ** - Unidade Jurisdicionada  
**UNAI** - Unidade de Auditoria Interna

**UO** - Unidade Orçamentária

**UPAG** - Unidade Pagadora

**UPC** - Unidade Prestadora de Conta

## APRESENTAÇÃO

O ano de 2015 foi marcado por muitas conquistas, realizações e avanços no IFSC. Os resultados positivos decorreram, principalmente, do envolvimento da comunidade acadêmica em prol do alcance dos objetivos institucionais.

Em relação aos dados acadêmicos, foram computadas 32.070 matrículas, distribuídas em 643 cursos ofertados nos 22 câmpus e CERFEAD, em diferentes níveis e modalidades. Para suportar o desenvolvimento de seus processos, o IFSC conta com um efetivo de 1.122 docentes e 1.069 Técnicos-Administrativos.

No âmbito da gestão institucional, os princípios da democracia e da participação prevaleceram no processo de eleição para Reitor e para Diretor - Geral em 19 câmpus. Processo realizado no segundo semestre do ano de 2015.

Para possibilitar a ampliação da oferta de cursos e matrículas, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 - 2019, foi realizado um concurso público, o qual disponibilizou um total de 160 vagas para servidores docentes e 75 vagas para Técnicos-Administrativos.

Considerando o crescimento da Instituição e da oferta de cursos nos diversos níveis, deu-se início a um importante projeto denominado Harmonização Curricular. Ele tem por objetivo principal, estabelecer diretrizes para a elaboração e harmonização dos projetos pedagógicos dos cursos e procedimentos educativos, como garantia da identidade institucional, a partir do reconhecimento das experiências teórico-práticas dos sujeitos envolvidos, propondo uma revisão e atualização dos currículos.

Cabe destacar que, em 2015, vivenciou-se a continuidade de um cenário financeiro fortemente impactado por restrições orçamentárias. Esse contexto fez com que o IFSC tivesse que, de forma rápida e contínua, ao longo do exercício, estabelecer estratégias para contornar as dificuldades e honrar os compromissos assumidos.

Dado o contexto, alguns projetos que constavam do Plano Anual de Trabalho 2015 tiveram que ser revistos, considerando-se a real possibilidade de execução. Destaca-se que, para a tomada de decisão efetiva, foi essencial dispor de um sistema de planejamento, o qual possibilitou a revisão de prioridades, alinhada ao reequacionamento financeiro. Outro fator importante foi o papel dos órgãos colegiados, os quais propiciam a tomada de decisão de forma participativa e compartilhada.

O ano de 2015 foi marcado também pela continuidade do processo de implantação do Sistema Integrado de Gestão - SIG. A partir dos módulos implantados já é possível perceber as contribuições do sistema para o desenvolvimento de diversos processos, conferindo maior agilidade e confiabilidade às atividades.

Na realização da quarta edição dos Jogos do IFSC – JIFSC - os alunos foram o destaque. O evento, realizado em Joinville, contou com a participação de 1,1 mil alunos.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores Técnicos-Administrativos, teve início a oferta do Curso de Gestão e Liderança, com 110 participantes.

No que tange às questões ambientais, o IFSC aderiu ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e aprovou o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

A execução dos vários projetos institucionais foi acompanhada da realização de obras importantes, que abrangeram desde a inauguração de novos câmpus, como também a execução de novas estruturas físicas para câmpus existentes. Destaca-se a inauguração dos câmpus Itajaí, Garopaba, Tubarão e São Carlos; a ampliação do Câmpus Caçador e do Câmpus Urupema; a construção das quadras esportivas dos câmpus Araranguá e Criciúma; e a ampliação da área territorial do Câmpus Joinville, por meio da cessão, por parte da Prefeitura do Município, de terrenos contíguos ao câmpus.

Corroborando com todos esses projetos, o IFSC persistiu no aprimoramento dos mecanismos de planejamento e de controle de execução orçamentária, a partir de uma atuação em rede, o que

resultou em uma boa execução no exercício, considerando o cenário de restrições enfrentado em algumas áreas.

Dado o exposto, pode-se afirmar que em 2015 o IFSC desenvolveu ações integradas e estratégicas no sentido de fortalecer a Missão Institucional e de atingir a Visão Institucional, aumentando a sua efetividade no atendimento das demandas de formação e implementação das políticas públicas.

Espera-se assim que, com o aperfeiçoamento contínuo do processo de planejamento, a Instituição possa cada vez mais utilizar com qualidade os ativos tangíveis e intangíveis, com destaque aos recursos públicos, em prol do desenvolvimento de projetos e ações que possibilitem o cumprimento das suas finalidades e que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos respectivos territórios de atuação.

Ao elaborar o Relatório de Gestão do exercício de 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina organizou o tema em conformidade com a forma e conteúdos definidos com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº72/2013, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº244/2011, Decisões Normativas TCU nº146/2015 e nº 147/2015, Portaria nº321/2015 emitida pelo TCU e Portaria nº522/2015 emitida pela CGU.

O relatório está estruturado em 13 capítulos de acordo com as orientações do TCU.

Com a convicção dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados, submete-se à apreciação dos órgãos de controle o Relatório de Gestão do exercício de 2015.

## 1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 1.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/SC foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Conforme o artigo 6º desta lei, o Instituto Federal tem por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

O Estatuto do IFSC também determina sua finalidade no Capítulo II, Art.2º:

O IFSC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFSC, Conselho Superior, 2009).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu Art. 7 estabelece como objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na

formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º. § 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação. § 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei (Brasil, 2008).

## 1.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O IFSC foi criado em Florianópolis por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, como **Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina**. Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. A primeira sede foi instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado e situado na Rua Almirante Alvim, no Centro da capital catarinense.

A instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (que compreendia ferraria e serralheria), para atender à necessidade da sociedade de Florianópolis, que se deslocava por meio de bondes puxados a burro e embarcações que transportavam carga do continente para abastecer a ilha. Assim, a instituição trabalhava em consonância com os avanços tecnológicos de seu tempo para atender às demandas do setor produtivo e da sociedade da época que necessitavam de soluções em comunicação por meio impresso e soluções em transporte, que tinha como principal tecnologia a produção de pequenas embarcações e de ferraduras.

Dez anos após sua instalação, a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina transferiu sua sede para um prédio na rua Presidente Coutinho, também no Centro de Florianópolis, onde permaneceu até 1962. Em 13 de janeiro de 1937, por meio da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição mudou de nome e *status*, para **Liceu Industrial de Florianópolis** e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em **Escola Industrial de Florianópolis**. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos com duração de quatro anos aos alunos que vinham do ensino primário e cursos de mestria aos candidatos à profissão de mestre.

Em 1962, a Escola Industrial de Florianópolis transferiu-se para uma nova sede, na avenida Mauro Ramos, no Centro de Florianópolis, no local onde hoje funciona o Câmpus Florianópolis e que até 2006 foi sede da instituição. O nome e o status da instituição mudaram novamente em 1965, com a lei nº 4.759, de 20 de agosto, passando para **Escola Industrial Federal de Santa Catarina**.

A partir de 1968, com a portaria ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se **Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC)**. Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso Ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio). Depois da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), a LDB, e da reforma do ensino de primeiro e segundo graus introduzida por ela, a então ETF-SC passou a funcionar somente com ensino de segundo grau.

A lei federal de nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformava automaticamente todas as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica**, condicionando o ato à publicação de decreto presidencial específico para cada novo centro. No caso da ETF-SC, a transformação para CEFET-SC foi oficializada em 27 de março de 2002, quando foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o decreto de criação. Depois da mudança para CEFET-SC, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Por fim, a última alteração ocorreu com a criação da Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, que implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais são instituições de educação básica, profissional e superior distribuídas por vários câmpus. Especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, também têm forte inserção na área de pesquisa e extensão. A partir daí a instituição passou a figurar com o nome **Instituto Federal de Santa Catarina**, que perdura até o presente momento.

Conforme menciona o **Estatuto do IFSC** em seu artigo primeiro, a instituição constitui-se em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, que será supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e reger-se-á pela **legislação federal** que lhe for pertinente, pelo **Estatuto**, pelo **Regimento Geral**, pelos **Regimentos dos Órgãos da Administração Superior** e dos *câmpus* e pelas **Resoluções de seus órgãos**.

O **Regimento Geral do IFSC**, por sua vez, **disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas** com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias, bem como estabelecer a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da instituição.

É importante salientar que todas as normas e regulamentações citadas neste tópico estão disponíveis no sítio da oficial para consulta ([www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)), dando transparência ao funcionamento da instituição.

## 1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

### 1.3.1 Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

O Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, com sede na cidade de Florianópolis, que atua em rede, composta atualmente de 21 câmpus, 1 câmpus avançado, CERFEAD e Reitoria. O IFSC está inserido em todas as regiões do Estado de Santa Catarina. Conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Distribuição Geográfica do IFSC



Fonte: Diretoria de Comunicação

### 1.3.2 Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

O Estado de Santa Catarina conta com Instituições diversas públicas e privadas, que além do IFSC, ofertam ensino profissional de nível técnico e/ou ensino superior, a saber:

- Instituto Federal Catarinense,
- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Universidade Federal da Fronteira Sul;
- Universidade Estadual de Santa Catarina;
- Escolas das redes públicas Estadual e Municipal;
- Escolas do “Sistema S” (SENAI, SENAC, SENAT);
- Além de várias outras instituições privadas.



A relação de instituições de ensino e de cursos é de considerável extensão, podendo ser encontrada uma lista detalhada na Síntese Informativa das Microrregiões - SIM, elaborada pela Diretoria de Gestão do Conhecimento (PRODIN/IFSC) e disponibilizada na intranet do IFSC.

### 1.3.4 Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

O IFSC, uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica, além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

As áreas de atuação acadêmica estão detalhadas no capítulo 1 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - disponível no sítio eletrônico do PDI ([www.pdi.ifsc.edu.br](http://www.pdi.ifsc.edu.br)). Nesse capítulo estão disponíveis informações sobre o ensino, detalhamento dos níveis, a modalidades de oferta, os eixos tecnológicos e as áreas do conhecimento no mesmo documento. Também estão elencados ali, a pesquisa, a pós-graduação, a inovação e assuntos internacionais, além da extensão.

Em relação às demais instituições que oferecem cursos da educação profissional, científica e tecnológica nas regiões de abrangência do IFSC, procura-se estabelecer relações de parceria ou, ao menos, articulação das ofertas, para que não haja sobreposição de cursos, especialmente em relação às escolas das redes públicas. Além disso, mesmo em relação às escolas privadas, cabe ressaltar que suas ofertas quase sempre se diferenciam das ofertadas pelo IFSC em níveis de ensino, modalidade de oferta, forma de ingresso, infraestrutura, áreas do conhecimento, entre outros.

### 1.3.5 Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

Entre 2013 e 2014, durante a elaboração do seu novo PDI 2015 - 2019, e como etapa para o planejamento estratégico, foi realizado o diagnóstico institucional do IFSC. Para tal, utilizou-se a ferramenta Matriz SWOT. Cada câmpus foi orientado a encaminhar uma matriz com até quarenta fatores ambientais: 10 forças, 10 fraquezas, 10 oportunidades e 10 ameaças, que então foram analisados, sistematizados e sintetizados pela Reitoria. O Quadro 1 apresenta os principais fatores ambientais externos (oportunidades e ameaças) levantados na época, os quais se mantiveram válidos na análise do exercício de 2015.

Quadro 1 - Fatores ambientais externos

Oportunidades	Ameaças
Boas relações com o poder público da região.	Queda de investimento no IFSC: Mudança nas políticas públicas e contingenciamento orçamentário e financeiro. Redistribuição de verbas proporcional ao número de alunos, o que pode acarretar em orçamento irregular, comprometendo a qualidade dos cursos.
Parcerias com o setor produtivo.	Desvalorização do poder aquisitivo dos servidores. Originando greves e aumento de evasão escolar. Condições de trabalho (jornada, remuneração e desprestígio).
Possibilidade de projetos com recursos	Mudança de governo / instabilidade política.

Oportunidades	Ameaças
extraorçamentários.	
Reconhecimento da qualificação dos egressos. Mercado de Trabalho para alunos egressos / Estágio.	Problemas e instabilidade na organização da EPT.
Novas tecnologias para educação.	Deficiências no transporte público e acesso aos câmpus.
Primeira colocação entre os Institutos Tecnológicos do Brasil.	Falta de segurança para os alunos no entorno de alguns câmpus.
Demanda de especialistas pelo mercado de trabalho	
Programas Sociais (CERTIFIC, PROEJA, PRONATEC, Política de cotas, etc..)	
Política governamental favorável às Instituições de Educação Profissional	

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Cabe salientar que as matrizes SWOT dos Câmpus estão disponíveis no sítio do PDI ([www.pdi.ifsc.edu.br](http://www.pdi.ifsc.edu.br)).

### 1.3.6 Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços

Em 2014, o IFSC aprovou um Planejamento Estratégico para orientar sua ação no seguinte quinquênio. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal, bem como infraestrutura. O documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos utilizados, bem como o mapa estratégico e o detalhamento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas do Instituto.

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da Instituição. Em outras palavras, cada perspectiva compreende um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a Instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse.

Uma das perspectivas presentes no mapa é a perspectiva chamada **alunos e sociedade**. Essa perspectiva se preocupa em medir o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade, ou seja, os seus clientes. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva são:

- Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região;
- Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade;
- Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos;
- Atender às demandas dos alunos com efetividade;
- Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso;
- Consolidar a imagem e a identidade institucional;

- Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.

### **1.3.6 Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los**

Com base no que já foi descrito anteriormente, entende-se que este item não se aplica ao IFSC, pois a oferta de educação profissional, científica e tecnológica é articulada com as demais instituições de ensino público e complementada pelas instituições da iniciativa privada. Os resultados do trabalho do IFSC, contudo, precisam ser constantemente monitorados e avaliados, de forma a que sua oferta de cursos e vagas permaneça alinhada com as demandas da sociedade, o que está evidenciado em vários dos objetivos constantes do Planejamento Estratégico.

### **1.3.7 Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios**

Uma das principais mudanças de cenário ocorrida nos últimos exercícios foi a consolidação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em dezembro de 2008, a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Os Institutos Federais foram criados por meio da Lei nº11.892. Com estrutura pluricurriculares e multicampus, os institutos são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

Com a criação dos Institutos Federais veio a Expansão da Rede Federal e a retomada por parte do governo de investimentos na Educação Profissional.

Em 2011 foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Com isso, além da sua oferta regular, o IFSC passou a ser ofertante de cursos técnicos e de formação inicial e continuada financiados pela ação Bolsa Formação do PRONATEC.

Por causa da Lei 12.677, foram criados cargos de professores e Técnicos-Administrativos, bem como de cargos de direção e funções gratificadas, necessários à expansão e interiorização da Rede Federal. Em associação a isso, os decretos que criaram o Banco de Professores Equivalentes e o Quadro de Referência de Servidores Técnicos-Administrativos deram às instituições a possibilidade de preencher suas vagas sem a necessidade de autorização ministerial. A gestão pôde trabalhar com critérios e planejamento de alocação interna de vagas de servidores nos seus câmpus e, conseqüentemente, otimizou-se o seu plano de oferta de cursos e vagas, que foi elaborado para contemplar o novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

Como vivenciado no exercício 2014, em 2015, a Rede Federal vivenciou uma considerável mudança de cenário no âmbito orçamentário-financeiro. A incerteza sobre a dimensão do contingenciamento orçamentário e liberação de contas de empenho muito reduzidas prejudicou, especialmente no primeiro quadrimestre, a efetividade da execução orçamentária do ano todo. O contingenciamento de 10% do recurso de “custeio” (Outras Despesas Correntes), 46% do recurso de investimento, 50% da ação orçamentária 4572 e 100% da 20RJ, que somente foi definido no meio do ano, somado às instabilidades que continuavam ocorrendo na liberação de financeiro, prejudicaram a realização do Plano Anual de Trabalho do IFSC mas, sobretudo, trouxeram danos à imagem da instituição junto aos seus fornecedores, alunos e comunidade em geral.

## **1.4 ORGANOGRAMA**

Neste item apresenta-se a estrutura organizacional do IFSC, bem como as competências das principais áreas da instituição, o titular que está no comando da respectiva área, o cargo ocupado pelo mesmo e, por fim, o período de sua atuação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de

Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFSC é organizado em estrutura multicâmpus, ou seja, tem um conjunto de câmpus instalados principalmente fora do município-sede, Florianópolis. Possui proposta orçamentária anual identificada por câmpus e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura organizacional do IFSC é composta por:

I. Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo.

II. Órgão Executivo e de Administração Geral:

- a) Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:
  1. Pró-Reitoria de Administração;
  2. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
  3. Pró-Reitoria de Ensino;
  4. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
  5. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

III. Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas;
  1. Comissão Permanente de Pessoal Docente;
  2. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Comissão Própria de Avaliação.

IV. Órgão de Controle: Auditoria Interna;

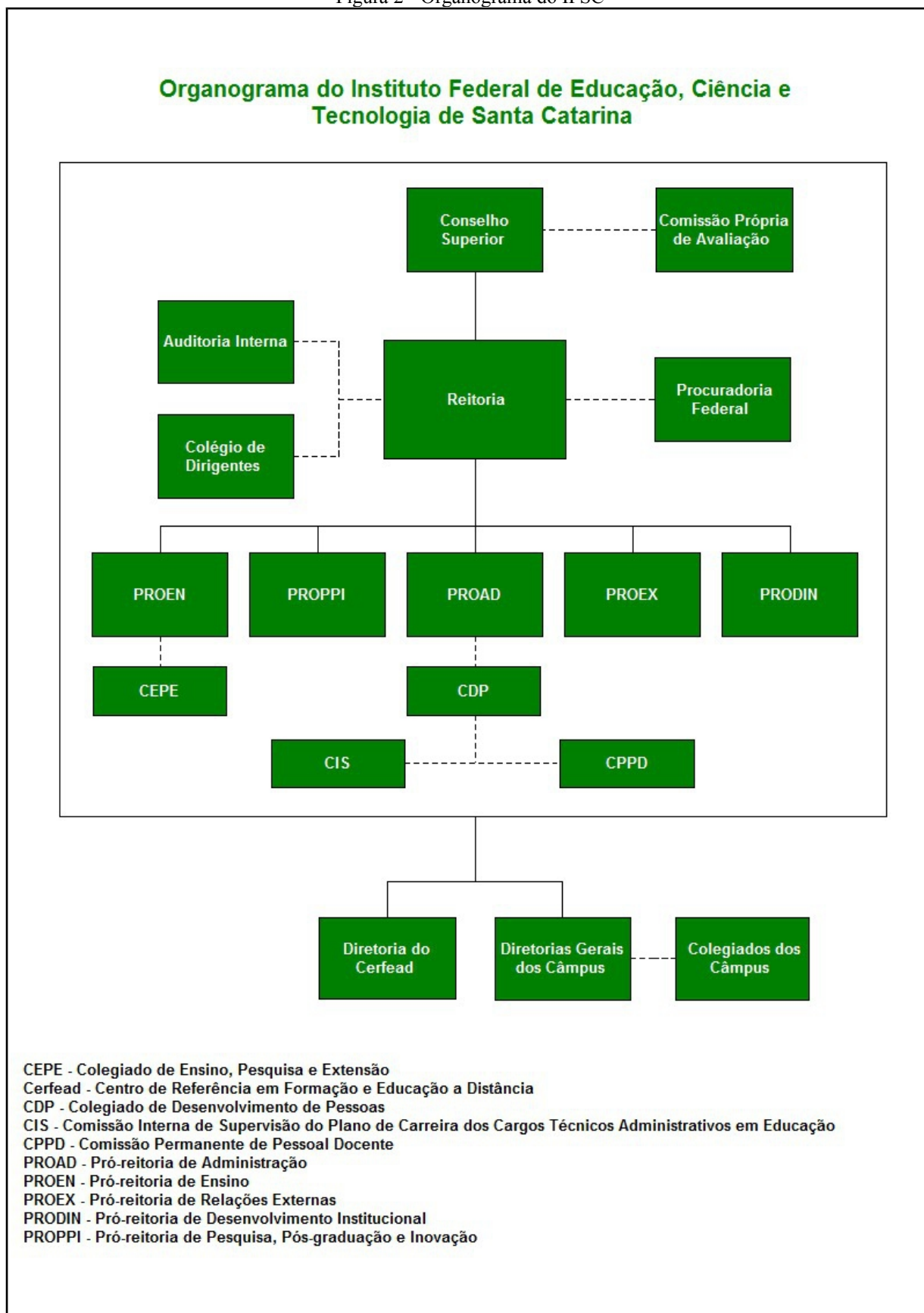
V. Procuradoria Federal;

VI. Órgãos de atividade finalística: Diretorias Gerais dos câmpus e Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância - CERFEAD;

VII. Órgãos de Assessoramento das Diretorias Gerais dos câmpus: Colegiados dos Câmpus

Para ilustrar essa questão, a Figura 2 apresenta o organograma da instituição.

Figura 2 - Organograma do IFSC



Fonte: Desenvolvido pela DGC, com base no Regimento Geral do IFSC.

Na sequência apresentam-se as áreas ou subunidades estratégicas do IFSC.

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
<b>Reitoria</b>	Compete a Reitoria a administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando o aperfeiçoamento, o desenvolvimento e a excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão; formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes; planejar as estratégias de desenvolvimento da Instituição; coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados; promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC. <sup>1</sup>	Maria Clara Kaschny Schneider	Reitora	Jan. a Dez. 2015
<b>Pró-reitoria de Administração</b>	Compete a essa Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor.	Elisa Flemming Luz	Pró-Reitora de Administração	Jan. a Dez. 2015
<b>Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional</b>	Compete a essa Pró-Reitoria promover a integração entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor.	Andrei Zwetsch Cavalheiro	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Jan. a Dez. 2015

1 O cumprimento das competências da Reitoria será desenvolvido pelos ocupantes dos cargos: Reitor, Diretoria Executiva, Pró-Reitorias, Chefia de Gabinete, Ouvidoria, Auditoria Interna e Procuradoria Geral.

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
<b>Pró-Reitoria de Ensino</b>	Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Daniela de Carvalho Carrelas	Pró-Reitora de Ensino	Jan. a Dez. 2015
<b>Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas</b>	Compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Golberi de Salvador Ferreira	Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas	Jan. a Dez. 2015
<b>Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação</b>	Compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Mário de Noronha Neto	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Jan. a Dez. 2015
<b>Diretorias Gerais dos Câmpus do IFSC</b>	Os câmpus do IFSC serão administrados por diretores-gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e conforme demais legislações vigentes, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e delegações do Reitor. A Diretoria do câmpus é órgão executivo que administra, coordena e superintende todas as atividades do câmpus e será exercida pelo Diretor-Geral, auxiliado pelo Vice-	Olivier Allain	Diretor-Geral do Câmpus Araranguá	Jan.2015 a Mar. 2015
		Mirtes Lia Pereira Barbosa		Mar. 2015 a dez. 2015
		Maria Bertília Oss Giacomelli	Diretora-Geral do Câmpus Canoinhas	Jan. a Dez. 2015
		Mauro Ceretta Moreira	Diretor-Geral do Câmpus Chapecó	Jan. a Dez. 2015

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
<p>Diretor, quando houver. Compete ao Diretor-Geral do câmpus: Coordenar as políticas educacionais e administrativas, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior e demais colegiados sistêmicos, pelo órgão colegiado do câmpus e pelas orientações determinadas pelo Reitor, em consonância com o Estatuto, com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Regimento Geral do IFSC; Representar o câmpus junto aos órgãos externos públicos e privados; Representar o câmpus junto à Reitoria; Organizar o planejamento anual do câmpus; Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional; Divulgar internamente as informações relevantes para o funcionamento do câmpus; Autorizar a participação de servidores em eventos; Autorizar processos de compras e execução de serviços; Propor ao Reitor a designação ou dispensa de servidores para o exercício de cargos comissionados e funções gratificadas; apresentar anualmente ao Reitor o relatório de atividades de sua gestão; zelar pela manutenção dos bens patrimoniais; promover o desenvolvimento dos servidores; criar comissões de assessoramento e grupos de trabalho para auxiliá-lo no desempenho de suas funções; expedir portarias internas; assinar diplomas, certificados e demais documentos acadêmicos relativos aos cursos ofertados no câmpus, mediante delegação do Reitor; propor políticas educacionais e administrativas aos órgãos competentes; acompanhar a utilização dos recursos orçamentários do câmpus; supervisionar os centros vocacionais tecnológicos vinculados ao câmpus; executar outras atribuições, a partir de delegação do Reitor.</p>	Cedenir Buzanelo Spillere	Diretora-Geral do Câmpus Criciúma	Jan. a Dez. 2015	
	Maurício Gariba Júnior	Diretor-Geral do Câmpus Florianópolis	Jan. a Dez. 2015	
	Nelda Plentz de Oliveira	Diretora-Geral do Câmpus Florianópolis - Continente	Jan. a Dez. 2015	
	Sérgio Seitsi Uda	Diretor-Geral do Câmpus Gaspar	Jan. a Dez. 2015	
	Carlos Alberto Souza	Diretor-Geral do Câmpus Itajaí	Jan. a Dez. 2015	
	Erci Schoenfelder	Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul	Jan. a Dez. 2015	
	Maurício Martins Taques	Diretor-Geral do Câmpus Joinville	Jan. a Dez. 2015	
	Raquel Matys Cardenuto	Diretora-Geral do Câmpus Lages	Jan. a Dez. 2015	
	Marcílio Lourenço da Cunha	Diretor-Geral do Câmpus São José	Jan. a Dez. 2015	
	Diego Albino Martins	Diretor-Geral do Câmpus São Miguel do Oeste	Jan. a Dez. 2015	
	Albertinho Della Giustina	Diretor-Geral do Câmpus Caçador	Jan.2015 à Ago.2015	
	Eduardo Nascimento Pires		Ago. 2015 a Dez. 2015	
	Telma Pires Pacheco Amorim	Diretora-Geral do Câmpus Garopaba	Jan. a Dez. 2015	
Marlon Vito Fontanive	Diretor-Geral do Câmpus	Jan. a Dez.		



<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
			Jaraguá do Sul - Geraldo Werninghaus	2015
		Vilmar Silva	Diretor-Geral do Câmpus Palhoça-Bílingue	Jan. a Dez. 2015
		Marcos Roberto Dobler Stroschein	Diretor-Geral do Câmpus Urupema	Jan. a Dez. 2015
		Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz	Diretora-Geral do Câmpus Xanxerê	Jan. a Dez. 2015
		Juarez Pontes	Diretor-Geral do Câmpus São Carlos	Jan. a Dez. 2015
		Rita de Cássia Flor	Diretora Geral do Câmpus Tubarão	Jan. a Dez. 2015
		Fábio Zanella	Diretor-Geral do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste	Jan. a Dez. 2015

Fonte: Desenvolvido pela DGC, com base no Regimento Geral do IFSC.

## 1.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Quadro 3 apresenta os macroprocessos finalísticos da UPC, os quais correspondem às grandes funções da organização para as quais devem estar voltadas suas unidades.

Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos

<b>Macroprocessos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produtos e Serviços</b>	<b>Principais Clientes</b>	<b>Subunidades Responsável</b>
Cursos Técnicos de nível médio	Oferta de cursos técnicos de nível médio, para os concluintes e egressos do ensino médio e para o público da educação de jovens e adultos	Educação profissional	Jovens e adultos	Pró-Reitoria de Ensino
Cursos de formação inicial e continuada	Cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, para capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas diversas áreas da educação profissional e tecnológica	Formação inicial e continuada	Trabalhadores	Pró-Reitoria de Ensino
Cursos superiores de tecnologia	Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia	Educação superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino
Cursos de licenciatura	Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional	Educação superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino
Cursos de bacharelado e engenharia	Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento	Educação superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino
Cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i>	Cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento	Educação Superior	Sociedade	Pró-Reitoria de Ensino
Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, tendo em vista o processo de geração e inovação tecnológica	Pós-graduação	Graduados	Pró-Reitoria de Ensino
Pesquisas aplicadas	Desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções	Soluções técnicas e tecnológicas,	Sociedade	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e

	técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade via divulgação científica e projetos articulados com os arranjos produtivos locais	artigos científicos, patentes		Inovação
Atividades de Extensão	Desenvolvimento de atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.	Extensão	Sociedade	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externa

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

## 2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

### 2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

#### Planejamento Estratégico

Desde a transformação em Instituto Federal, o processo de elaboração do planejamento do IFSC vem sendo continuamente aperfeiçoado, de modo a contemplar as demandas institucionais e sociais.

O IFSC possui um Planejamento Estratégico que faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, aprovado em 20 de novembro de 2014 por meio da Resolução nº40 do Conselho Superior. Esse documento foi validado para o período referente a 2015-2019.

O Planejamento Estratégico norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos, a organização e gestão de pessoal e a infraestrutura. Cabe salientar que o Planejamento Estratégico foi elaborado com a participação dos servidores e alunos, o que reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pelo futuro do IFSC.

A estrutura multicâmpus do IFSC e as metas estabelecidas para a Rede Federal de EPCT requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do Instituto e a consolidação da Identidade Institucional. Nesse contexto, o Planejamento Estratégico assume no IFSC um papel fundamental como ferramenta de gestão.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração do planejamento tático do IFSC, o qual discorreremos posteriormente.

Para organizar a construção do Planejamento Estratégico, a PRODIN desenvolveu um estudo sobre metodologias e ferramentas de planejamento estratégico, tais como *Balanced Scorecard* (BSC) e Análise SWOT, e sobre a aplicação dessas metodologias em Instituições de Ensino.

Com base nesse estudo, a PRODIN/DGC propôs uma metodologia para elaboração do Planejamento Estratégico do IFSC, bem como um cronograma para desenvolver essa atividade. Tanto a metodologia quanto o cronograma foram discutidos e validados pela Comissão Central do PDI e aprovados pelo CONSUP.

A fim de subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico, foi realizado um diagnóstico institucional, com uso da Matriz SWOT.

A PRODIN organizou reuniões de Gestão Ampliadas. Nessas reuniões foram definidas as perspectivas de valor e os temas estratégicos. A partir das reuniões foram organizados grupos de trabalho para elaboração dos objetivos estratégicos. Após a elaboração do mapa estratégico, coube aos grupos esboçar a proposta de indicadores e metas para cada objetivo estratégico.

O material produzido pelos grupos foi sistematizado pela PRODIN e preparado para o Seminário de Planejamento Estratégico. O evento contou com 143 participantes, representando todos os câmpus e a reitoria, bem como todos os órgãos colegiados de abrangência institucional.

O objetivo do seminário foi discutir os objetivos estratégicos e propor indicadores, metas e iniciativas para cada um deles. O material produzido durante o evento pelos grupos passou por uma análise técnica e foi disponibilizado para a comunidade acadêmica contribuir por meio de consulta pública. As contribuições recebidas passaram por uma análise técnica feita pelos grupos constituídos e pela equipe da Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGC).

Após a consulta pública e análise das contribuições pelos grupos de trabalho, foi elaborada a minuta do Planejamento Estratégico que foi submetida aos órgãos colegiados da Instituição.

Feita a contextualização do processo de elaboração do Planejamento Estratégico apresenta-se uma breve exposição dos seus principais componentes.

## **TEMAS ESTRATÉGICOS**

Os temas estratégicos representam os pilares sobre os quais se executa a estratégia, extrapolando o organograma da instituição e promovendo o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os objetivos. Assim, cada tema é constituído por um conjunto de objetivos que apresentam um encadeamento lógico e têm uma finalidade em comum: cumprir a Missão Institucional e alcançar a Visão de Futuro.

Os temas estratégicos nortearam o estabelecimento dos objetivos estratégicos nos cinco eixos: inclusão social; inserção profissional; pesquisa e inovação; intervenção político-social; identidade e imagem institucional. A seguir são apresentados os temas com uma breve descrição.

### **Inclusão social**

O IFSC assume a função social de inclusão atuando em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas.

Programas de inclusão são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho.

Este tema envolve a oferta diversificada de cursos, permitindo o ingresso de diferentes públicos, ampliação das formas de acesso e acolhimento dos discentes. O processo de ingresso deve ser reestruturado a partir de uma perspectiva inclusiva, de modo que atraia potenciais alunos, identifique os perfis de quem ingressa, as peculiaridades e demandas regionais.

As ações inclusivas devem facilitar, além dos processos de acesso, a permanência e o êxito dos discentes.

### **Inserção profissional**

Deve-se identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para a inserção socioprofissional do aluno e do egresso. Além de buscar articulação e parcerias com empresas para a oferta de estágios e aumento da empregabilidade, existem muitas possibilidades de criação de alternativas laborais com o apoio do IFSC, tais como o estímulo à criação de cooperativas, incubadoras sociais e a formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

Além disso, o estímulo ao empreendedorismo, que está entre as finalidades do Instituto, apresenta-se como uma dessas possibilidades. A instituição deve criar estratégias de acompanhamento dos egressos para monitorar a inserção profissional de seus alunos.

### **Pesquisa e inovação**

A pesquisa permeia toda a instituição e tem influência direta na qualidade do ensino, na formação integral do aluno, na qualificação dos professores, nos processos internos de gestão, no desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade. Para nos tornarmos uma instituição de excelência devemos atentar para a necessidade de desenvolver pesquisa em todos os eixos de atuação, de forma continuada e constante.

A instituição deve promover a inovação para atingir a sociedade. Esse processo se constitui como norte para a pesquisa aplicada às demandas da sociedade. Além disso, é preciso fomentar a transferência de conhecimento e tecnologia por meio do desenvolvimento de atividades de extensão.

### **Intervenção político-social**

A educação profissional, científica e tecnológica deve atuar no âmbito social, tornando-se um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais. O IFSC é uma instituição social e educacional, comprometida com a educação científica e profissional de jovens e adultos, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e ao funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O IFSC deve estar inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional, científica e tecnológica nacionalmente, mas com um olhar especial à comunidade na qual se insere. Deve atuar em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. Deve buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda.

### **Identidade e imagem institucional**

Identidade institucional é uma expressão relacionada ao que a organização efetivamente é, faz e diz: sua estrutura, seu histórico, seu patrimônio, as atividades que desenvolve, os serviços e produtos que oferece. Já a imagem está relacionada ao que se passa no imaginário dos seus públicos, como eles percebem o comportamento da organização. É a maneira como o público entende o que a instituição está transmitindo.

O IFSC deve trabalhar a imagem e reputação diante de todos os públicos estratégicos de forma a atrair os públicos demandados com o fortalecimento das ações de relações externas, a internacionalização da instituição, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, a harmonização dos currículos como forma de reforçar a identidade institucional, a publicação de revistas e livros e de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos.

### **PERSPECTIVAS**

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da instituição. Em outras palavras, cada perspectiva foi desdobrada em um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse. São perspectivas do Planejamento Estratégico do IFSC: Alunos e Sociedade; Processos; Pessoas e Conhecimento. A seguir uma breve descrição de cada perspectiva.

#### **Alunos e sociedade**

Preocupa-se em medir o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para realizar nossa missão e alcançar nossa visão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade? Para realizar nossa missão, quais benefícios devem ser gerados para alunos e sociedade?

#### **Processos**

Nessa perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores, nos quais a instituição deve atingir a excelência para alcançar seus objetivos. Os objetivos estratégicos que constituem essa perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para cumprir nossa missão, em quais processos devemos ser excelentes? No que devemos melhorar ou inovar para alcançar a nossa visão?

#### **Pessoas e conhecimento**

Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria a longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacidade dos servidores; capacidade dos sistemas de informação; clima organizacional; procedimentos organizacionais. Os objetivos estratégicos que constituem essa perspectiva devem ser capazes de responder à seguinte pergunta: Como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

A partir dos temas estratégicos e das perspectivas estratégicas foram elaborados 23 objetivos estratégicos, os quais norteiam a elaboração do planejamento tático. Como citado anteriormente o IFSC elaborou um mapa estratégico que alinha os objetivos estratégicos às três perspectivas: alunos e sociedade; processos e pessoas e conhecimento. O mapa estratégico é a representação visual da estratégia do IFSC. Esse ilustra as relações de causa e efeito conectando os resultados almejados para cada perspectiva.

Cabe salientar que integram o mapa estratégico do IFSC as declarações da missão e visão, bem como os valores institucionais. No processo de elaboração do PDI, a missão, a visão e os valores do IFSC foram atualizados para melhor representar a nova institucionalidade, uma vez que as declarações anteriores foram elaboradas ainda enquanto CEFET-SC. As novas propostas de missão e visão foram elaboradas em um seminário e aprovadas por assembleia com delegados de todos os campi e reitoria. Já os valores foram propostos por uma comissão temática, que procurou identificá-los a partir do conteúdo da minuta do PPI e de outros documentos institucionais, para então encaminhá-los à comissão central do PDI e ao CONSUP para apreciação. Os valores foram aprovados em maio de 2014.

O resultado de todo o processo de construção do planejamento estratégico institucional pode ser sintetizado no Mapa Estratégico do IFSC, o qual é apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Mapa Estratégico do IFSC



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

A seguir, apresenta-se os 23 objetivos estratégicos para o quinquênio 2015-2019, com seus respectivos códigos e descrições.



Quadro 4 - Objetivos Estratégicos para o quinquênio 2015-2019

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Descrição</b>
A1	Atender aos potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.	Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.
A2	Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.	Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.
A3	Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos	Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.
A4	Atender às demandas dos alunos com efetividade.	Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.
A5	Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso	Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.
A6	Consolidar a imagem e a identidade institucional.	Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão de sua abrangência, história e valores, bem como da importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.
A7	Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.	Otimizar continuamente a gestão dos processos, de modo a alcançar com efetividade as metas institucionais.
P1	Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	Implantar e otimizar processos para adequação da oferta de cursos à redução da evasão, aumento da inserção profissional e ampliação do impacto social da instituição. Além disso, fundamentar a elaboração de currículos na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.

P2	Aprimorar o processo de ingresso.	Reestruturar o processo de ingresso numa perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.
P3	Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.
P4	Fortalecer a internacionalização do IFSC	Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, divulgação e produção científica e tecnológica.
P5	Acompanhar egressos	Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos, para viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.
P6	Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com os públicos estratégicos do IFSC, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.
P7	Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada	O IFSC deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.
P8	Atender às pessoas com necessidades específicas.	Aperfeiçoar e implantar processos para atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas
P9	Consolidar a governança institucional e a gestão em rede	Garantir a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.
P10	Gerenciar recursos financeiros com efetividade	Planejar a captação, a aplicação e a execução dos recursos financeiros, de modo a maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas.
P11	Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas	Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.
C1	Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	Prover um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.
C2	Disponibilizar dados, informações e conhecimento	Prover a infraestrutura necessária para garantir a disponibilização de dados e informações para a produção

		de conhecimento e disseminar a cultura de utilização destes para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais.
C3	Promover a qualidade de vida no trabalho	Promover a atenção à saúde e a melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.
C4	Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para diminuição da lacuna de competências.
C5	Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.	Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Os Objetivos Estratégicos foram desdobrados em indicadores, metas e iniciativas estratégicas. A Figura 4 apresenta este desdobramento.

Figura 4 - Desdobramento do objetivo estratégico



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

A seguir, uma breve explicação sobre os indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

Os indicadores são uma definição de medida de desempenho estabelecida para obter uma maneira de avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Os indicadores possuem unidades de medida associadas. Um indicador possui diversos atributos, tais como: fórmula, polaridade, fonte de dados, responsáveis e periodicidade. O

detalhamento dos indicadores consta em documento próprio, complementar ao Planejamento Estratégico.

Metas são pontos ou objetivos a serem atingidos em determinada medida e prazo. Elas quantificam e definem um prazo. Cada indicador deve apontar uma meta a ser alcançada. Em nosso planejamento estratégico, para cada indicador são apontados dois tipos de meta: uma meta global, para 2019, e metas parciais anuais.

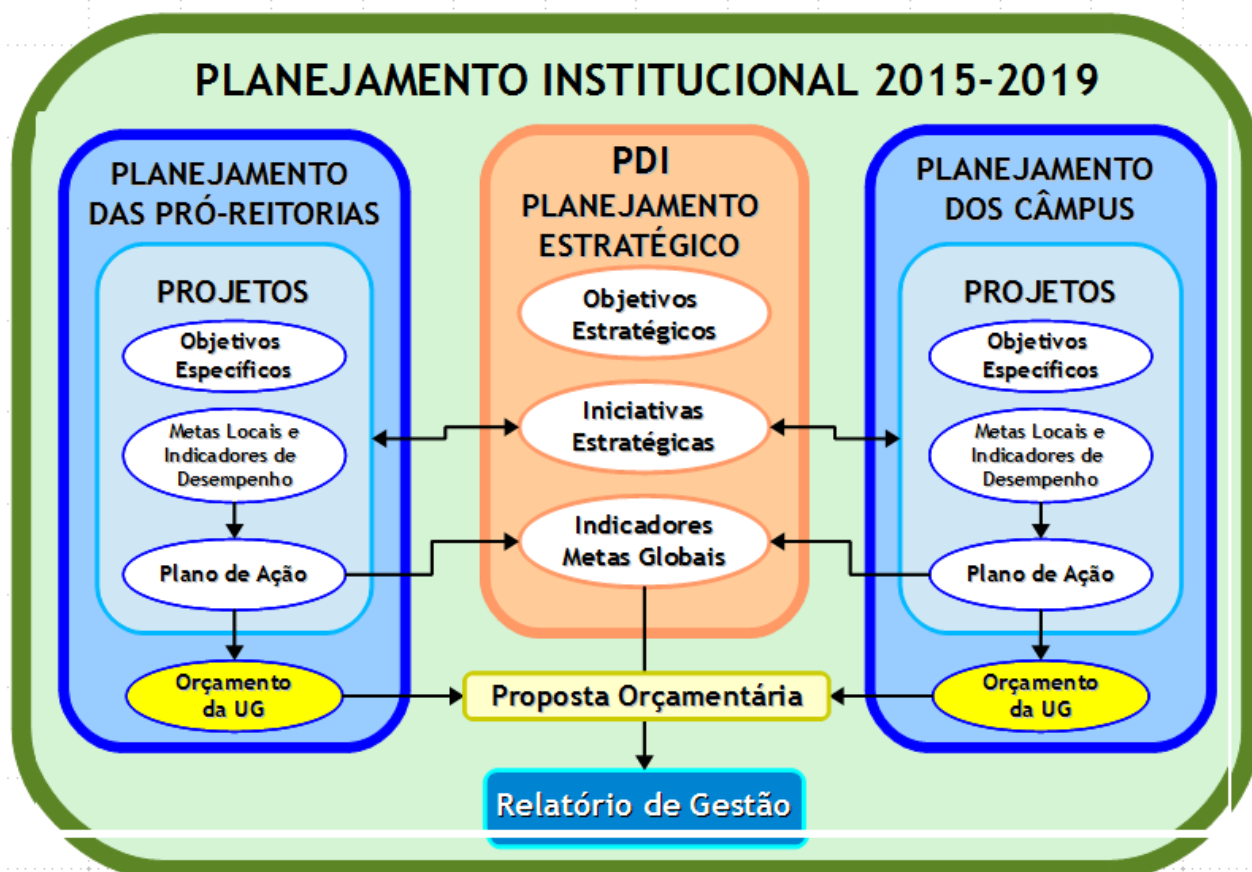
Iniciativas estratégicas são as estratégias para atingir os objetivos e as metas definidas, ou seja, definem as prioridades nas quais as ações devem se pautar. As iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho, constituindo o ponto de partida para a definição dos projetos prioritários da instituição e de todas as suas unidades. As iniciativas são caracterizadas como:

- **autônomas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora;
- **articuladas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com a Reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente;
- **específicas:** projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução

### **Planejamento tático**

O Planejamento Estratégico do IFSC orienta a elaboração do planejamento tático. O planejamento tático é elaborado por meio dos Planos Anuais de Trabalho - PAT, que são vinculados ao orçamento da Instituição e resultam na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União. Os Planos Anuais de Trabalho são elaborados no primeiro semestre de cada ano. A figura 5 ilustra o relacionamento entre o Planejamento Estratégico e o Plano Anual de Trabalho.

Figura 5 - Planejamento Estratégico X Planos Anuais de Trabalho



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

De forma geral, o PAT é constituído por **Projetos** e por Ações voltadas à **Manutenção** da Unidade Gestora - UGR.

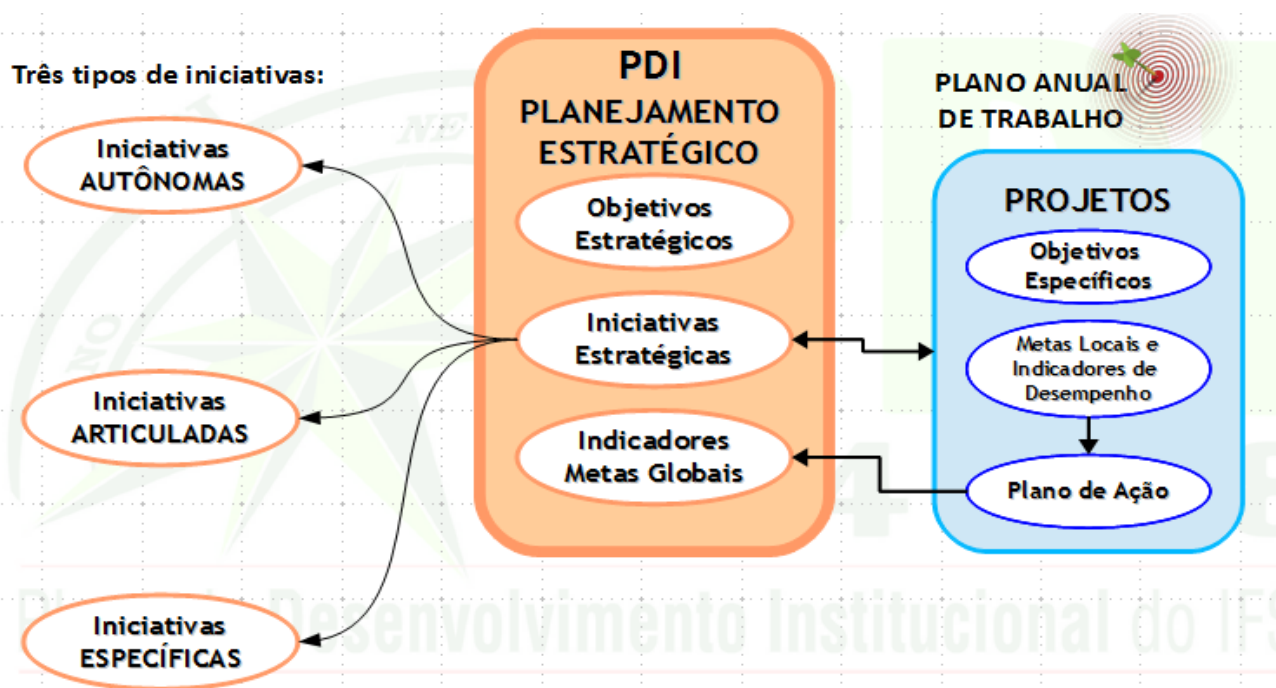
As UGRs tem liberdade para avaliar a quantidade de projetos propostos em seus Planos Anuais de Trabalho, considerando a relação com os objetivos e as iniciativas estratégicas, bem como a sua capacidade de execução, considerando a equipe e os recursos orçamentários envolvidos. O Plano Anual de Trabalho é cadastrado no Sistema de Planejamento do IFSC. Para elaboração e cadastro dos projetos no sistema de planejamento é observado o alinhamento com os objetivos estratégicos e com as iniciativas estratégicas estabelecidos no Planejamento Estratégico, em conformidade com a tipologia das iniciativas, conforme descrito a seguir:

I. articuladas: projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com Reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente.

II. autônomas: projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora.

III. específicas: projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução.

Figura 6 - PE X PAT - Iniciativas estratégicas



Os câmpus podem propor projetos para as iniciativas estratégicas classificadas como articuladas e autônomas. As Unidades da Reitoria podem elaborar e cadastrar projetos para as iniciativas estratégicas classificadas como articuladas, autônomas e específicas. Os projetos devem necessariamente vinculados a uma das iniciativas do objetivo estratégico correspondente.

Em relação as ações voltadas a manutenção da UGR, entende-se como custos estimados para manutenção, os custos vinculados ao funcionamento, como por exemplo: contratos de terceirizados; contratos diversos (energia elétrica, água, telefonia fixa e móvel, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevadores, locação de imóvel, correios, e outros); material de consumo/insumos para aulas de cursos ou unidades curriculares já implantados; material de expediente; gestão da frota (seguro DPVAT, combustível, seguro e manutenção); diárias e passagens não vinculados aos projetos; auxílio-moradia, quando existir; suprimento de fundo, entre outros.

Em 2015 foram elaborados e cadastrados no Sistema de Planejamento 682 projetos pelos câmpus e pró-reitorias do IFSC.

### 2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para priorizar os objetivos do exercício cada câmpus realizou um diagnóstico SWOT. A partir do resultado desta análise as unidades gestoras tiveram liberdade para conceber projetos vinculados aos 23 objetivos estratégicos. Desta forma, é feita a priorização dos objetivos conforme as necessidades institucionais.

Os Quadros 5 e 6 apresentam o quantitativo de projetos cadastrados por objetivo estratégico na Reitoria e nos câmpus.

Quadro 5 - Projetos cadastrados X Objetivos Estratégicos (Reitoria)

Objetivos Estratégicos	REITORIA							Total OE
	PROAD	PRODIN	PROEN	PROEX	PROPI	GAB	IFSC REDE	
P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.			8	2	5			15
P2 Aprimorar o processo de ingresso.								0
P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.			8	4				12
P4 Fortalecer a internacionalização do IFSC.			1		5			6
P5 Acompanhar egressos.			1	1				2
P6 Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.			1	4				5
P7 Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.				5	2			7
P8 Atender às pessoas com necessidades específicas.			1					1
P9 Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.		2						2
P10 Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	1	1				2		4
P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	1	1					1	3
C1 Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	1	1						2
C2 Disponibilizar dados, informações e conhecimento.		3	5					8
C3 Promover a qualidade de vida no trabalho.						2	1	3
C4 Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.				1		1		2
C5 Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.		1						1
<b>TOTAL REITORIA</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento

Na Reitoria pode-se observar que foram priorizados projetos relacionados aos objetivos P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia; P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito e ao C2 Disponibilizar dados, informações e conhecimento. Apenas para o P2 não foram apresentados projetos.

Quadro 6 - Projetos cadastrados X Objetivos Estratégicos (Câmpus)

Objetivos Estratégicos	CAMPUS																				Total OE	
	ARU	CDR	CAN	CCO	CR1	FLN	CTE	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SCA	SJE	SMO	TUB	URP		XXE
P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	2	2			1			6	4		3	2			7	2		3			9	41
P2 Aprimorar o processo de ingresso.																						0
P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	5	1	4		3	1		12	4		2	1	1		3	1	2	8		4	5	57
P4 Fortalecer a internacionalização do IFSC.	1				1			2														4
P5 Acompanhar egressos.	1	1						2										1				5
P6 Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.	2							1	2					1	1	1	2				1	11
P7 Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	1	1			2			8	6		2	3				2	3	2		3	2	35
P8 Atender às pessoas com necessidades específicas.			1		1		2	4	1			1				1	1	2				14
P9 Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.					1				2						1	1					1	6
P10 Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	2				1			8								1		1			1	14
P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	22	1	2	2	7	3		5	11	1	7	12	1	9	2	1	10	13		7	4	120
C1 Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.							1	1			1			2	1	1				1		8
C2 Disponibilizar dados, informações e conhecimento.									1							1		1				3
C3 Promover a qualidade de vida no trabalho.								3	2						2	1	1			2		11
C4 Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.		1				1	1	4	2			2				2	1			1	1	16
C5 Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.																						0
<b>TOTAL CAMPUS</b>	<b>36</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>56</b>	<b>35</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>21</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento



Nos câmpus pode-se observar que foram priorizados projetos relacionados aos seguintes objetivos estratégicos: P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas; P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito; P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia; P7 Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.

Para efetivação dos objetivos estratégicos e execução dos projetos planejados o IFSC passou por alguns entraves que demandaram com que a instituição fizesse ajustes ao longo do exercício, visando garantir a execução de projetos prioritários. Entre os ajustes necessários ao longo do exercício, tem-se redução do limite orçamentário de alguns projetos, adiamento ou supressão de outros. Cabe frisar que nesse processo de priorização dos projetos e os órgãos colegiados competentes foram envolvidos.

Uma dificuldade superada ao longo do ano, foram as restrições orçamentárias impostas pelo governo federal. Procurou-se sempre tomar as decisões a respeito de cortes de forma participativa e transparente, ouvindo gestores e a comunidade. Houve um corte de 46% de todo o investimento e de 10% de custeio. Felizmente não houve corte na Assistência Estudantil. Mas com os cortes efetivados, foi necessário replanejar. Vivenciou-se, além do corte orçamentário, muitas dificuldades na liberação do financeiro, para pagamento de compromissos e fornecedores. Isso foi administrado também com foco nas prioridades de pagamentos, como por exemplo dos serviços terceirizados.

Outro fator que impactou a execução dos projetos foi a greve dos servidores, deflagrada em julho e que durou dois meses. Essa situação envolveu a suspensão do calendário acadêmico em alguns câmpus e o adiamento ou cancelamento de eventos já agendados. O calendário eleitoral precisou ser alterado em função do movimento grevista. Também em função da greve não foi possível realizar o Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SEPEI 2015), que seria em Criciúma. Ao final do movimento de greve, conseguiu-se chegar a um acordo para a retomada dos trabalhos e reposição das atividades, mantendo a legalidade e respeitando o direito de mobilização dos nossos servidores.

Apesar das dificuldades vivenciadas no desenvolvimento de projetos e ações, foi possível alcançar diversos resultados ao longo do exercício. Na sequência apresenta-se alguns destaques.

Foram inaugurados novos câmpus e outros, já existentes, foram entregues à comunidade. Em março houve o término da construção do bloco 2 e entrega à comunidade do câmpus Caçador. Em junho foram inaugurados os câmpus Itajaí, Garopaba, Tubarão e São Carlos. Em julho, foi entregue à comunidade o bloco 2 do câmpus Urupema. Além disso, foram inauguradas estruturas importantes como as quadras esportivas dos câmpus Araranguá e Criciúma. Em Joinville, foram obtidos, por meio da prefeitura, terrenos contíguos ao câmpus. A nova área possibilitará a construção de um novo bloco e a ampliação de estruturas importantes, como a biblioteca, salas de aula e setor administrativo.

No segundo semestre de 2015, foi realizado concurso público para a contratação de 160 novos servidores docentes e 75 servidores Técnicos-Administrativos, dos níveis C, D e E. Todo o processo foi conduzido por Comissão Organizadora própria. Essa foi uma realização muito importante para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais, pois a partir de 2016 ocorrerá um aumento considerável no número de cursos ofertados. Além da realização do concurso, foram realizadas, ao longo do ano, várias chamadas dos concursos anteriores, incorporando à instituição novos servidores docentes e técnicos para todos os câmpus.

Também no segundo semestre, o IFSC vivenciou um grande processo democrático, com a eleição para reitor e para diretores-gerais de 19 câmpus. Foi a maior eleição já realizada no IFSC, conduzida com muita seriedade e competência pela Comissão Eleitoral Central e pelas Comissões Locais, todas formadas por servidores e alunos escolhidos por seus pares.

A quarta edição dos Jogos do IFSC - JIFSC, foi realizada em Joinville, no mês de junho. Envolvendo um total de 1,1 mil alunos, apresentou um aumento significativo em relação à primeira edição do evento, realizada em 2012, que contou com 190 participantes.

Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino e com envolvimento de um grande número de servidores, teve início em 2015 o processo de Harmonização Curricular. Esse projeto é muito

importante em função do crescimento da Instituição e do grande aumento na oferta de cursos, tanto dos técnicos quanto dos superiores, que precisam ter seus projetos pedagógicos construídos a partir de uma base comum, independente do local onde são ofertados. Este trabalho terá continuidade em 2016.

Com relação à oferta de oportunidades de capacitação para os servidores do IFSC, foi encaminhada, por meio do CONIF, proposta de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, voltado a toda Rede Federal. Além disso, internamente, foi viabilizado em parceria com a UFSC, a oferta do curso de Gestão e Liderança, voltado aos servidores Técnicos-Administrativos.

Outro ponto que merece destaque no exercício de 2015 é a continuidade na implantação do Sistema Integrado de Gestão - SIG. A implantação dos módulos do SIG tem contribuído de maneira positiva para a melhoria dos processos do IFSC e conseqüentemente para execução dos objetivos estratégicos e projetos propostos pelos câmpus e pró-reitorias.

### **2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico**

O Planejamento Estratégico do IFSC foi aprovado em novembro de 2014 para um horizonte de 5 anos. Desde então, ele vem orientando a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, o planejamento tático da instituição. Ele já orientou a elaboração dos Planos de 2015 e 2016.

Considera-se que ele está sendo implementado de maneira satisfatória. Para sua disseminação foram organizados em abril de 2015 os Seminários Regionais do Planejamento Estratégico, com o objetivo de disseminar o Planejamento Estratégico e auxiliar na sua efetiva implementação. Dessa forma, salienta-se a importância da disseminação do Planejamento Estratégico como facilitador da efetiva implementação das estratégias organizacionais.

Cabe salientar que o Planejamento Estratégico do IFSC está em fase de revisão. A revisão está sendo coordenada pela Diretoria de Gestão do Conhecimento e teve início em novembro de 2015. A revisão compreende a avaliação dos objetivos estratégicos, dos indicadores e das metas. A revisão das iniciativas estratégicas já foi realizada em outubro de 2015, conforme diretrizes apresentadas no PDI, e será anual, portanto não se associa ao período de revisão do documento como um todo.

Os objetivos estratégicos vão ser avaliados para que se constate a necessidade de alteração devido a mudanças na legislação. Em relação aos indicadores, para avaliar a viabilidade de sua implementação, é necessário realizar a primeira medição. Esse trabalho foi iniciado no primeiro semestre de 2015, utilizando os dados referentes a 2014. A partir da avaliação, será definido se existe a necessidade de atualizar os indicadores. Aqueles que demandarem atualização, serão revisados. A partir das primeiras medições dos indicadores, será possível avaliar as metas pactuadas e estabelecer as metas pendentes. As metas que necessitarem poderão ser repactuadas, com base em justificativas fundamentadas.

### **2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

De acordo com o estatuto da instituição, compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional promover e coordenar o processo de planejamento estratégico; ao Colégio de Dirigentes, expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual; e ao Conselho Superior aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Cabe frisar que o Planejamento Estratégico e o Planejamento Tático são apreciados pelos órgãos colegiados supracitados.

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico 2015/2019 considerou a Missão e Visão Institucionais, o Plano Plurianual (PPA) e outros documentos de referência, tais como, as finalidades e objetivos dos Institutos Federais previstos na Lei nº11.892/2008 e os objetivos previstos no Plano Nacional da Educação - PNE para a identificação dos objetivos

estratégicos, com consequente alinhamento dos planos de ação dos câmpus e pró-reitorias. Ressalta-se que o IFSC se vincula com os seguintes programas do PPA e suas respectivas ações.

a) 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Ações: 00H1 Pagamento de Pessoal Ativo; 20TP Pagamento de Pessoal Ativo; 0181 Aposentadorias e Pensões; 09hb Contribuição Previdência; 2010 Assistência Pré-escolar; 2011 Auxílio-transporte; 2012 Auxílio-Alimentação; 2004 Assistência Médica e Odontológica; 20CW Exames Periódicos; 00ID Contribuição CONIF; e 4572 Capacitação de Servidores;

b) 2031 - Educação Profissional e Tecnológica - ações: 20RJ Expansão e Reestruturação da Rede; 20RL Funcionamento; 2994 Assistência ao educando; 6358 Capacitação de Recursos Humanos;

c) 2030-Educação Básica - ações: 20RJ Apoio à Capacitação e Formação Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores da Educação Básica. Os programas constantes do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015 estão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional. Assim, o orçamento anual do IFSC está compatibilizado com seu PDI, PPA 2012-2015 e com a respectiva lei de diretrizes orçamentárias. As vinculações entre ações orçamentárias constam na lei orçamentária anual.

A Figura 7 representa a vinculação do Planejamento Estratégico do IFSC ao PPA.

Figura 7 - Programas do PPA



Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

As principais finalidades dos Institutos Federais de acordo com a Lei nº11.892/2008 são: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

#### **2.1.4 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos**

O monitoramento do Planejamento Estratégico é realizado por meio dos indicadores associados a cada objetivo estratégico. Cabe salientar que em 2015 ainda não foi possível mensurar a maior parte deles, uma vez que grande parte deles ainda necessita de modelagem e outros dependem da implantação do Sistema Integrado de Gestão.

Em relação ao Planejamento Tático, que na prática são os Planos Anuais de Trabalho compostos por projetos e ações de manutenção, é realizado todos os anos um acompanhamento que verifica o grau de execução dos projetos. São avaliados aspectos como: Status do projeto (concluído, em desenvolvimento, cancelado, reprogramado e não iniciado); justificativa para o status do projeto; estratégia ou ação de readequação do projeto; status dos objetivos específicos dos projetos; indicadores e metas alcançados; percentual de execução das ações do projeto e estimativa de custos executada. Assim, é possível que cada Unidade Gestora tenha um panorama de acompanhamento do Planejamento Tático sob sua responsabilidade com informações úteis para a tomada de decisão.

## **2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO**

### **2.2.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados**

Não se aplica a Unidade.

### **2.2.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

Quadro 7 - Ação do OFSS/20RJ

Identificação da Ação							
Código	20RJ			Tipo: Ação Orçamentária			
Descrição	<b>Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica</b>						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597						
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA	Código: 2030		Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 602.680,00	R\$ 602.680,00	R\$ 191.453,53	R\$ 191.074,48	R\$ 191.038,48	R\$ 36,00	R\$ 379,05
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0042	Projeto apoiado		unidade	10	3	3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00420	R\$ 52.784,50	R\$ 39.532,50	R\$ 13.252,00	Projeto apoiado	unidade	3	

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 8 - Ação do OFSS/20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG		Tipo: Ação orçamentária				
Descrição	<b>Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>						
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> Código: 2031					Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 25.250.000,00	R\$ 25.250.000,00	R\$ 12.828.521,69	R\$ 5.136.061,93	R\$ 3.423.595,75	R\$ 1.712.466,18	R\$ 7.692.459,76
7054	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4546	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
0042	Projeto viabilizado			unidade	12	12	11
7054	Projeto viabilizado			unidade	6	6	0
4546	Projeto viabilizado			unidade	1	1	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 7.305.753,03	R\$ 6.814.158,61	R\$ 256.532,28	Projeto viabilizado	unidade	4	
7054	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-	
4546	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	-	-	

Quadro 9 - Ação do OFSS/20RL

Identificação da Ação							
Código	20RL Tipo: Ação orçamentária						
Descrição	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>						
Iniciativa	Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante..						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código:						
Programa	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 73.654.046,00	R\$ 74.641.046,00	R\$ 57.037.434,21	R\$ 39.514.995,05	R\$ 33.093.706,78	R\$ 6.421.288,27	R\$ 17.522.439,16
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
00042	Estudante matriculado			unidade	31.500	31.500	19.315
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 23.597.348,95	R\$ 20.158.711,73	R\$ 2.226.660,15	Estudante matriculado	unidade	9.864	

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 10 - Ação do OFSS/2994

Identificação da Ação						
Código	2994 Tipo: Ação orçamentária					
Descrição	<b>Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica</b>					
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.					



Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código:						
Programa	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 8.821.596,00	R\$ 8.821.596,00	R\$ 8.678.693,14	R\$ 8.467.288,54	R\$ 8.437.893,74	R\$ 29.394,80	R\$ 211.404,60
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
00042	Benefício concedido			Unidade	35.000	35.000	34.999
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 0,00	Benefício concedido	Unidade	1	

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 11 - Ação do OFSS/6380

Identificação da Ação						
Código	6380 Tipo: Ação orçamentária					
Descrição	<b>Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b>					
Iniciativa	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e Técnicos-Administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão					
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código:					
Programa	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> Código: 2031 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26438					
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 334.838,00	R\$ 334.838,00	R\$ 153.463,80	R\$ 56.440,00	R\$ 56.440,00	R\$ 0,00	R\$ 97.023,80
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0042	Unidade apoiada		Unidade	2	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	R\$ 45.739,67	R\$ 23.351,22	R\$ 22.388,45	Unidade apoiada	Unidade	1	

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 12 - Ação do OFSS/4572

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo:			
Descrição	<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>						
Iniciativa							
Objetivo	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA A E Código: 0597						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	R\$ 1.493.476,00	R\$ 1.493.476,00	R\$ 640.874,00	R\$ 597.150,00	R\$ 562.913,00	R\$ 34.237,00	R\$ 43.724,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0042	Servidor Capacitado		unidade	700	350	400	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00420	R\$ 177.638,00	R\$	R\$ 56.113,00	Servidor Capacitado	unidade	7	

		122.917,00				
--	--	------------	--	--	--	--

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 13 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	6358 Tipo:				
Título	<b>Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica</b>				
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código:				
Programa	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> Código: 2031 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	26438				
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
600,00	600,00	0,00			

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/Tesouro Gerencial, consulta em 25/02/2016

Quadro 14 - Ações de Investimento/20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG Tipo: Ação orçamentária						
Descrição	<b>Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>						
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b> Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outro						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
32.500.000,00	32.500.000,00	20.520.981,45	Projeto viabilizado	unidade	19	19	1

Quadro 15 - Ações de Investimento/20RL

Identificação da Ação							
Código	20RL Tipo: Ação orçamentária						
Descrição	<b>Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica</b>						
Iniciativa	Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante..						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência Código:						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outra						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
23.227.910,00	20.868.610,00	18.375.953,39	Estudante matriculado	unidade	31.500	31.500	19.315

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 16 - Ações de Investimento/2994

Identificação da Ação							
Código	2994 Tipo: Ação orçamentária						
Descrição	<b>Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica</b>						
Iniciativa	Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código:						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
176.433,00	176.433,00	35.330,01	Benefício concedido	Unidade	35.000	35.000	34.999

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quadro 17 - Ações de Investimento/6380

Identificação da Ação							
Código	6380 Tipo: Ação orçamentária						
Descrição	<b>Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica</b>						
Iniciativa	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e Técnicos-Administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código:						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26438						
Ação Prioritária	( ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outra						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
215.659,00	215.659,00	194.047,60	Unidade apoiada	Unidade	2	1	1

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

## Análise Situacional

### 20RJ

Durante o exercício de 2015 foi liquidado o valor de R\$ 191. 074.48 (cento e noventa e um mil, setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) da ação orçamentário de Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para Educação Básica no Estado de Santa Catarina. Os Programas atendidos foram Educação de Jovens e Adultos (EJA), CERTIFC e o Programa de Formação da Educação Básica – PROFORBAS. Devido ao contingenciamento da 20RJ e seu bloqueio ainda em 2016/1, todos os projetos para a formação de professores foram interrompidos e o recurso previsto de R\$ 602. 680, 00 (seiscentos e dois mil e seiscentos e oitenta reais) não pôde ser empenhado. Isso gerou uma demanda por formação da educação básica não atendida, com vários programas e projetos interrompidos. O compromisso do Instituto Federal de Santa Catarina com a formação de professores para educação básica, a partir dessa, ficou com a dotação suspensa, colocando o projeto de um Brasil como pátria educadora em questão. Esse bloqueio foi a razão pela qual não se executou todo o orçamento inicial e o indicador de eficácia em relação a meta não se aproximou dos 100% tido como desejáveis. Cabe ressaltar o exemplo das ações empreendidas no programa PROFORBAS, que envolve a formação de professores para educação básica. Nessa ação, professores são capacitados, numa perspectiva de educação permanente, em suas localidades de atuação, sem a necessidade de deslocamento e afastamento de seus municípios de lotação, mantendo o exercício de suas atividades docentes. É importante também deixar claro, que a meta física acumulada de 1200 do plano orçamentário, é uma meta que veio programada, acreditamos que em relação ao produto ou projeto por aluno.

### 20RG.0042

Foram realizados ajustes nos projetos que deveriam ter sido executados em 2015, devido à limitação na cota de empenho. Foram concebidos e encaminhados projetos que visavam à implantação, reestruturação ou ampliação de alguns câmpus do IFSC, a saber: construção das

quadras poliesportivas dos Câmpus São Miguel do Oeste e Câmpus Gaspar, construção do ginásio de esportes do Câmpus Joinville, construção do Bloco II do Câmpus Urupema, ampliação do Câmpus Continente, obras complementares do Câmpus Itajaí, construção do auditório Câmpus Garopaba, construção da cantina do Câmpus Palhoça, Implantação do laboratório de meteorologia do Câmpus Florianópolis e obras complementares do Câmpus Lages.

Das obras citadas acima, foram finalizadas em 2015: a construção das quadras poliesportivas dos Câmpus São Miguel do Oeste e Câmpus Gaspar, a construção do Bloco II do Câmpus Urupema e a construção da cantina do Câmpus Palhoça.

As emendas e orçamento disponibilizados permitiram ainda a aquisição de equipamentos para os câmpus: São Carlos, Florianópolis-Continente, São José, Tubarão, Urupema, Canoinhas, Caçador, Gaspar, Chapecó, Jaraguá do Sul, Lages, Florianópolis, Joinville, Xanxerê, Itajaí, Araranguá, Criciúma, São Lourenço do Oeste, Palhoça, São Miguel do Oeste, Garopaba.

#### **20RG.4546**

Não foi possível a execução do recurso, pois não foi disponibilizada a cota para emissão de empenhos.

#### **20RG.7054**

Não houve tempo hábil para executar o recurso pois o mesmo foi disponibilizado no dia 30/12/2015.

#### **20RL**

A execução física foi um dado fornecido pela SETEC/MEC em 11 de janeiro e não reflete a totalidade dos alunos de 2015, uma vez que os registros acadêmicos dos câmpus ainda estão atualizando e ajustando informações no SISTEC. Por isso, é bastante provável que o número final de alunos do IFSC em 2015 ultrapasse os 30 mil.

Contudo, comparativamente às 26.470 matrículas atendidas em 2014 (fonte: Relatório de Gestão do IFSC - 2014), o executado de 29.179 já representaria um significativo crescimento de 10,2%. Assim, não é possível observar o impacto direto do contingenciamento orçamentário de 10% no custeio e 46% do investimento na ação 20 RL sobre o número de alunos matriculados durante o ano. No entanto, os cortes certamente influenciaram a qualidade dos serviços oferecidos pelo IFSC, o que poderá representar uma redução no número de matrículas no médio e longo prazo ou, ao menos, crescimento abaixo do previsto em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional.

Além disso, cortes no financiamento do programa UAB fizeram com que demandas da educação a distância tivessem de ser atendidas com recursos da 20RL, inviabilizando algumas ações em outras áreas, conforme previsto no plano anual de trabalho do IFSC.

Finalmente, tão impactante quanto o corte em si foi a incerteza sobre sua real dimensão durante praticamente metade do ano, bem como a limitação de cotas de empenho, o que dificultou o melhor atendimento a inúmeras demandas dos câmpus e prejudicou a imagem do IFSC perante seus alunos, fornecedores e comunidade em geral.

#### **4572**

A meta planejada para o exercício não foi alcançada devido ao contingenciamento de 50% dos recursos orçamentários nessa ação. Além disso, como fator negativo, destaca-se a falta de limite de empenho. A meta de 700 havia sido programada com base no valor médio das capacitações do ano de 2014, mas observou-se um custo médio menor das capacitações em 2015, em virtude das restrições citadas. Destaca-se que o número total de servidores capacitados em 2015 foi de 860, quando computadas ações de capacitação sem custo de diárias, passagens e serviços de pessoas

jurídicas, ou quando o recurso foi proveniente da ação 20RL. Os valores liquidados serão remetidos para restos a pagar (RAP), para liquidação de despesas ainda em fase de processamento. A gestão em rede têm apresentado resultados para positivos para a operacionalização das capacitações.

#### **2994**

O IFSC possui dois programas de Assistência Estudantil, instituídos por meio de seu Conselho Superior, que tomam a maior parte dos esforços quanto ao apoio discente:

1. Resolução 46/2014/Consup - Regulamenta o Programa de Segurança Alimentar do Estudante do IFSC -  
[http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup\\_resolucao46\\_2014\\_aprova\\_psae.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao46_2014_aprova_psae.pdf)
2. Resolução 47/2014/Consup - Regulamenta o Programa de Atendimento ao estudante em Vulnerabilidade Social do IFSC -  
[http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup\\_resolucao47\\_2014\\_aprova\\_paevs.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao47_2014_aprova_paevs.pdf)

Para além deles realizamos os jogos para os estudantes, bem como oferta de apoio à viagens de estudos. Ainda outras ações tópicas de apoio.

#### **6380**

No ano de 2015, o IFSC foi contemplado com um projeto (Inovando os Atores e Ferramentas no Processo Ensino-Aprendizagem: Micro-Vídeo-Aulas Interligadas de Alunos para Alunos) e um programa (Implantação de Sistemas Emergenciais Fotovoltaicos para Prevenção de *Blackout* em Aviários de Produtores de Baixa Renda), pelo edital PROEXT 2015. No entanto, por questões de restrição orçamentária do governo, nesse mesmo ano, houve o contingenciamento de 40% dos recursos de material permanente e 10% nos recursos de consumo, o que inviabilizou a execução do projeto contemplado.

Os recursos de material de consumo ficaram à disposição para utilização em data anterior aos recursos de material permanente, o que prejudicou, em parte, a execução do programa e contribuiu para a não execução do projeto. Cabe ressaltar que a execução orçamentária e eficiência na obtenção dos resultados têm sido prejudicadas devido ao processo envolvido. As propostas são submetidas ao edital por parte dos coordenadores (docentes) do IFSC.

No entanto, estes apresentam dificuldades de aquisição de material específico para submeter tais propostas, visto que a legislação vigente para a compra de equipamentos por instituições públicas federais muitas vezes resulta em alteração de planejamento ou inviabilidade de execução.

Cabe a Diretoria de Extensão informar ao servidor coordenador da proposta a disponibilidade dos recursos, bem como coletar informações a respeito da execução das ações, sendo de responsabilidade do coordenador buscar junto ao departamento de orçamento e finanças do câmpus ou da reitoria os processos institucionais de utilização dos recursos. No entanto, esse fluxo de informações impacta na diminuição da eficiência da execução orçamentária e no alcance dos resultados, conforme previsto na proposta inicial. Acredita-se que os recursos financeiros bem como o acompanhamento das ações deveriam estar diretamente ligados ao coordenador da proposta, possibilitando um maior sucesso nos gastos e do desenvolvimento das propostas.

No ano de 2015, por questões de cortes orçamentários do governo, a reunião presencial prevista em edital para acompanhamento e apontamento de problemas e soluções foi cancelada, impossibilitando a obtenção da informação antecipada sobre as dificuldades encontradas.

O coordenador do programa afirma que as ações estão sendo desenvolvidas de acordo com o previsto na proposta aprovada, apenas com pequenos ajustes, devido à necessidade de adaptação de equipamentos comprados pela instituição, com os recursos do PROEXT. O programa



será finalizado em 2016 e, conforme o coordenador da proposta, os resultados previstos serão alcançados com pequenas alterações.

### 2.2.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No ano de 2015 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi afetado pelo contingenciamento de liberação de cota para emissão de empenhos. Desta forma, mesmo tendo crédito disponível não foi possível executar o orçamento na totalidade. Esta situação abrangeu as ações de custeio e investimento.

A ação 2994 de Assistência ao Estudante não foi afetada pelo limite de crédito disponível, sendo possível executar 98,40% da ação. No entanto, a ação 20RL de Funcionamento, teve um contingenciamento de cerca de 25% no custeio e 13% no investimento.

Diante do exposto, conclui-se que, no exercício de 2015 o desempenho orçamentário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi fortemente afetado pelo contingenciamento feito pelo Governo Federal, exigindo um replanejamento e uma priorização das ações.

### 2.2.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O IFSC não apresenta nenhuma obrigação assumida sem respectivo crédito autorizado no orçamento.

### 2.2.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 18 - Restos a Pagar de exercícios anteriores

<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>				
<b>ANO INSCRIÇÃO</b>	<b>Montante em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Sando a pagar 31/12 de 2015</b>
2014	3.829.383,54	3.695.913,11	101.623,51	31.846,92
2013	116.619,63	116.438,75		180,88
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>				
<b>ANO INSCRIÇÃO</b>	<b>Montante em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Sando a pagar 31/12 de 2015</b>
2014	32.179.962,43	26.265.579	2.481.363,31	3.433.019,82
2013	7.321.684,54	4.116.690,56	793.480,35	2.411.513,63

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças/Tesouro Gerencial, consulta em 24/02/2016

#### Análise crítica

Os valores inscritos em restos a pagar estão sendo gerenciados com muito critério pela instituição por se tratarem de valores referentes ao orçamento de exercícios anteriores, ou seja, os objetos contratados devem ser entregues nas condições contratuais e no tempo correto. Quanto aos valores de restos a pagar não processados, referem-se somente ao exercício de 2014, pois a instituição adotou medidas eficazes para gerenciar efetivamente os valores de outros exercícios e vem reduzindo esses valores ano a ano.

## 2.3 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

### 2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não se aplicou a Unidade nesse exercício.

### 2.3.2 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 19 - Realização das receitas

DESCRIÇÃO DA RECEITA/CÓDIGO	VALOR
Aluguéis	74.313,02
Outras multas	47.667,66
Receita própria / recuperação de despesas de exercícios anteriores	3.313,65
Taxa de inscrição em concurso público	1.998.249,01
Outros ressarcimentos	90.167,47
<b>TOTAL</b>	<b>2.213.710,81</b>

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

### 2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 20 - Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		Código UO: 26438		UGO: 158516	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>33.979.059,51</b>	<b>46.942.533,72</b>	<b>26.471.799,77</b>	<b>44.288.988,63</b>	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	532.781,70	871.547,81	231.807,36	871.547,81	
d) Pregão	29.529.979,85	34.054.730,64	23.215.101,98	31.406.828,95	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Pública	3.916.297,96	12.016.255,27	3.024.890,43	12.010.611,87	
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>5.190.839,03</b>	<b>3.500.929,30</b>	<b>4.409.425,72</b>	<b>3.464.923,06</b>	
h) Dispensa	3.868.532,31	2.264.957,89	R\$ 3.495.364,39	2.237.119,34	
i) Inexigibilidade	1.322.306,72	1.235.971,41	R\$ 914.061,33	1.227.803,72	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>52.709,36</b>	<b>52.355,64</b>		<b>52.355,64</b>	
j) Suprimento de Fundos	52.709,36	52.355,64		52.355,64	
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>342.417.093,23</b>	<b>275.940.620,57</b>	<b>342.079.766,62</b>	<b>275.936.368,66</b>	
k) Pagamento em Folha	341.275.937,43	274.321.947,71	340.939.412,96	274.317.695,80	
l) Diárias	1.141.155,80	1.618.672,86	1.140.353,66	1.618.672,86	
<b>5. Outros</b>	<b>2.951.922,48</b>	<b>13.805.878,59</b>	<b>2.538.694,14</b>	<b>13.663.587,86</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>384.591.623,61</b>	<b>340.242.317,82</b>	<b>375.499.686,25</b>	<b>337.406.223,85</b>	

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Quadro 21 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade orçamentária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina				Código UO: 26438		UGO: 158516		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	218.458.991,34	171.824.577,47	218.458.991,34	30.837.018,43			218.458.854,63	171.824.440,76
Obrigações patronais	43.193.787,39	171.824.577,47	43.025.444,09	34.387.885,57	10.000,26	10.000,00	43.025.444,09	34.387.885,57
Aposent.rpps, reser.remuner. e refor.militar	30.039.462,66	25.923.190,66	30.039.462,66	25.923.190,66			30.039.462,66	25.923.190,66
Contratação por tempo determinado - pes.civil	7.546.577,77		7.546.577,77				7.546.577,77	
Pensões do rpps e do militar	5.366.865,73		5.366.865,73				5.366.865,73	
Ressarcimento despesas de pessoal requisitado	2.324.681,83		2.324.681,83				2.324.681,83	
Sentenças judiciais	766.830,52		766.830,52				766.830,52	
Outras despesas variáveis - pessoal civil	636.316,22		636.316,22				636.316,22	
Contribuição a entidade fechada previdência	155.497,37		150.194,83		2.449,05		150.194,83	
Despesas de exercícios anteriores	127.718,93		127.718,93				127.718,93	
Demais elementos de despesas		30.837.018,43		28.419.056,70				28.419.056,70
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Locação de mão-de-obra	21.910.810,00	17.021.653,28	18.467.952,96	15.508.843,95	1.700.289,50	2.534.432,55	16.775.630,46	15.102.700,49
Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc	15.639.299,30	14.520.393,09	9.708.577,18	9.044.426,21	6.727.825,61	5.658.228,45	7.750.782,73	8.800.516,26
Auxílio financeiro a estudantes	12.449.411,95	9.378.244,81	11.497.411,95	9.378.244,81			11.258.424,64	9.243.558,76
Auxílio-alimentação	9.417.878,82		9.417.878,82				9.417.878,82	
Outros serviços de terceiros - p.física	4.404.017,50		3.048.581,35		502.632,54		2.995.881,85	
Indenizações e restituições	3.994.855,67		3.994.816,91		932,76		3.981.039,91	
Material de consumo	3.233.252,75		1.794.160,82		1.292.419,87		1.307.514,99	
Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	3.080.322,01		2.431.250,87				2.062.946,87	
Auxílio-transporte	1.769.255,06		1.769.255,06				1.769.255,06	

Auxílio financeiro a pesquisadores	1.479.612,95		1.477.112,95		114.838,00		1.474.512,95	
Diárias - pessoal civil	1.091.923,50		1.091.923,50				1.091.121,36	
Passagens e despesas com locomoção	1.007.946,80		611.125,33		514.182,63		481.941,80	
Obrigações tributárias e contributivas	814.330,68		512.779,59		161.214,71		505.103,01	
Contratação por tempo determinado - pessoa. Civil	740.359,38		740.359,38				740.359,38	
Outros benef.assist. do servidor e do militar	443.961,19		443.045,60				443.961,19	
Material, bem ou serviço para dist. gratuita	179.660,20		39.045,60				21.454,40	
Contribuições	88.519,00		88.519,00				88.519,00	
Serviços de consultoria	70.279,92		52.816,60		5.326,66		47.993,31	
Pensões especiais	46.019,56		46.019,56				46.019,56	
Despesas de exercícios anteriores	11.980,67		11.980,67		14.031,00		10.980,67	
Premiações culturais, artísticas, científicas	9.558,84		8.466,84		324,50		6.271,84	
Demais elementos do grupo		24.735.722,12		22.702.713,80		1.599.027,53		22.630.603,55
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4.Investimentos</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Equipamentos e material permanente	12.757.066,64	19.352.697,83	4.532.326,06	10.303.532,38	10.017.699,00	7.655.452,63	1.771.160,86	8.439.001,23
Obras e instalações	10.490.845,94	23.045.189,22	3.936.361,11	12.064.488,43	10.980.700,79	15.882.709,17	3.016.849,63	12.058.845,03
Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	772.874,23	820.453,39	425.499,72	685.357,84	135.095,55	580.301,29	43.487,44	576.424,84
Locação de mão -de- obra	1.341,00							
Material de consumo	356,67		356,67				356,67	
<b>5.Inversões Financeiras</b>								
<b>6.Amortização da Dívida</b>								

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

## Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 22 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	158516	IFSC			59	R\$ 97.470,43	4.000,00
2014	158516	IFSC			65	R\$ 95573,71	4.000,00

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI, consultado em 01/03/2016

Quadro 23 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	158516	IFSC			37	R\$ 7.950,03	R\$ 44.759,33	R\$ 52.709,36
2014	158516	IFSC			39	R\$ 6.332,65	R\$ 46.022,99	R\$ 52.355,64

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças/SIAFI, consultado em 01/03/2016

Quadro 24 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158516	IFSC	339030 - Material de Consumo.	04 - Gás e outros materiais engarrafados	R\$ 150,00
			07 - Gêneros de alimentação	R\$ 246,89
			09 - Material farmacológico	R\$ 126,11
			11 - Material químico	R\$ 23,70
			16 - Material de expediente	R\$ 591,68
			20 - Material de cama, mesa e banho.	R\$ 139,20
			21 - Material de copa e cozinha	R\$ 178,60
			22 - Material de limpeza e prod. de higienização	R\$ 346,88
			23 - Uniformes, tecidos e aviamentos.	R\$ 42,00
			24 - Material p/ manutenção de bens imóveis /instalações	R\$ 22.438,12
			25 - Material p/ manutenção de bens móveis	R\$ 1.266,03
			26 - Material elétrico e eletrônico	R\$ 6.295,35
			28 - Material de proteção e segurança	R\$ 109,64
			30 - Material para comunicações.	R\$ 920,00
			31 - Sementes, mudas de plantas e insumos	R\$ 17,50
			35 - Material laboratorial	R\$ 1.723,08
			36 - Material hospitalar	R\$ 166,02
			44 - Material de sinalização visual e outros	R\$ 127,40
			59 - Material para divulgação	R\$ 33,70
			<b>TOTAL</b>	
		339039 - Outros Serviços de Terceiros PJ.	16 - Manutenção e conservação de bens móveis	R\$ 7.122,24

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto	
		17 - Manutenção e conserv. de máquinas e equipamentos	R\$ 8.223,27
		19 - Manutenção e conserv. de veículos	R\$ 130,00
		20 - Manutenção e conserv. de bens móveis de outras naturezas	R\$ 15,00
		47 - Serviços de comunicação em geral	R\$ 127,20
		56 - Serviços de tecnologia da informação	R\$ 1.797,00
		63 - Serviços gráficos e editoriais	R\$ 310,00
		66 - Serviços de apoio ao ensino	R\$ 42,75
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 17.767,46</b>

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

### Análise Crítica

Controles internos vêm sendo instituídos para assegurar, de maneira razoável, a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação vigente, como por exemplo, a análise do relatório de prestação de contas antes da liberação de novo suprimento. Esses controles vêm sendo realizados pelo Departamento de Orçamento e Finanças. Cabe destacar que, mesmo com a expansão do IFSC nos últimos anos, verifica-se uma diminuição dos valores utilizados com suprimento de fundos, inclusive nos valores utilizados por meio de saque, devido à nova metodologia que limita os valores de suprimento de fundos liberados a cada suprido. Além disso, essa diminuição se deve ao maior planejamento das aquisições e serviços necessários.

## 2.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

O Planejamento Estratégico visa direcionar e monitorar as ações do IFSC de forma concreta. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal e infraestrutura. A participação dos servidores e alunos na elaboração desse plano reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC. Dessa forma, os objetivos estratégicos devem ser acompanhados de indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

A implantação do sistema de indicadores do IFSC é baseada na metodologia *balanced scorecard* (BSC), formulada por Kaplan e Norton<sup>2</sup>, inicialmente proposta para empresas privadas e adaptada para instituições públicas. Desse modo, foram definidos um conjunto de 63 indicadores que buscam refletir o contexto do IFSC.

<sup>2</sup> KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

Esses indicadores estão em fase de avaliação da viabilidade e implantação, assim como avaliação de ferramentas de coleta de dados e fontes de informações. Como exposto anteriormente, a implantação dos diversos módulos do Sistema Integrado de Gestão - SIG, possibilitará o acesso a base de dados estruturada, a qual contribuirá para o processo de composição e monitoramento dos indicadores. A seguir, apresenta-se o quadro com os indicadores do planejamento estratégico do IFSC

Quadro 25 - Indicadores do IFSC

N	Objetivo Estratégico e Indicador
<b>Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região</b>	
1	Percentual de vagas na educação profissional técnica de nível médio
2	Percentual de vagas em cursos de Formação de Formadores
3	Percentual de vagas de ingresso disponibilizadas ao PROEJA
4	Número de alunos
5	Relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense
<b>Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.</b>	
6	Percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa
7	Percentual do corpo docente participando de projetos de extensão
8	Pessoas atendidas por projetos de extensão
9	Percentual de pesquisadores/extensionistas com projetos financiados pelo IFSC que publicaram ao menos um trabalho por ano
10	Percentual de grupos de pesquisas produtivos
<b>Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.</b>	
12	Percentual de alunos concluintes que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas
13	Índice Geral de Cursos (IGC)
14	Conceito Institucional (CI)
15	Índice de satisfação dos egressos com a formação
16	Índice de satisfação das empresas/instituições contratantes dos egressos
<b>Atender às demandas dos alunos com efetividade.</b>	
17	Índice de satisfação dos alunos em relação à Instituição
<b>Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.</b>	
18	Percentual de egressos trabalhando na área de formação ou em áreas correlatas
19	Percentual de egressos empregados
20	Percentual de alunos em estágio
21	Percentual de alunos participando de atividades empreendedoras
<b>Consolidar a imagem e a identidade institucional.</b>	
22	Percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem do IFSC
<b>Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.</b>	
23	Taxa de ocupação (relação entre matrículas e capacidade)
24	Percentual de alunos formados no ciclo regular
25	Relação aluno/professor



<b>Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.</b>	
26	Percentual de implantação anual do Plano de Oferta de Cursos e Vagas
<b>Aprimorar o processo de ingresso.</b>	
27	Percentual de ocupação das vagas de ingresso
28	Percentual de cursos com, pelo menos, um candidato por vaga
29	Relação entre o perfil socioeconômico dos inscritos e o perfil socioeconômico da população catarinense
<b>Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.</b>	
30	Índice de retenção do fluxo escolar por tipo de curso/oferta
31	Índice de evasão anual por tipo de curso/oferta
32	Índice de evasão total por tipo de curso/oferta
<b>Fortalecer a internacionalização do IFSC.</b>	
33	Número de parcerias com instituições estrangeiras
34	Percentual de parcerias efetivas com instituições estrangeiras
<b>Acompanhar egressos.</b>	
35	Percentual de implantação do programa de acompanhamento de egressos
<b>Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.</b>	
36	Índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação do IFSC
<b>Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.</b>	
37	Número de parcerias estabelecidas
38	Número de cargos ou cadeiras (inserções) ocupados em órgãos e fóruns de instituições e entidades das esferas pública, privada e do terceiro setor
39	Número de eventos externos promovidos pelo IFSC
40	Número de participações em eventos externos
<b>Atender às pessoas com necessidades específicas.</b>	
41	Percentual de PNE com permanência e êxito
42	Percentual de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade
43	Número de equipes capacitadas para atuar no atendimento educacional especializado
<b>Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.</b>	
44	Percentual de implantação das políticas previstas no PDI
45	Percentual de colegiados, comissões e grupos de trabalho institucionais efetivos
46	Índice de participação dos servidores e alunos nos instrumentos de avaliação
<b>Gerenciar recursos financeiros com efetividade.</b>	
47	Percentual de execução de projetos e ações conforme plano anual de trabalho
48	Índice de satisfação dos servidores em relação à gestão dos processos administrativos da Instituição
49	Percentual de execução dos recursos captados por meio de projetos
<b>Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.</b>	
50	Percentual de implantação anual do Plano Diretor de Infraestrutura Física
<b>Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.</b>	
51	Número de iniciativas intercâmpus
52	Número de iniciativas entre áreas acadêmicas do mesmo câmpus
53	Índice de satisfação com os canais de relacionamento
<b>Disponibilizar dados, informações e conhecimento.</b>	
54	Percentual de processos mapeados e otimizados
55	Percentual de processos informatizados
56	Percentual de processos revisados
<b>Promover a qualidade de vida no trabalho.</b>	

57	Índice de satisfação do servidor no trabalho
58	Percentual de ambientes e atividades adequados às normas de segurança do trabalho
59	Índice de afastamento por motivos de saúde
<b>Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.</b>	
60	Percentual de competências mapeadas
61	Diferença entre as competências existentes e as competências necessárias à execução da estratégia
<b>Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.</b>	
62	Grau de conhecimento da estratégia pelos servidores
63	Percentual de alinhamento do Plano Anual de Trabalho com a estratégia

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento

## **2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União**

### **2.4.1.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N°2.267/2005**

Em cumprimento ao Acórdão TCU nº 2.267/2005, os Institutos Federais devem informar um conjunto de indicadores em seus Relatórios de Gestão, demonstrando a evolução desses dados a contar do exercício de referência.

Os indicadores de gestão, de acordo com o TCU são apresentados como:

- a) Indicadores Acadêmicos: Relação Candidato/Vaga, Relação Ingressos/Aluno, Relação Concluintes/Aluno, Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes, Índice de Retenção do Fluxo Escolar, Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral;
- b) Indicadores Administrativos: Gastos Correntes por Aluno, Percentual de Gastos com Pessoal, Percentual de Gastos com outros Custeios, Percentual de Gastos com Investimentos;
- c) Indicador Socioeconômico: Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar;
- d) Indicador de Gestão de Pessoas: Índice de Titulação do Corpo Docente.

No processo de apuração e análise dos dados, o IFSC adotou a metodologia determinada pela Rede Federal em conformidade com os ofícios circulares nº 1/2016/CGPG/DDR/SETEC/SETEC - MEC, emitido em 07 de janeiro de 2016 e nº 4/2016/CGPG/DDR/SETEC/SETEC-MEC, emitido em 05 de fevereiro de 2016.

De acordo com a metodologia estabelecida, os dados para composição dos indicadores acadêmicos, administrativos e de gestão de pessoas foram extraídos pela própria SETEC, a partir de consultas específicas nos seguintes sistemas: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal - SIAPE. O conjunto de dados e indicadores, já calculados, foram disponibilizados posteriormente pela SETEC para todos os institutos federais e instituições equiparadas da Rede.

Com relação ao indicador socioeconômico, a SETEC orientou que os próprios institutos realizassem a extração dos dados. Desse modo, o referido indicador foi composto a partir de dados de pesquisa realizada pelo IFSC, quando da realização do processo anual de Avaliação Institucional.

A seguir, apresenta-se o quadro de indicadores de gestão do IFSC.

Quadro 26 - Resultados dos Indicadores - Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	2014	2015
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	2,93	2,53
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	46,51%	47,16%
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	19,76%	15,17%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ de Matriculados Finalizados}}$	50,09%	45,67%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	34,56%	40,49%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes } 40\text{h} + \text{DE} + 20 \times 0,5}$	25,84	26,46
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de Gastos Correntes} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	R\$ 10.617,52	R\$ 11.588,47
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de Gastos com o Pessoal} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	67,55%	75,53%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$	14,11%	12,76%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Gastos com Investimentos} + \text{Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	14,49%	7,73%
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)}$	3,83	4,00

Fonte: Diretoria de Gestão do Conhecimento/SETEC - SISTEC/SIAFI/SIAPE (Fevereiro de 2016)

Quadro 27 - Renda per Capita Familiar - Salário Mínimo

FAIXA DE RENDA - SM	Número de Alunos Matriculados			
	2014	%	2015	%
Até 0,5	445	11,15%	660	15,21%
0,5 - 1	1109	27,79%	1419	32,70%
1,0 - 1,5	970	24,31%	941	21,68%
1,5 - 2,0	477	11,95%	572	13,18%
2,0 - 2,5	378	9,47%	235	5,41%
2,5 - 3	178	4,46%	166	3,82%
Acima de 3	433	10,85%	347	8,00%
Total da Amostra	3990	100,00%	4340	100,00%
Alunos Matriculados	26470	-	29283	-
% da Amostra em relação aos Alunos Matriculados	15,07%	-	14,82%	-

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2015 - CPA

## 2.4.1.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO DO IFSC

### 2.4.1.2.1 Contextualização do Cenário Institucional no Exercício 2015

Preliminarmente à análise dos indicadores de gestão, com o objetivo de dar embasamento às informações e dados que serão introduzidos no relatório, faz-se necessário destacar inicialmente a continuidade da metodologia estabelecida pela SETEC, em 2012, para composição dos indicadores

de gestão. Cabe ainda enfatizar que essa metodologia implicou alterações estruturais nos métodos de cálculo e de extração dos dados, bem como nas terminologias utilizadas, impossibilitando a manutenção da série histórica anterior ao ano de 2012, em relação a alguns dos indicadores.

#### 2.4.1.2.2 Análise dos Indicadores de Gestão

##### 2.4.1.2.2.1 Indicadores Acadêmicos

**a) Relação Candidato/Vaga:** o indicador expressa a demanda da comunidade externa pela vagas ofertadas pelo IFSC, de modo que o valor da relação é obtido pela divisão do numerador, candidatos inscritos na instituição, pelo denominador, vagas ofertadas. Nesse sentido, no exercício 2015 o resultado obtido foi de **2,53** candidatos em média por vaga ofertada. Verifica-se uma variação negativa em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **2,93**.

**b) Relação Ingressos/Aluno:** o indicador, composto pelo numerador Ingressantes e pelo denominador Alunos Matriculados, demonstra o montante de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos da instituição. No exercício 2015, essa relação alcançou a marca de **47,16%**. Em uma análise comparativa com o resultado auferido no exercício de 2014, que foi de **46,51%**, verifica-se uma variação positiva do indicador. Essa variação pode estar relacionada ao aumento do número de vagas em 2015.

**c) Relação Concluintes/Aluno:** o indicador expressa o quantitativo de alunos que concluíram o curso ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de alunos matriculados do IFSC. Infere-se, pelo quadro, que **15,17%** do total de alunos da instituição teve seu *status* no SISTEC alterado para “concluído” ou “integralizado em fase escolar”. Verifica-se uma variação negativa em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **19,76%**. O percentual obtido em 2015 pelo IFSC, demonstra uma diminuição do número de alunos que concluíram os respectivos ciclos no exercício. Essa variação pode estar relacionada ao aumento do número de matrículas em 2015, bem como a alteração do calendário acadêmico, em virtude do movimento de paralisação dos servidores federais.

**d) Índice de Eficiência Acadêmica-Concluintes:** o objetivo do indicador é demonstrar o desempenho e a eficiência acadêmica no montante de alunos que efetivamente concluíram ou integralizaram a carga horária nos cursos previstos para encerramento no período. No exercício 2015, o IFSC alcançou o número de **45,67%**, verifica-se uma variação negativa em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **50,09%**. No referido índice, o percentual foi obtido por meio da relação do total de alunos que concluíram e integralizaram a fase escolar, pelo número de alunos matriculados finalizados. Essa variação pode estar relacionada a alteração do calendário acadêmico, em virtude do movimento de paralisação dos servidores federais.

**e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar:** o indicador é obtido pela relação do total de alunos retidos pelo total de alunos matriculados. Nesse sentido, o índice de **40,49%** tem a finalidade de auferir, no exercício de referência, o montante de matrículas que permaneceram ativas no sistema após o término previsto para encerramento do ciclo e, ainda, as matrículas com situação semelhante em exercícios anteriores que foram finalizadas em 2015. Verifica-se um aumento desse índice em 2015, em relação ao resultado do ano de 2014, que foi de **34,56%**.

**f) Relação Aluno/Docente em Tempo Integral:** tem por escopo quantificar o total de alunos por docente da instituição, por meio da relação do total de alunos matriculados. O denominador docente em tempo integral considera o docente pela carga horária em sala de aula, nos regimes de 20 e 40 horas e de dedicação exclusiva, desconsiderados os docentes substitutos. No exercício 2015, o indicador demonstra que o IFSC atingiu a marca de **26,46%** alunos por docente. Considerando a mudança de fórmula de cálculo, fica inviável a análise em relação aos anos anteriores.

#### 2.4.1.2.2.2 Indicadores Administrativos

**a) Indicador Gastos Correntes por Aluno:** esse indicador possibilita quantificar o total de gastos da instituição, em relação a cada aluno matriculado. No cômputo das despesas são considerados os gastos correntes, descontado desse valor as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação. Com a composição do indicador, verificou-se que a despesa média para cada aluno matriculado no IFSC alcançou a importância de **R\$ 11.588,47** no exercício de referência. Constata-se um aumento em relação ao resultado do ano de 2014, que foi de **R\$ 10.617,52**.

**b) Percentual de Gastos com Pessoal:** o indicador possibilita identificar o montante de despesa da folha de pagamento, em relação ao total de despesa geral da instituição. Para tanto, obtém-se o valor pretendido pela relação do total de gastos com pessoal pelo total de gastos. No exercício 2015, o resultado obtido foi de **75,53%**. Constata-se um aumento em relação ao resultado do ano de 2014, que foi de **67,55%**.

**c) Percentual de Gastos com Outros Custeios:** esse indicador tem por objetivo quantificar o total de gastos da instituição com outros custeios, em função das despesas totais. Para composição do dado Gastos com Outros Custeios, desconta-se do total de gastos da instituição, os valores despendidos com pessoal, investimentos, inversões financeiras, benefícios, PIS/PASEP e Bolsa Formação. Nesse sentido, o indicador é obtido pela relação desse componente pelos gastos totais do IFSC. O índice demonstra que **12,76%** da despesa institucional total está relacionada aos gastos com outros custeios. Verifica-se uma diminuição em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **14,11%**.

**d) Percentual de Gastos com Investimentos em Relação aos Gastos Totais:** para composição do indicador computam-se as despesas realizadas a título de investimentos e inversões financeiras, pelos gastos totais da instituição. No exercício de referência, a relação entre os componentes atingiu a marca de **7,73%**. Constata-se uma diminuição em relação ao resultado do ano anterior, que foi de **14,49%**.

#### 2.4.1.2.2.3 Indicador de Gestão de Pessoas

**a) Índice de Titulação do Corpo Docente:** o indicador tem por objetivo demonstrar o nível de qualificação dos servidores docentes do IFSC. Para obter essa valoração, consideram-se todos as esferas de titulação, graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado e excluem-se os docentes substitutos do cômputo geral de docentes. Em 2015 o indicador atingiu o resultado de **4,00**. Verifica-se uma variação positiva em relação ao resultado do ano de 2014, que foi de **3,83**.

#### 2.4.1.2.2.4 Indicadores Socioeconômicos

**a) Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar:** o indicador tem por finalidade traduzir o grau de inclusão social dos alunos pesquisados, a partir de faixas de renda *per capita* familiares específicas. Para composição desses dados, a instituição aplicou um questionário, por intermédio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), aos alunos que estão matriculados no exercício de referência, solicitando para que os respondentes se informassem o valor total da renda familiar, bem como o número de integrantes da família. Esses dados foram sistematizados, considerando a distribuição nas 6 faixas de renda que são referentes ao salário-mínimo do ano de 2015, no valor de **R\$ 880,00**. As faixas de renda foram estabelecidas pela SETEC, no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT, de janeiro de 2015. Nesse sentido, o indicador apresentado corresponde a uma amostra de 4.340 alunos.

Conforme se infere, **R\$ 1.234,92** foi o valor da renda média per capita familiar dos estudantes no ano de 2015, um pouco menor em comparação com a Renda familiar per capita do Estado de Santa Catarina, que é de R\$ 1.368,00 e um pouco maior que a Renda familiar per capita do Brasil, que é de R\$ 1.113,00, segundo o IBGE. É possível avaliar ainda que a mediana foi de **R\$ 950,00**, ou seja, 50% dos estudantes pesquisados pertencem a famílias cuja renda *per capita* é inferior a R\$ 950,00.

#### 2.4.1.2.3 Metodologia de Composição dos Indicadores

##### 2.4.1.2.3.1 Terminologia

Considerando a proposta metodológica determinada pela SETEC, apresenta-se a seguir a terminologia utilizada pela Secretaria para a composição dos indicadores.

Quadro 28 - Terminologia para indicadores

<b>SISTEC</b>
<b>Inscrições (Inscritos):</b> Número de inscrições para as vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (SISU, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios) por curso e campus. É importante o registro do total de inscrições para qualquer oferta da Instituição, pois será utilizada com as vagas ofertadas para o cálculo do indicador “candidato/vaga”.
<b>Vagas Ofertadas:</b> Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise, em Editais de Oferta de Vagas por meio do SISU, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios e/ou outras formas de ingresso.
<b>Número de Ingressos (Ingressos):</b> Refere-se ao total de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos ou outras formas de ingresso que tenham sido incluídas no SISTEC, por curso e campus. O indicador “ingresso/aluno” precisa que os alunos sejam inseridos em ciclos de matrícula e não sejam trocados de ciclos ao longo de sua vida escolar, para não comprometer o indicador “retenção de fluxo escolar”.
<b>Matrículas Atendidas:</b> Corresponde ao número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula. Para efeito de cálculo dos indicadores utilizando o SISTEC, equivale a todas as matrículas que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo desejado. Ex.: As matrículas atendidas do intervalo entre 01/01/2013 e 31/12/2013, são a soma de todos os alunos que tiveram “situação final” registrada ao longo do período de 2013, mais os alunos que ingressaram em 2013, e todos os alunos que ainda estavam com situação “em curso” no último mês de ocorrência do período considerado para a análise. Em síntese corresponde ao total de matrículas que estiveram “em curso” por, pelo menos, um dia, dentro de período de análise.
<b>Número de concluintes (Concluintes):</b> Concluinte é o aluno que integralizou os créditos e está apto a colar grau. No caso de cursos que exigem a conclusão de um estágio curricular, existe no sistema o status do aluno que “integralizou a fase escolar”, que não é ainda concluinte, por dever a aprovação no estágio obrigatório. Como é possível esta separação, para algumas análises, pode ser interessante somar estes dois status, para outras, conhecê-los separadamente. Neste manual, porém, o termo concluinte será utilizado como o somatório do número de concluintes e do número de integralizados.
<b>Integralizado Fase Escolar (Integralizado):</b> É o aluno que concluiu os créditos, mas que por dever a aprovação no estágio obrigatório ainda não está apto a colar grau.
<b>Evadido:</b> De acordo com o Manual do SISTEC para a Rede Federal é o aluno que possui mais de 25% de falta.
<b>Desligado:</b> É o aluno que solicita o cancelamento de sua matrícula junto à secretaria da unidade escolar.
<b>Transferido Externo:</b> O aluno é transferido de uma unidade de ensino técnico para outra unidade de ensino (tanto para o ensino regular ou técnico).
<b>Matrículas Finalizadas (Finalizados):</b> Refere-se as matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido.
<b>Número de alunos retidos (Retidos):</b> O número de alunos retidos representa o total de alunos de um dado ciclo de matrícula que estejam em situação ativo, concluinte ou integralizado fase escolar, que tenham mês de ocorrência posterior a data final prevista para o ciclo de matrícula, e que pertençam a um mesmo ciclo de matrícula. Retenção Escolar refere-se à subdivisão acadêmica de reprovação ou trancamento. É muito importante que um aluno não seja trocado de ciclo de matrícula, a não ser que realize novo ingresso na instituição, normalmente em outro curso, através

da previsão de conclusão com novo ciclo de matrícula. O aluno reprovado ou que realizou trancamento e retornar para o mesmo curso, só que em nova turma, não deverá ter seu ciclo de matrícula trocado.

#### SIAPE

**Número de docentes:** O Docente em tempo integral (seja efetivo ou contrato temporário) presta atividades exclusivamente acadêmicas, considerando-se o regime de trabalho de 40 horas semanais. A quantidade de professores em regime de trabalho de 20 h será multiplicada por 0,5 e a quantidade de professores em regime de 40h ou de Dedicção Exclusiva será multiplicada por 1. Este dado é atualmente conseguido através do sistema SIAPE e será utilizado para o cálculo do indicador “relação de alunos/docentes em tempo integral”, também conhecido como RAP.

#### SIAFI

**Gastos Totais:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesa, exceto as ações 20RW e 8252. O Bolsa Formação e o E-TEC não foram contabilizados em nenhum componente porque os alunos do Bolsa-Formação e do E-TEC não constam nos indicadores acadêmicos

**Gastos com Pessoal:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 1 - Pessoal e encargos sociais

**Gastos com Inativos e Pensionistas:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 0181 - Pagamento de Aposentarias e Pensões - Servidores Cívics

**Gastos com Investimentos:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 4 - Investimentos.

**Gastos com Inversões Financeiras:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos do grupo de despesa 5 - Inversões Financeiras.

**Benefícios:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos das ações 2004, 2010, 2011, 2012, 20CW e 00M1

**PIS/PASEP:** despesas liquidadas da natureza de despesa 33914712 - Contribuição para o PIS/PASEP

**Gastos Correntes:** Gastos Totais (sem Bolsa Formação e E-TEC) - Gastos com Inativos e Pensionistas - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras

**Gastos com Outros Custeios:** Gastos Totais (sem Bolsa Formação e E-TEC) - Gastos com Pessoal - Gastos com Investimentos - Gastos com Inversões Financeiras - Gastos com Benefícios - Gastos com PIS/PASEP

**Bolsa Formação:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 20RW (Bolsa Formação).

**E-TEC:** despesas liquidadas e restos a pagar não-processados pagos da ação 8252 (Educação Profissional e Tecnologia a Distância)

Fonte: SETEC

### 2.4.1.2.4 Memória de Cálculo dos Indicadores de Gestão - Exercício 2015

Quadro 29 - Indicadores alunos

Dados Alunos	
Inscrições	39916
Vagas ofertadas	15801
Ingressantes	13869
Total de Matriculados	29407
Concluídos	4461
Integralizados Fase Escolar	231
Evadidos, Desligados e Transferidos Externos	4182
Total de Retidos	11906

Fonte: SISTEC / SETEC (Fevereiro de 2016)

Quadro 30 - Indicadores docentes

<b>Dados Docentes</b>	
Docentes 20 horas	15
Docentes 40 horas	39
Docentes DE	1065
<b>Total Docentes</b>	<b>1119</b>
Docentes Graduados	55
Docentes Aperfeiçoados	3
Docentes Especialistas	149
Docentes Mestres	592
Docentes Doutores	320
<b>Total Docentes</b>	<b>1119</b>

Fonte: SIAPE / SETEC (Fevereiro de 2016)

Quadro 31 - Indicadores financeiros

<b>Dados Financeiros</b>	
Gastos Totais (sem Bolsa Formação e E-TEC)	R\$ 408.381.807,53
Total de Gastos com Pessoal	R\$ 308.443.083,92
Total de Gastos com Inativos e Pensionistas	R\$ 36.019.555,58
Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras	R\$ 31.580.097,14
Total de Gastos com Benefícios	R\$ 16.249.989,02
Total de Gastos com PIS/PASEP	R\$ 14.775,51
Total de Gastos Correntes (sem Bolsa Formação e E-TEC)	R\$ 340.782.154,81
Total de Gastos com Outros Custeios (sem Benefícios)	R\$ 52.093.861,94
Gastos com o Bolsa Formação	R\$ 6.606.861,45

Fonte: SIAFI / SETEC (Fevereiro de 2016) - despesas liquidadas e de restos a pagar, por grupo de despesas

<b>Relação Candidato/Vaga (RCV)</b>	2015
	2,53
Indica o nível de procura da clientela da região pelo ensino do IFSC. RCV= $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Candidatos}}{\text{N}^\circ \text{ de Vagas}}$	<u>39.916</u> 15.801
RCV=	2,53

<b>Relação Ingresso / Aluno (Total) - RIA</b>	2015
	47,16
Indica percentualmente, a quantidade de ingressantes em relação ao total de alunos. RIA = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Ingressantes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	<u>13.869</u> 29.407
RIA =	47,16



<b>Relação Concluinte/ Aluno - RCA</b>	<b>2015</b>
	<b>15,17</b>
Indica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos. RCA = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluídos e Integralizados Fase Escolar}}{\text{N}^\circ \text{ Total Matriculados}} \times 100$	<u>4.461</u> 29.407
RCA =	<b>15,17</b>

<b>Índice de Eficiência Acadêmica - IEA (%)</b>	<b>2015</b>
	<b>45,67%</b>
Quantifica a eficiência da Instituição. IEA = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Concluintes e Integralizados Fase Escolar}}{\text{Número de Matriculados Finalizados}} \times 100$	<u>4.692</u> 8.874
IEA =	<b>45,67%</b>

<b>Índice de Retenção do Fluxo Escolar - IRFE (%)</b>	<b>2015</b>
	<b>40,49%</b>
Identifica, percentualmente, o índice de retenção de alunos. IRFE = $\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Retidos}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}} \times 100$	<u>11.906</u> 29.407
IRFE =	<b>40,49%</b>

<b>Relação Aluno / Docente de Tempo Integral (RAD)</b>	<b>2015</b>
	<b>26,46</b>
Quantifica o número de alunos para cada docente em tempo integral. RAD = $\frac{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}{\text{Docentes com 40h + DE + 20h} \times 0,5}$	<u>29.407</u> 1111,5
RAD =	<b>26,46</b>

<b>Gastos Correntes por aluno - GCA</b>	<b>2015</b>
	<b>R\$ 11.588,47</b>
Indica o total de “gastos” da Instituição por aluno atendido. GCA = $\frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Matriculados}}$	<u>R\$ 340.782.154,81</u> 29.407
GCA =	<b>R\$ 11.588,47</b>

<b>Gastos com Pessoal - GP (%)</b>	<b>2015</b>
	<b>75,53%</b>
Indica percentualmente o quanto é gasto com pessoal em relação aos gastos totais. GP = $\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	<u>R\$ 308.443.083,92</u> R\$ 408.381.807,53
GP =	<b>75,53%</b>

	<b>2015</b>
--	-------------

<b>Gastos com Outros Custeios - GOC (%)</b>	<b>12,76%</b>
Indica percentualmente o quanto é gasto com outros custeios. $GOC = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	<b>R\$ 52.093.861,94</b> <b>R\$ 408.381.807,53</b>
GOC =	<b>12,76%</b>

	<b>2015</b>
<b>Gastos com investimento - GI (%)</b>	<b>7,73%</b>
Indica percentualmente o quanto é gasto com investimento. $GI = \frac{\text{Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$	<b>R\$ 31.580.097,14</b> <b>R\$ 408.381.807,53</b>
GI =	<b>7,73%</b>

	<b>2015</b>
<b>Índice de Titulação do Corpo Docente - I T C D</b>	<b>4</b>
Quantifica a titulação do corpo docente. $ITCD = \frac{1(G)+2(A)+3(E)+4(M)+5(D)}{(G+A+E+M+D)} = \frac{1(55)+2(3)+3(149)+4(592)+5(320)}{(55+3+149+592+320)}$	<b>4.473</b> <b>1.119</b>
I T C D =	<b>4</b>
Pesos: Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4 e Doutorado=5	
Obs.: Se ITCD = 5, todos os docentes são Doutores	

### 2.4.1.3 INDICADORES SOCIAIS DOS DISCENTES

Em paralelo à composição dos Indicadores de Gestão, nos termos do Acórdão nº 2.267/2005, e dando continuidade à ação institucional para auferir as informações socioeconômicas de seus alunos, o IFSC sistematizou, ao longo do exercício de referência, um conjunto de medidas no sentido de quantificar os seguintes dados e informações: pessoas com necessidades específicas, faixa etária, gênero, raça autodeclarada, ocupação principal, procedência domiciliar e procedência escolar.

Na composição desses dados, a Instituição fez uso de três instrumentos diferenciados. Para o indicador Pessoas com Necessidades Específicas, os dados foram coletados junto ao NAPNE Central do IFSC - Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas. Já para a Faixa Etária e Gênero, utilizou-se a amostra extraída do Relatório de Autoavaliação Institucional 2015, organizado e compilado pela CPA - Comissão Própria de Avaliação. Cabe destacar que a partir do relatório de gestão 2014 foram incluídos os alunos dos cursos FIC. Os demais indicadores sociais foram compostos a partir de pesquisa aplicada pelo Departamento de Ingresso aos alunos ingressantes dos 1º e 2º semestres de 2015, cuja população da amostra variou de acordo com a informação pesquisada.

#### 2.4.1.3.1 Pessoas com Necessidades Específicas - alunos matriculados

Quadro 32 - Pessoas com Necessidades Específicas

<b>Pessoas com Necessidades Específicas</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Deficiência auditiva	67	0,25	67	0,23
Deficiência visual	19	0,07	24	0,08
Deficiência física (motora ou fala)	27	0,10	22	0,08
Deficiência múltipla	0	0,00	1	0,00
Deficiência mental	5	0,02	5	0,02
Condutas típicas	2	0,01	20	0,07
Superdotados/altas habilidades	9	0,03	14	0,05
Saúde mental	81	0,31	97	0,33
Outras necessidades	20	0,08	90	0,31
Nenhuma	26240	99,13	28943	98,84
Total de pessoas com necessidades específicas	230	0,87	340	1,16
<b>Total de Alunos matriculados</b>	<b>26470</b>	<b>100,00</b>	<b>29283</b>	<b>100,00</b>

Fonte: NAPNE Central do IFSC/Pró-Reitoria de ensino

#### 2.4.1.3.2 FAIXA ETÁRIA - alunos matriculados

Quadro 33 - Faixa Etária

<b>Faixa Etária</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Até 14 anos	118	2,50%	33	0,64%
De 15 a 17 anos	1589	33,60%	1930	37,32%
De 18 a 19 anos	701	14,82%	1003	19,39%
De 20 a 24 anos	739	15,63%	933	18,04%
De 25 a 29 anos	488	10,32%	514	9,94%
De 30 a 39 anos	609	12,88%	507	9,80%
De 40 a 49 anos	300	6,34%	178	3,44%
A partir de 50 anos	185	3,91%	74	1,43%
<b>Total da amostra</b>	<b>4729</b>	<b>100,00%</b>	<b>5172</b>	<b>100,00%</b>
Alunos matriculados	26470	-	29283	
% da amostra em relação aos alunos matriculados	17,87%	-	17,66%	

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2014 e 2015 - CPA

#### 2.4.1.3.3 GÊNERO - alunos matriculados

Quadro 34 - Gênero

<b>Gênero</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Feminino	2016	42,63	2176	42,10
Masculino	2713	57,37	2993	57,90
<b>Total da amostra</b>	<b>4729</b>	<b>100,00</b>	<b>5169</b>	<b>100,00</b>
Alunos matriculados	26470	-	29283	
% da amostra em relação aos alunos matriculados	17,87%	-	17,65%	

Fonte: Relatório de Autoavaliação Institucional 2014 e 2015 - CPA

#### 2.4.1.3.4 RAÇA AUTODECLARADA - alunos ingressantes

Quadro 35 - Raça Autodeclarada

<b>Raça autodeclarada</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Branca	7693	78,77	12090	76,91
Negra	466	4,77	847	5,39
Parda	1481	15,16	2598	16,53
Amarela (oriental)	72	0,74	114	0,73
Indígena	54	0,55	70	0,45
<b>Total da amostra</b>	<b>9766</b>	<b>100,00</b>	<b>15719</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Departamento de Ingresso 2014 e 2015/DEIA

#### 2.4.1.3.5 Ocupação Principal - alunos ingressantes

Quadro 36 - Ocupação Principal

<b>Qual sua ocupação principal</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Aposentado	379	2,41
Autônomo (Pintor, Artesão, Empregado Doméstico, Ambulante, etc.)	826	5,25
Desempregado	2145	13,65
Empregado de Empresa Privada	4158	26,45
Empregado de Empresa Pública	2417	15,38
Empresário/Microempresário	275	1,75
Estudante	4536	28,86
No lar (sem remuneração)	485	3,09
Profissional Liberal (Técnico, Dentista, Advogado, Contador, etc.)	227	1,44
Trabalhador Rural	271	1,72
<b>Total da amostra</b>	<b>15719</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Departamento de Ingresso 2015/DEIA

#### 2.4.1.3.6 Procedência Domiciliar alunos ingressantes

Quadro 37 - Procedência Domiciliar

<b>Procedência Domiciliar</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Urbana	4540	91,33	14132	89,90
Rural	431	8,67	1587	10,10
<b>Total da amostra</b>	<b>4971</b>	<b>100,00</b>	<b>15719</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Departamento de Ingresso 2014 e 2015/DEIA

#### 2.4.1.3.7 Procedência Escolar - alunos ingressantes

Quadro 38 - Procedência escolar

<b>Procedência escolar</b>	<b>Ensino Fundamental</b>		<b>Ensino Médio</b>	
	<b>2015</b>	<b>%</b>	<b>2015</b>	<b>%</b>
Maior parte em escola particular	719	4,59	752	5,53
Maior parte em escola pública	1392	8,88	1148	8,44
Todo em escola particular	1183	7,54	1513	11,12
Todo em escola pública	12386	78,99	10194	74,92
<b>Total da amostra</b>	<b>15680</b>	<b>100,00</b>	<b>13607</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Departamento de Ingresso 2015/DEIA

#### 2.4.1.4 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS

A seguir apresentam-se as análises dos indicadores sociais.

**1. Pessoas com Necessidades Específicas:** expressa o quantitativo de alunos que apresentam alguma dentre as nove necessidades listadas. Verifica-se que em 2015 foram atendidos 230 alunos pelo NAPNES do IFSC, o que representa 1,16% do total de alunos da instituição. Em comparação com o ano anterior houve um aumento no número de atendimentos. Esse aumento se justifica pelo esforço que o IFSC tem feito no sentido de ampliar a inclusão das pessoas com necessidades específicas, tanto em termos de instituição de ensino, quanto em termos de políticas públicas.

**2. Faixa Etária:** demonstra a distribuição dos alunos matriculados pelas 8 faixas etárias estabelecidas. Verifica-se, a partir da pesquisa realizada, que a maior concentração de alunos se encontra na faixa que compreende idade entre 15 e 17 anos (37,32%), seguido da faixa entre 18 e 19 anos (19,39%) e da faixa entre 20 e 24 anos (18,04%). Pode-se inferir ainda que 75,39% dos alunos do IFSC têm menos de 24 anos.

**3. Gênero:** o indicador tem por objetivo relacionar a proporção entre alunos homens e mulheres matriculados. Infere-se, pelo quadro, a predominância do gênero masculino no percentual de 57,9% dos alunos pesquisados na pesquisa da CPA.

**4. Raça Autodeclarada:** os dados que traduzem, a partir da amostra coletada, a que raça os alunos ingressantes pesquisados declaram pertencer. O quadro demonstra que em torno de 76,91% dos alunos pesquisados se declararam da raça branca, seguido por parda, com 16,53%.

**5. Ocupação Principal:** foram alteradas as categorias de ocupação com relação as categorias do ano anterior, por serem estas as que são utilizadas no questionário socioeconômico do DEING. A ocupação principal tem por objetivo demonstrar a principal função exercida pelos alunos ingressantes pesquisados. Infere-se, a partir dos dados apurados, que 28,86% detêm a condição exclusiva de estudante e que 26,45% dos alunos atua na iniciativa privada, na qualidade de empregado.

**6. Procedência Domiciliar:** os dados expressam a área do município em que os alunos ingressantes residem. Pode-se concluir que aproximadamente 89,90% dos alunos procedem da zona urbana.

**7. Procedência Escolar:** A procedência escolar foi dividido por tipo de escola em que o aluno cursou antes de entrar no IFSC em dois níveis: ensino fundamental, ensino médio. Tem por escopo traduzir de que modalidade de escola provêm os alunos ingressantes pesquisados. A tabela demonstra que em torno de 74,92% dos alunos objetos da pesquisa são oriundos de escola pública.

#### 2.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

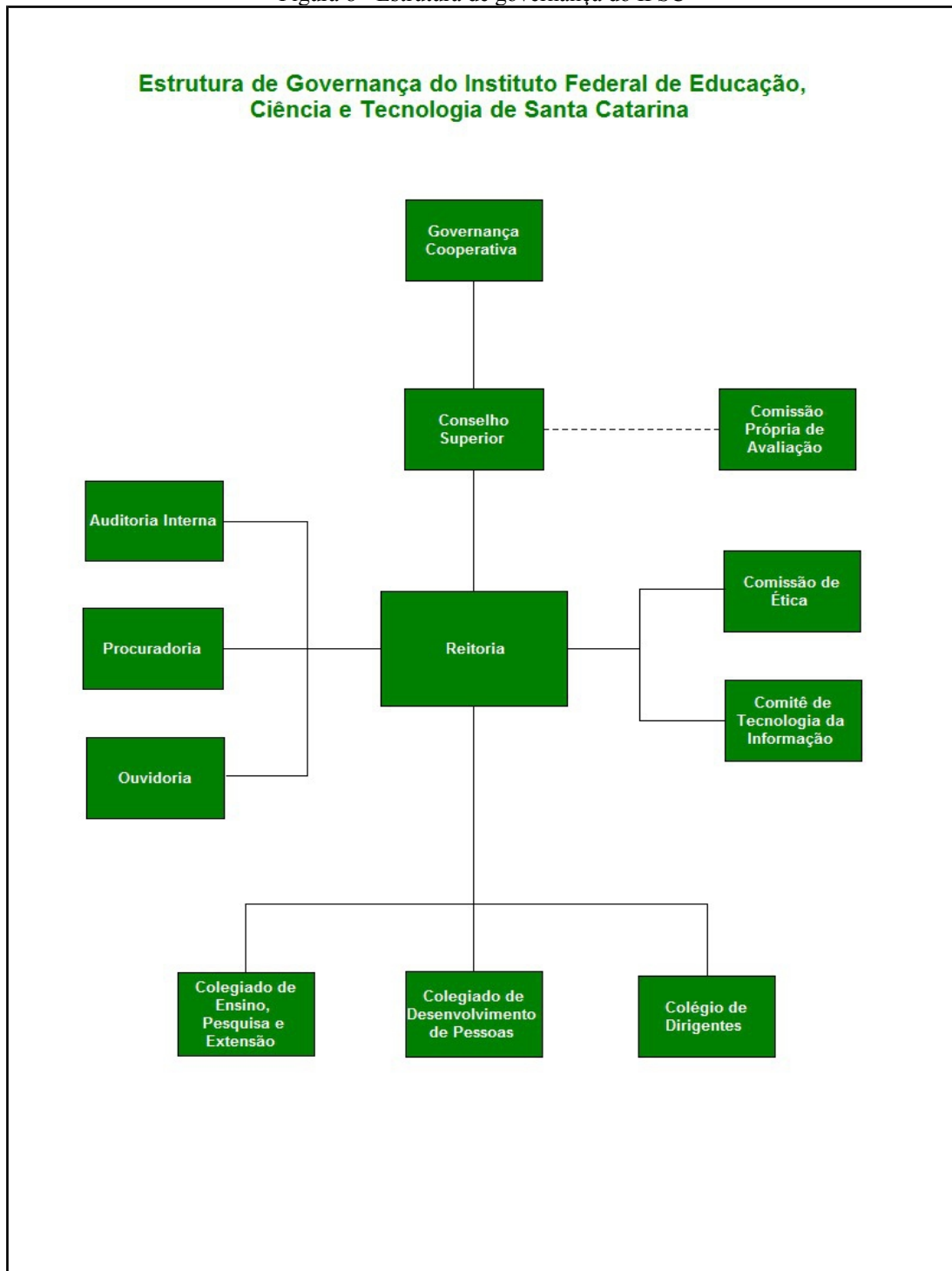
Não houve ocorrência no período.

### 3 GOVERNANÇA

#### 3.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Na Figura 8 apresenta-se a configuração dos órgãos que compõem a Estrutura de Governança do IFSC.

Figura 8 - Estrutura de governança do IFSC



Fonte: Desenvolvido pela DGC, com base no Regimento Geral do IFSC.

**a) Órgãos Colegiados:** Órgãos colegiados são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas.

No IFSC temos os seguintes conselhos e colegiados: Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, o Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão e Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas. Todos têm regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto do IFSC e do Regimento Geral.

Para apoiar a gestão pedagógica e administrativa, o IFSC ainda conta com os colegiados dos câmpus. O Colegiado do câmpus é órgão normativo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do câmpus de forma a assessorar o Diretor-Geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC.

Apresenta-se a seguir algumas informações sobre a atuação dos conselhos e colegiados:

- **Conselho Superior** - é o órgão consultivo e deliberativo máximo do IFSC. Instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores Técnicos-Administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes, tendo a Reitora como presidente. Seus membros reúnem-se a cada dois meses para tratar de assuntos relativos as políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para Reitor e diretores-gerais, entre outros.
- **Colégio de Dirigentes** - é um órgão normativo e consultivo, também instituído pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, presidido pela Reitora e formado pelos pró-reitores e diretores-gerais de câmpus. Esse colegiado trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira, relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos tratados pelo Colégio de Dirigentes.
- **Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)** - é um órgão normativo e consultivo de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão. É formado por representantes dos servidores docentes, servidores Técnicos-Administrativos em educação, discentes, pró-reitores de Ensino (presidente), Extensão e Relações Externas e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, além dos Diretores de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão. Passam pelo CEPE, por exemplo, todas as propostas de criação, reestruturação e extinção de cursos no IFSC, assim como a suspensão de oferta de vagas.
- **Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas** - é um órgão normativo e consultivo que tem por finalidade subsidiar a Reitoria nos encaminhamentos das políticas de pessoal. Em suas reuniões mensais, trata de diretrizes, políticas e normas internas para a gestão de pessoas do IFSC. É formado por membros natos: Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Diretor de Gestão de Pessoas. Membros eleitos: Comissão Interna de Supervisão - CIS, composta por três representantes Técnicos-Administrativos titulares e três suplentes; Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, composta por três representantes docentes titulares e três suplentes
- **Colegiado do câmpus** - é órgão normativo e deliberativo por delegação do Conselho Superior, no âmbito do câmpus, de forma a assessorar o diretor-geral com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFSC.

## b) Reitoria

- **Ouvidoria** - a Ouvidoria é um órgão de apoio ao Reitor em assuntos de acompanhamento do processo pedagógico e administrativo e ao seu titular compete: desenvolvimento das atividades exercidas pelos servidores e discentes do IFSC; acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta; identificar e interpretar o grau de satisfação dos usuários, com relação aos serviços públicos prestados; propor soluções e oferecer recomendações às instâncias pedagógicas e administrativas, quando julgar necessário, visando a melhoria dos serviços prestados, com relação às manifestações recebidas; realizar, no âmbito de suas competências, ações para apurar a procedência das reclamações e denúncias, assim como eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade ocasional de instauração de sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos pertinentes; requisitar fundamentadamente, e exclusivamente quando cabíveis, por meio formal, informações junto aos setores e às unidades da Instituição; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área.
- **Auditoria Interna** - à Auditoria Interna é um órgão de apoio ao Reitor do IFSC, supervisionada pelo Conselho Superior, que tem como competência: analisar os procedimentos, rotinas e controles internos; avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, de acordo com a legislação vigente; examinar os registros contábeis quanto à sua adequação; assessorar a gestão no tocante às ações de controle; orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e à eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades; prestar apoio dentro de suas especificidades, no âmbito do IFSC, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), respeitada a legislação pertinente; verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração; acompanhar o resultado final dos processos de sindicância e processos administrativos disciplinares, com vistas a subsidiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com as informações necessárias; supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos campi; assessorar os gestores do IFSC na execução de programas de governo; verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do IFSC e sobre as tomadas de contas especiais; acompanhar a elaboração de respostas às solicitações da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU); realizar auditorias internas periódicas na Reitoria e nos campi; elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área; realizar outras atividades afins e correlatas.
- **Procuradoria-Geral** - à Procuradoria-Geral é um órgão de apoio ao Reitor do IFSC e ao Procurador-Chefe cuja competência é assistir o Reitor em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados; elaborar e apresentar parecer sobre processos de licitação; emitir parecer sobre contratos e convênios; e por também, revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área.

**c) Comitês e Comissões:** são grupos formalmente constituídos para desenvolver um objetivo específico, de caráter permanente ou não, no qual são designados servidores para sua composição por indicação da chefia, ou por iniciativa própria de acordo com a situação.



- **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** - tem como objetivo assegurar a condução do processo de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.
- **Comissão de Ética** - é o órgão responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto à conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- **Comitê de Tecnologia da Informação** - é um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela Portaria nº 403 de 29 de março de 2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática - SISPI. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

**d) Instrumentos:** a governança institucional é subsidiada pelos documentos norteadores, destacando-se o Estatuto do IFSC, o Regimento Geral do IFSC, os Regimentos Internos dos campi, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Política de Comunicação do IFSC, o Regulamento Didático Pedagógico do IFSC e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

### 3.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

#### a) **Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas**

A Unidade de Auditoria Interna - UNAI do IFSC está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais, conforme consta no Regimento Interno da UNAI, aprovado em 19/03/2012 (Portaria 368). Atualmente, o quadro de servidores da UNAI é composto por 06 auditores internos, sendo: 03 servidores lotados na Reitoria (Auditoria Geral) e 03 auditores lotados em cada uma das Auditorias Regionais (Norte, Sul e Oeste).

As auditorias regionais estão subordinadas diretamente à Auditoria Geral e as autorizações, avaliações e assinatura dos controles de frequência são realizados pelo auditor chefe. O pagamento de inscrições em cursos, bem como diárias e passagens são autorizados pelo auditor chefe e Reitoria, com recursos da Reitoria.

Quanto aos procedimentos de campo, a Auditoria Geral/Reitoria encaminha para as auditorias regionais o documento denominado "Ordem de Serviço - OS", o qual prescreve a inspeção de uma determinada área nos campi de sua abrangência. Na OS serão definidos os procedimentos básicos, bem como o escopo detalhado, onde será possível definir a extensão, a profundidade e o alcance dos trabalhos.

Após a análise do material requisitado na Solicitação de Auditoria (encaminhada pela Auditoria Geral) os auditores regionais confeccionam o relatório preliminar e encaminham ao auditado para manifestação. Após as considerações do auditado, os auditores regionais encaminham o relatório final à Auditoria Geral para que esta elabore um relatório gerencial que aborda as principais constatações encontradas nos trabalhos de campo, bem como elabora recomendações estruturantes que visam atacar a causa do problema.

**b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão**

A Unidade de Auditoria Interna realizou, durante o ano de 2015, atividades de auditoria operacional junto aos câmpus e Pró-Reitorias do IFSC, devidamente relatadas nos respectivos Relatórios de Auditoria. Neste ano foram produzidos 10 (dez) Relatórios de Auditoria Interna resumidos no Quadro 38.

Quadro 39 - Resumo dos relatórios de Auditoria

<b>AUDITORIAS INTERNAS REALIZADAS EM 2015 - IFSC</b>					
<b>Documento de Origem</b>	<b>Área/Unidade Auditada</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Cronograma (Planejamento/Execução/Encerramento)</b>	<b>Recursos Humanos</b>	<b>Documento Gerado</b>
Ordem de Serviço nº 001/2015 (PAINT)	Diretoria de Gestão de Pessoas-Reitoria e câmpus região Norte, Sul e Grande Florianópolis	Avaliar os controles relacionados pagamento do adicional de insalubridade, periculosidade e Gratificação por encargo de curso e concurso	Fevereiro a Abril/2015 <b>(1440 h)</b>	04 auditores	Relatório de Auditoria 001/2015
Ordem de Serviço nº 002/2015 (PAINT)	Departamento de Contratos da Reitoria e câmpus	Avaliar as atuais condições dos controles administrativos internos na área de gestão de contratos terceirizados bem como nos contratos de cessão de espaço físico.	Maio/2015 a novembro/2015 <b>(1600 h)</b>	05 auditores	Relatório de Auditoria 002/2015
Ordem de Serviço nº 003/2015 (Demanda não Planejada - Ouvidoria)	Câmpus Chapecó	Averiguar denúncia encaminhada à Ouvidoria-Geral do IFSC, referente à conduta de atuação em sala de aula de docente do câmpus Chapecó	Abril/2015 <b>(80 h)</b>	01 auditor	Relatório Simplificado 001/2015
Ordem de Serviço nº 004/2015 (Demanda não Planejada - Procuradoria)	Reitoria	Analisar os controles internos do contrato 64/2013 firmado entre o IFSC e a FEES em virtude de demanda recebida da Procuradoria-Geral Federal junto ao IFSC onde esta solicita a emissão de um Parecer Técnico sobre todo processo.	Junho/2015 a julho/2015 <b>(80 horas)</b>	01 auditor	Parecer Técnico 001/2015
Ordem de Serviço nº 005/2015 (Demanda não Planejada - Consup)	Câmpus São Miguel do Oeste	Avaliar a adequação do possível pagamento de adicional de insalubridade para servidor do câmpus São Miguel do Oeste.	Julho/2015 <b>(20 horas)</b>	01 auditor	Parecer Técnico 002/2015
Ordem de Serviço nº 006/2015 (Demanda não Planejada - UNAI)	Câmpus Araranguá	Analisar orientação proferida aos servidores do câmpus quanto à possibilidade de compensação de horas em dobro para períodos trabalhados em feriados e finais de semana.	Agosto/2015 <b>(10 horas)</b>	01 auditor	Nota de Auditoria 001/2015
Ordem de Serviço nº 007/2015	Reitoria e câmpus do IFSC	Verificar os controles internos referentes aos processos de progressões funcionais dos servidores do IFSC	Setembro a Dezembro/2015 <b>(1.440 h)</b>	05 auditores	Relatório de Auditoria 003/2015

Ordem de Serviço 008/2015	Reitoria e câmpus do IFSC	Verificar o cumprimento das recomendações dos relatórios de auditoria interna dos anos de 2013 e 2014.	Outubro e Novembro/2015 (180 horas)	01 auditor	Relatório Simplificado 002/2015
Ordem de Serviço 009/2015	Câmpus São Carlos	Averiguar denúncia encaminhada à Ouvidoria-Geral do IFSC, referente à ilicitudes no programa PRONATEC do câmpus São Carlos	Novembro/2015 (120 horas)	01 auditor	Relatório Simplificado 003/2015
Ordem de Serviço 010/2015	Departamento de Compras - Reitoria	Avaliar os controles internos na área de Licitações do IFSC	Novembro e Dezembro/2015 (320 horas)	01 auditor	Relatório de Auditoria 004/2015

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

Em termos de volume financeiro a UNAI auditou, de acordo com o escopo previsto no Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015 e detalhado nos relatórios, um total R\$ 45.707.034,08 (quarenta e cinco milhões, setecentos e sete mil, trinta e quatro reais e oito centavos), detalhado no Quadro 39.

Quadro 40 - Volume de recursos auditados

Documento de Origem	Programa/Ação	Recursos Auditados
Ordem de Serviço 001/2015	Adicional de Insalubridade/Periculosidade e GECC	R\$ 1.838.377,89
Ordem de Serviço 002/2015	Contratos de Serviços Terceirizados	R\$ 12.446.414,01
Ordem de Serviço 004/2015	Convênio FEESC x IFSC	R\$ 1.643.720,00
Ordem de Serviço 007/2015	Incentivos e Progressões Funcionais	R\$ - Indefinido
Ordem de Serviço 010/2015	Licitações	R\$ 29.778.522,18
<b>TOTAL R\$</b>		<b>R\$ 45.707.034,08</b>

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

**c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada**

No PAINT/2015 foram programadas atividades de auditoria operacional nas seguintes áreas: Concessão de adicionais de Insalubridade, Periculosidade e Gratificação por Encargo de Curso e Concurso; Gestão de contratos de serviços terceirizados; progressões funcionais; Licitações e Departamento de Orçamento e Finanças. Também foram previstas, dentre outras atividades discriminadas no Anexo I do PAINT/2015, a elaboração de Programas de Auditoria nas supracitadas áreas e respectivos Questionários de Avaliação dos Controles Internos - QACI's, bem como, o Plano de Capacitação da equipe de auditores.

Na auditoria realizada nos processos de concessão de Adicional de Insalubridade, Periculosidade e GECC, o objetivo principal foi aferir e avaliar as atuais condições dos controles administrativos internos da área de Gestão de Recursos Humanos nos processos supracitados.

Com a conclusão dos trabalhos percebeu-se algumas fragilidades que destacamos abaixo:

- a) Fragilidades nos controles de atualização do Laudo Técnico;
- b) Locais declarados insalubres ou perigosos por similaridade com outros ambientes;
- c) Falhas no controle de jornada de trabalho nos locais Insalubres/Perigosos.
- d) Servidores com cargo de direção e função gratificada recebendo Adicional de Insalubridade/Periculosidade sem laudo técnico individual;
- e) Ausência de indicação dos agentes de risco e dos EPIs (Equipamento de Proteção Individual) recomendados nos ambientes insalubres;

f) Fragilidades nos Controles de Pagamentos das Gratificações por Encargo de Curso e Concurso;

Após o relatório da UNAI, a Instituição tomou algumas medidas efetivas, tais como a visita da engenheira de segurança do trabalho em todos os câmpus para atualizar o laudo técnico que declara se o ambiente é insalubre ou não. Com essa medida, muitos ambientes que antes eram declarados insalubres por similaridade, perderam essa característica resultando em menos custo para a Instituição. Por outro lado, percebe-se que ainda falta um controle efetivo de acesso aos locais insalubres como forma de garantir a habitualidade que gera direito ao pagamento do referido adicional.

Nos trabalhos realizados no departamento de compras, a UNAI concluiu, com base em suas amostras e considerando o risco de auditoria que, em relação ao cumprimento da legislação e a observância dos requisitos legais de formalização dos processos, o Departamento de Compras do IFSC vem observando a legislação e mantém um bom nível de controles internos com vistas a mitigar os riscos de atingimento dos objetivos do setor.

Na mesma área, porém com atribuições e objetivos diferentes, foram analisados os controles internos referentes a gestão dos contratos de serviços continuados. Da análise, conclui-se que os controles internos do setor estão bem formalizados. O departamento de contratos tem criado rotinas e orientações que a UNAI reconhece estar um passo a frente de muitas outras instituições, no entanto, é preciso avançar. Com o crescimento da Instituição, a capacitação e comprometimento dos fiscais deve ser constante de forma a uniformizar os procedimentos de cobrança, arquivamento e postura em situações semelhantes.

Já os trabalhos realizados na área de Incentivos e Progressões Funcionais teve por objetivo geral verificar se as progressões funcionais por mérito e por capacitação dos servidores, bem como os incentivos à qualificação dos Técnicos-Administrativos em educação e as retribuições por titulação dos servidores docentes dos Câmpus, estão sendo concedidas de acordo com a legislação pátria em vigor, e em consonância com os normativos internos vigentes na instituição.

Com a conclusão dos trabalhos percebeu-se que a Instituição mantém um bom controle das concessões desses incentivos, com exceção da progressão por mérito onde a UNAI encontrou algumas progressões sem a avaliação funcional que justificasse tal progressão. A recomendação seguiu na linha de que deve haver a criação de um processo com fluxo definido como forma de fortalecer os controles internos.

Por fim, a UNAI considera um trabalho relevante, o parecer técnico nº 001/2015, que originou-se de uma demanda recebida da Procuradoria-Geral Federal junto ao IFSC onde esta solicita uma auditoria ampla no contrato 64/2013 firmado entre o IFSC e a Fundação de Apoio - FEESC.

Em face dos exames realizados, a UNAI constatou algumas fragilidades, principalmente na prestação de contas deficiente e na inobservância dos requisitos de transparência.

Dentre as recomendações expedidas pela UNAI, destaca-se a criação de uma comissão permanente para avaliação da prestação de contas, o que foi prontamente atendida pela Instituição.

A seguir apresenta-se um quadro resumo das atividades previstas e realizadas pela UNAI em 2015:

Quadro 41 - Atividades previstas x atividades realizadas

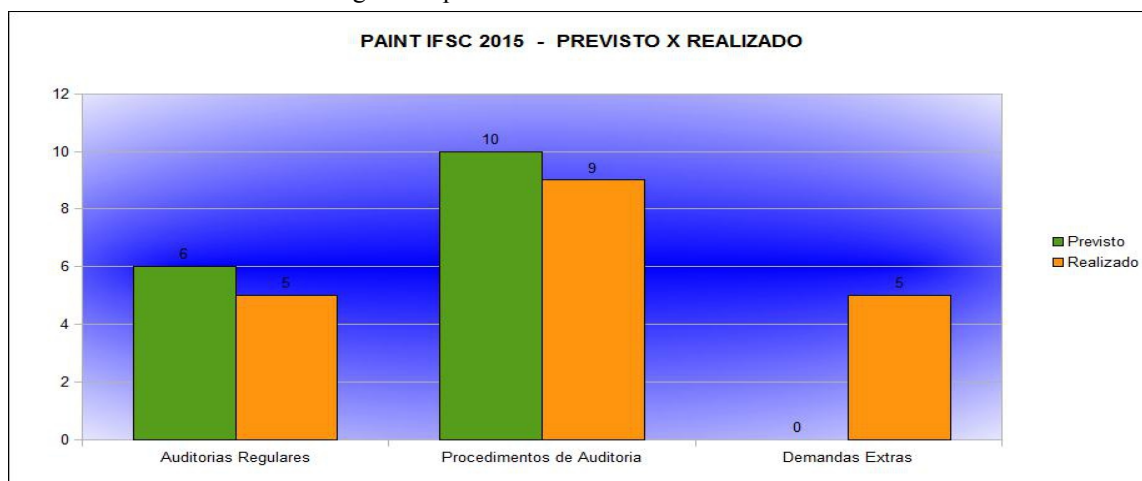
<b>CONTROLE DE METAS - PAINT/2015 DO IFSC</b>						
<b>ATIVIDADE</b>		<b>PREVISTA NO PAINT</b>		<b>EXECUTADA</b>		<b>OBSERVAÇÃO</b>
		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	
1	Auditoria - Adicionais de Insalubridade/Periculosidade e GECC	x		x		Relatório nº 001/2015
2	Auditoria - Progressões Funcionais	x		x		Relatório nº 003/2015
3	Auditoria - Gestão de Contratos Terceirizados	x		x		Relatório nº 002/2015
4	Auditoria - Departamento de	x			x	A justificativa pela não realização

	Orçamento e Finanças					decorre do fato de ter ocorrido um pedido de exoneração pelo servidor que possuía amplos conhecimentos na matéria a ser trabalhada além da greve que ocorreu na Instituição que durou mais de 90 dias.
5	Auditoria - Licitações	x		x		Relatório nº 004/2015. Este trabalho teve o escopo modificado em virtude da greve ocorrida na Instituição que prejudicou o andamento dos trabalhos.
6	Monitoramento das Recomendações	x		x		Foi emitida e OS 008/2015 e preenchida a planilha <i>Follow-up</i> Relatório Simplificado 002/2015
7	Relatório de Gestão	x		x		Preenchimento das tabelas de recomendações TCU/CGU e UNAI
8	Acompanhamento de Auditorias da CGU e TCU	x		x		Foi acompanhado a equipe de auditores da CGU que estiveram em 2015 no IFSC bem como atualização do PPP da CGU.
9	Planejamentos/ Relatórios - UNAI	x		x		Elaboração do PAINT e RAIN
10	Elaboração da Matriz de Atuação da UNAI	x		x		Matriz elaborada e adotada no PAINT/2016
11	Programa de Auditoria e QACI - Adicionais	x		x		Criado os QACI e documentos auxiliares
12	Programa de Auditoria e QACI - Contratos	x		x		Criado os QACI e documentos auxiliares
13	Programa de Auditoria e QACI - Progressões Funcionais	x		x		Criado os QACI e documentos auxiliares
14	Programa de Auditoria e QACI - Depat Orçamento e Finanças	x			x	Não foi realizado o trabalho de auditoria
15	Ações de Fortalecimento	x		x		Participações de reuniões de gestão e de colegiados apresentando o resultado dos trabalhos.
16	Capacitação da equipe	x		x		Participação em cursos conforme detalhamento no item 3.4.1
17	Denúncia recebida através da Ouvidoria-Geral do IFSC		x	x		Relatório Simplificado nº 001/2015
18	Demanda Recebida da PGF - Auditoria no Convênio IFSC X FEESC		x	x		Parecer Técnico 001/2015
19	Insalubridade câmpus São Miguel do Oeste - Demanda CONSUP		x	x		Parecer Técnico 002/2015
20	Demanda UNAI - Horas Extras câmpus Araranguá		x	x		Nota de Auditoria 001/2015
21	Denúncia recebida através da Ouvidoria-Geral do IFSC - câmpus São Carlos		x	x		Relatório Simplificado nº 003/2015

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

Abaixo é apresentado um gráfico com o resumo do previsto x realizado no PAINT/2015:

Figura 9 - previsto x realizado no PAINT/2015



Fonte: Unidade de Auditoria Interna

**d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.**

Em 2015 a UNAI manteve sua estrutura de Auditoria Geral e Auditorias Regionais. No entanto, houve um pedido de exoneração por posse em outro cargo público inacumulável e houve a nomeação de dois novos servidores, um para a auditoria regional da grande Florianópolis, com lotação na reitoria, e outro para a auditoria regional norte com lotação no câmpus Jaraguá do Sul.

Com essa movimentação de servidores, a equipe hoje está composta de: 6 auditores, sendo três lotados na reitoria - um auditor chefe, um auditor da reitoria e outro da regional da grande Florianópolis; além de um auditor regional oeste com lotação no câmpus Chapecó; um na regional norte no câmpus Jaraguá do Sul; e outro na região sul no câmpus Tubarão.

A vinculação permanece como previsto nos normativos internos, ou seja, Conselho Superior do IFSC.

### 3.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No IFSC, os Processos Administrativos Disciplinares - PAD's são instaurados quando, atendido o juízo de admissibilidade quanto a existência de indícios de materialidade e autoria, a Reitora determina a constituição da comissão de inquérito, por meio de Portaria, que desenvolverá os trabalhos de apuração.

As comissões constituídas trabalham com independência e autonomia e, sempre que necessário, por solicitação das mesmas, recebem assessoramento técnico das Assessorias Técnica e Executiva do Gabinete para o desenvolvimento de seus trabalhos.

O registro das informações relativas aos PAD's no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD são feitos pelas Assessorias Técnica e Executiva do Gabinete, ao final da tramitação dos processos. Saliente-se que, em decorrência da prática adotada institucionalmente de garantir a autonomia e independência dos trabalhos das comissões de inquérito, essas permanecem com a guarda dos autos enquanto designadas. Assim sendo, esses autos somente retornam para as Assessorias por ocasião do encerramento dos trabalhos, quando então é realizado o cadastramento das informações no sistema CGU-PAD.

### 3.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em função das características de suas finalidades legais e dos seus macroprocessos, o IFSC não adota formalmente a gestão de riscos como prática sistemática.

Dentre os principais riscos à consecução dos objetivos legais e estratégicos do IFSC, bem como de qualquer outra instituição federal de ensino como o IFSC, destacam-se mudanças de rumo nas políticas públicas da educação (em especial da educação profissional e tecnológica), contingenciamento orçamentário e greve de servidores. Analisando-se historicamente a instituição, é possível estabelecer relações de causa e consequência entre os riscos citados. Embora relativamente limitada, dado o grau de dependência das instituições da Rede Federal às políticas governamentais, a atuação do IFSC para mitigação dos efeitos desses riscos tem sido referente a capacitação e atenção a saúde e segurança de servidores, aplicação de metodologias e ferramentas de planejamento, mapeamento de processos, implantação de sistemas da informação, fortalecimento dos órgãos colegiados, elaboração participativa de políticas e regulamentos institucionais, projetos de pesquisa e extensão articulados com a sociedade e ações de sustentabilidade.

No Planejamento Institucional 2013/2014, experimentou-se elencar riscos e possíveis medidas de contingência para cada um dos macroprojetos previstos. Contudo, a análise da execução dos macroprojetos mostrou que esta iniciativa foi muito pouco efetiva na prática, uma vez que os principais esforços da gestão - incluindo os coordenadores de macroprojetos - precisaram se concentrar em passos mais básicos da implementação da metodologia de planejamento no IFSC. Assim, quando da elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2019, decidiu-se por não voltar a empregar a análise de riscos. Também contribuiu para tal decisão, o fato de que a análise de riscos, pelo menos da forma como foi concebida no ciclo de planejamento anterior, não faz parte do método de planejamento estratégico no qual o IFSC se baseou. Ainda são necessários alguns passos no sentido da disseminação e consolidação do processo de planejamento institucional antes que se possa integrar a gestão de riscos efetivamente às suas dimensões estratégica e tática.

O Quadro 41 apresenta os elementos de controle interno que foram avaliados pela UPC no exercício de referência.

Quadro 42 - Elementos do Sistema de controle internos do IFSC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e		X			

a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise crítica e comentários relevantes:</b>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/Diretoria Executiva.



### 3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Não houve ocorrência no exercício.

## 4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 4.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria do IFSC é o principal canal de comunicação entre a comunidade externa, a comunidade acadêmica (alunos e servidores) e a instituição, para fins de manifestações diversas, tais como solicitações, dúvidas, reclamações, denúncias e sugestões.

No ano de 2015 foi recebido um total de 1.140 (um mil, cento e quarenta) manifestações por meio do sistema eletrônico SIGAA-Ouvidoria, disponibilizado na página da Ouvidoria pelo link <http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/ouvidoria>. Outras manifestações foram encaminhadas também pelo e-mail ([ouvidoria@ifsc.edu.br](mailto:ouvidoria@ifsc.edu.br)), pelo telefone (48 3877 9082) e alguns contatos de modo presencial.

Do total de 1.140 contatos, 451 (39,95%) foram pedidos de informação, 303 (26,84%) solicitações, 284 (25,16%) reclamações, 79 (7%) denúncias, 6 (0,53%) sugestões e (0,53%) elogios. As manifestações mais frequentes são os pedidos de informação sobre o processo de ingresso, os cursos oferecidos, a contratação de pessoal seja por concurso público, por processo seletivo de substitutos ou temporários, e por redistribuição.

Outro canal de comunicação é o e-mail ([ingresso@ifsc.edu.br](mailto:ingresso@ifsc.edu.br)) pelo qual os cidadãos podem entrar em contato diretamente com o Departamento de Ingresso para suprir dúvidas relacionadas ao processo de ingresso de alunos, como o exame de classificação e o vestibular, além de outras informações gerais sobre transferências de cursos ou retorno.

O IFSC disponibiliza ainda o e-mail ([assistenciaestudantil@ifsc.edu.br](mailto:assistenciaestudantil@ifsc.edu.br)) para encaminhamentos de dúvidas sobre os benefícios que a instituição oferece aos estudantes.

A Diretoria de Comunicação administra diversos canais sistêmicos de acesso à informações disponíveis aos cidadãos, sendo o principal o Portal do IFSC na internet ([www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)), onde são disponibilizadas diariamente notícias relevantes para os públicos estratégicos da instituição. Além do Portal, também são gerenciados pela DirCom (Diretoria de Comunicação) o Guia de Cursos, onde são disponibilizadas informações sobre os cursos ofertados pelo IFSC; o *Link Digital*, portal de informações voltado aos servidores; a *intranet*, com conteúdos e materiais direcionados aos servidores; o *Blog* da Reitora, que disponibiliza informações semanais sobre a agenda da representante máxima da instituição; e os perfis nas mídias sociais (*Facebook, Instagram, Twitter e Youtube*), atualizados diariamente com vídeos, fotos e conteúdos relevantes a toda a comunidade, além de servirem como canal de contato com a instituição, onde são prestadas informações individuais.

Em 2015 o IFSC se fez presente na mídia do Estado de Santa Catarina com um total de 4.680 inserções nos veículos de comunicação da capital e do interior. Do total, foram 1.431 matérias em veículos impressos (jornais), 2.835 em veículos *web* (portais de notícias na internet), 126 em rádio e 288 em televisão.

No menu Contato, no item Fale Conosco, do site institucional ([www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br)) estão disponibilizadas informações sobre os câmpus que compõem o IFSC, tais como endereço, telefone e *site*.

### 4.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFSC foi reelaborada em 2014, conforme estabelece o Decreto nº 6.932/2009 e seguindo a orientação da CGU Regional Santa Catarina.

O documento está publicado no site institucional e pode ser acessado pelo *banner* (Carta de Serviços ao Cidadão) disponível na página inicial ou diretamente no endereço eletrônico <http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/carta-de-servicos-ao-cidadao>.

Em 2015 foi formada a Comissão Permanente de Monitoramento da Carta de Serviços ao Cidadão do IFSC e foi elaborado um plano de trabalho. Em razão da greve e também do processo eleitoral para escolha dos novos gestores, teve-se dificuldade em executar as atividades de atualização da Carta de Serviços. Após o período de transição dos novos gestores, no início de 2016, será realizada a atualização do documento que estará disponível em nosso site.

#### 4.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS USUÁRIOS

O IFSC por meio da Comissão Própria de Avaliação - CPA tem realizado anualmente a pesquisa de autoavaliação institucional, na qual são avaliados alguns serviços da instituição. A pesquisa é realizada para o público interno, servidores e alunos.

Durante o ano de 2015 não foi realizada uma pesquisa específica para medir a satisfação dos produtos e serviços do IFSC, porém conforme previsto no Decreto nº 6.932/2009 e no PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, no ano de 2016 deverá ser concebida essa pesquisa, que será direcionada ao público interno e também ao público externo.

Considerando que não houve pesquisa específica de satisfação dos produtos e serviços, não foi possível realizar a aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários. Os itens referentes a esse grau de satisfação sobre os serviços que foram avaliados na pesquisa de autoavaliação institucional, estarão disponibilizados no relatório da CPA, a partir de 31/03/2016.

#### 4.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O IFSC possui um Portal Institucional onde são inseridas às informações referentes a sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão.

Para entrar no Portal Institucional basta acessar [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br). No menu “Institucional” é possível encontrar informações referentes a missão, visão e valores; documentos norteadores; estrutura organizacional; colegiados; comissões e comitês; concursos públicos; licitações e contratos; relações internacionais; planejamento; estatísticas e informações acadêmicas; IFSC sustentável; ouvidoria; acesso à informação e carta de serviço ao cidadão. No submenu “acesso à informação” estão inseridos em auditorias os relatórios de gestão e os relatórios de auditoria.

No Portal existem outros menus que contribuem para a transparência na gestão e auxiliam os usuários a conseguirem informações relevantes. São eles: Ensino; Pesquisa; Extensão; Estude no IFSC; Imprensa e Contato.

#### 4.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A preocupação com a Acessibilidade está contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em seu capítulo 6 - Plano Diretor de Infraestrutura Física, especificamente nos itens: 6.1.3 - Situação atual da acessibilidade e 6.2.3 - Diretrizes para a acessibilidade.

O Departamento de Obras e Engenharia da Reitoria do IFSC, procura atender especificamente a acessibilidade quando da contratação dos projetos da Instituição. Em outras palavras, a norma ABNT NBR 9050:2015 já fica contemplada quando da elaboração dos projetos, seja para novas construções ou reformas. Dentre as medidas previstas em normas relativas a acessibilidade, dentro do contexto do IFSC pode-se citar:

- Faixas de pedestres para ajudar a atravessar a rua em frente aos câmpus;
- As calçadas são rebaixadas nos dois lados da rua, para possibilitar que cadeirantes atravessem na faixa de segurança; bem como os pisos são sinalizados com piso tátil direcional e/ou de alerta para pessoas com deficiência visual;
- Existem estacionamentos próximos aos câmpus;
- O portão de entrada dos pedestres é separado da entrada dos carros; já o percurso entre o portão do câmpus até a porta de entrada é pavimentado;
- Caso existam obstáculos na calçada, no percurso até o câmpus, desde a portaria, estes são sinalizados com piso tátil de alerta;
- Quando o caminho é muito amplo e sem limites definidos, existe piso tátil direcional para guiar as pessoas com deficiência visual até a porta dos câmpus;
- A área do estacionamento está separada do pátio onde os alunos ficam;
- Nos estacionamentos existem vagas para pessoas com deficiência;
- Os corredores possuem largura adequada à quantidade de pessoas que os utilizam;
- Caso os obstáculos atrapalhem a passagem nos corredores e *halls*, esses estão identificados com piso tátil de alerta para pessoas com deficiência visual;
- Há rampas nos casos de desníveis nos corredores ou escadas;
- Em corredores situados em locais elevados ou em pavimentos superiores, existe grade ou mureta de proteção;
- Existem placas indicativas que orientam as saídas, escadas, rampas e outras direções importantes;
- Junto às portas de cada ambiente existe identificação de seu uso em letras grandes e em cor contrastante com o fundo;
- Os vãos de abertura das portas dos ambientes possuem uma largura de, no mínimo, 80 cm;
- Na existência de porta do tipo vai e vem, há visor ao alcance dos olhos de pessoas, em diferentes estaturas, como crianças menores e pessoas em cadeiras de rodas;
- As maçanetas das portas estão entre 90 e 110 centímetros de altura em relação ao piso;
- As escadas e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável;
- Os espelhos dos degraus são fechados, ou seja, não-vazados;
- Todos os degraus, ao longo das escadas, têm o mesmo tamanho em termos de altura e profundidade;
- Existe patamar sempre que há mudança de direção nas escadas;
- Existem rampas nos câmpus;
- As rampas e seus patamares possuem piso antiderrapante, firme, regular e estável;
- Existe pelo menos um sanitário feminino e um masculino com vaso sanitário e lavatório acessíveis às pessoas com deficiências. Os sanitários acessíveis estão localizados em pavimentos aos quais é possível chegar com auxílio de cadeira de rodas;
- Existe pelo menos um lavatório suspenso, sem armário ou coluna, para possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas;
- As torneiras e a descarga dos lavatórios suspensos e o vaso sanitário são facilmente manuseadas por uma pessoa com mobilidade reduzida nas mãos;
- Os acessórios do lavatório, como toalheiro, cesto de lixo, espelho, saboneteira, estão instalados a uma altura e a uma distância acessível a uma criança ou pessoa em cadeira de rodas;
- O piso do pátio é antiderrapante para evitar acidentes em dias de chuva;
- Nos auditórios existe pelo menos um espaço reservado para pessoa em cadeira de rodas, com tamanho mínimo de 80 x 120 cm;

- Auditórios com piso inclinado permitem que uma pessoa em cadeira de rodas acesse o espaço reservado aos cadeirantes e também é possível que um cadeirante acesse o palco por meio de rampa;
- Nos auditórios existem, pelo menos, um assento mais largo e mais resistente que os demais, destinado aos obesos;
- No IFSC há elevadores e plataformas de acessibilidade para PNE, sendo estes totalmente adaptados aos PNE;

Além disso, o IFSC possui também o NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (atendendo ao Decreto 7.611/2011), o qual procura contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas e de atender esses alunos bem como aos seus professores.

## **5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **5.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO**

No exercício de 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi afetado pelo contingenciamento de liberação de cota para emissão de empenhos, no entanto, os repasses financeiros não foram proporcionais ao contingenciamento. Dessa forma, os compromissos assumidos foram maiores do que o ingresso de financeiro para honrar as obrigações.

Os repasses financeiros ocorreram a cada mês, numa proporção média de 50% dos compromissos liquidados. Assim, os compromissos liquidados foram pagos em torno de 60 dias após o prazo estipulado nos editais de licitação e no art.73 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993. A situação exposta originou o pagamento de multas e juros a diversos fornecedores. Respaldados pelo referido artigo e lei, cinco fornecedores pediram a rescisão contratual, um fornecedor suspendeu os serviços e um fornecedor abandonou o serviço, não entregando o produto e/ou serviço solicitado.

Ainda decorrente dos atrasos nos pagamentos, o Instituto pagou R\$ 63.609,34 de multas e R\$ 15.028,01 de juros em 2015.

Diante do exposto, conclui-se que, no exercício de 2015, o desempenho financeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi fortemente afetado pelo contingenciamento feito pelo governo federal, dificultando um bom planejamento entre os ingressos e dispêndios financeiros.

### **5.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

O cálculo de depreciação dos bens móveis do Instituto Federal de Santa Catarina não foi iniciado devido à ausência de um sistema que possibilite a análise e o controle de depreciação dos bens, para a atualização dos valores contábeis e demais exigências legais. No entanto, em 2013 o IFSC adquiriu e está em fase de implantação o SIG - Sistema Integrado de Gestão. O referido sistema é composto por diversos módulos, e para tanto foi desenvolvido um cronograma de implantação; sendo que, dentre esses módulos, está o módulo de gestão do patrimônio, o qual deveria ser implantado até dezembro de 2015. A implantação do módulo depende da migração dos dados de tombamento dos bens móveis contidos nos sistemas atuais do IFSC para o módulo patrimônio do SIG. Entretanto, as tentativas de migração dos dados dos sistemas utilizados atualmente para o SIG ainda não tiveram sucesso, e o módulo não foi implantado. Dessa maneira, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) está ajustando os dados para que a migração tenha êxito. A DTIC estabeleceu um novo prazo para implantação do módulo que é o segundo semestre de 2016.

Destaca-se ainda, que foi criado um grupo de trabalho, nomeado pela Portaria nº 2.156/2014 e que tem como objetivo a apropriação do Novo Sistema de Patrimônio, a adoção de critérios para início do processo de depreciação e atuação junto aos novos câmpus para levantamento dos bens e inserção dos mesmos no Sistema SIG. O grupo discutiu e organizou treinamentos com a equipe contábil e com o setor de Patrimônio da Instituição visando ao aprimoramento das questões que envolvem a depreciação, amortização e exaustão.

### 5.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Não se aplica a Unidade.

### 5.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Quadro 43 - Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>2.316.007,99</b>	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>414.522.469,99</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>103.769,88</b>	-	<b>Ordinárias</b>	<b>78.807.966,49</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>2.213.244,11</b>	-	<b>Vinculadas</b>	<b>335.714.503,50</b>	-
Educação	-	-	Educação	268.018.458,38	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	66.000,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	65.899.013,74	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.213.244,11	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.389.978,73	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	341.052,65	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.006,00	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>412.101.576,30</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>463.233,50</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	382.139.676,33	-	Resultantes da Execução Orçamentária	4.891,20	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	382.139.676,33	-	Repasso Concedido	4.891,20	-
Sub-repasso Recebido	-	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	29.961.899,97	-	Independentes da Execução Orçamentária	458.342,30	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	29.961.899,97	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	354.572,42	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	103.769,88	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>39.172.033,22</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>34.404.350,97</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.039.228,00	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.812.351,86	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.930.846,38	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	30.382.269,86	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	201.860,97	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	207.660,97	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	97,87	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.068,28	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.068,28	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	97,87	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.812.414,51</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>8.011.977,56</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.812.414,51	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.011.977,56	-
<b>TOTAL</b>	<b>457.402.032,02</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>457.402.032,02</b>	-

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Quadro 44 - Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>2.316.007,99</b>	<b>838.456,99</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>246.616,00</b>	<b>246.616,00</b>	<b>72.984,26</b>	<b>-173.631,74</b>
Receitas Imobiliárias	246.616,00	246.616,00	72.984,26	-173.631,74
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>990.071,00</b>	<b>990.071,00</b>	<b>1.998.159,01</b>	<b>1.008.088,01</b>
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>240.864,00</b>	<b>240.864,00</b>	<b>244.864,72</b>	<b>4.000,72</b>
Multas e Juros de Mora	72.203,00	72.203,00	49.562,47	-22.640,53
Indenizações e Restituições	168.661,00	168.661,00	195.302,25	26.641,25
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>2.316.007,99</b>	<b>838.456,99</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>2.316.007,99</b>	<b>838.456,99</b>
<b>DÉFICIT</b>	-	-	<b>412.206.462,00</b>	<b>412.206.462,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>1.477.551,00</b>	<b>414.522.469,99</b>	<b>413.044.918,99</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	<b>987.000,00</b>	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	987.000,00	987.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>336.158.888,00</b>	<b>395.106.301,00</b>	<b>390.499.985,51</b>	<b>375.697.080,05</b>	<b>370.720.541,01</b>	<b>4.606.315,49</b>
Pessoal e Encargos Sociais	258.673.891,00	313.018.608,00	308.616.729,76	308.443.083,92	308.442.947,21	4.401.878,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.484.997,00	82.087.693,00	81.883.255,75	67.253.996,13	62.277.593,80	204.437,25
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>56.120.002,00</b>	<b>53.760.702,00</b>	<b>24.022.484,48</b>	<b>8.894.543,56</b>	<b>4.831.854,60</b>	<b>29.738.217,52</b>
Investimentos	56.120.002,00	53.760.702,00	24.022.484,48	8.894.543,56	4.831.854,60	29.738.217,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>392.278.890,00</b>	<b>448.867.003,00</b>	<b>414.522.469,99</b>	<b>384.591.623,61</b>	<b>375.552.395,61</b>	<b>34.344.533,01</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>392.278.890,00</b>	<b>448.867.003,00</b>	<b>414.522.469,99</b>	<b>384.591.623,61</b>	<b>375.552.395,61</b>	<b>34.344.533,01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>392.278.890,00</b>	<b>448.867.003,00</b>	<b>414.522.469,99</b>	<b>384.591.623,61</b>	<b>375.552.395,61</b>	<b>34.344.533,01</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.924.026,31</b>	<b>11.046.467,09</b>	<b>8.455.774,24</b>	<b>7.696.716,28</b>	<b>2.378.740,32</b>	<b>2.895.036,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.449,31	-	-	12.449,31	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.924.026,31	11.034.017,78	8.455.774,24	7.696.716,28	2.366.291,01	2.895.036,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.397.658,23</b>	<b>21.133.495,34</b>	<b>24.337.762,75</b>	<b>22.685.553,58</b>	<b>896.103,34</b>	<b>2.949.496,65</b>
Investimentos	5.397.658,23	21.133.495,34	24.337.762,75	22.685.553,58	896.103,34	2.949.496,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.321.684,54</b>	<b>32.179.962,43</b>	<b>32.793.536,99</b>	<b>30.382.269,86</b>	<b>3.274.843,66</b>	<b>5.844.533,45</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>1.942.852,82</b>	<b>1.811.400,12</b>	<b>101.623,51</b>	<b>29.829,19</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	136,71	136,71	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.942.716,11	1.811.263,41	101.623,51	29.829,19
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>2.003.150,35</b>	<b>2.000.951,74</b>	-	<b>2.198,61</b>
Investimentos	-	2.003.150,35	2.000.951,74	-	2.198,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.946.003,17</b>	<b>3.812.351,86</b>	<b>101.623,51</b>	<b>32.027,80</b>

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças



Quadro 45- Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>13.583.263,90</b>	<b>30.826.492,82</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>13.009.880,67</b>	<b>17.488.667,68</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.011.977,56	3.812.414,51	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	21.244,66	13.474,66
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10.230.776,35	3.113.483,91
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	14.609,01	14.609,01
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.743.250,65	14.347.100,10
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>5.135.153,95</b>	<b>26.531.888,37</b>			
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	-	-			
Estoques	436.132,39	482.189,94			
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	-	-			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>554.982.789,24</b>	<b>503.262.142,61</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.160.042,00</b>	<b>1.160.042,00</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	1.160.042,00	1.160.042,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>14.169.922,67</b>	<b>18.648.709,68</b>
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>551.692.026,26</b>	<b>500.367.940,19</b>			
Bens Móveis	148.703.244,60	134.821.083,32			
Bens Móveis	148.703.244,60	134.821.083,32			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	402.988.781,66	365.546.856,87			
Bens Imóveis	403.028.920,95	365.576.757,40			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-40.139,29	-29.900,53			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>3.290.762,98</b>	<b>2.894.202,42</b>			
Softwares	3.287.660,89	2.893.199,23			
Softwares	3.287.660,89	2.893.199,23			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.102,09	1.003,19			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.102,09	1.003,19			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>568.566.053,14</b>	<b>534.088.635,43</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>568.566.053,14</b>	<b>534.088.635,43</b>

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	8.011.977,56	58.254.580,10	PASSIVO FINANCEIRO	46.373.993,37	96.491.961,62
ATIVO PERMANENTE	560.554.075,58	475.834.055,33	PASSIVO PERMANENTE	1.160.042,00	-38.341.604,97
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>- SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>521.032.017,77</b>	<b>475.938.278,78</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>19.794.697,94</b>	<b>17.427.489,93</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>55.626.167,13</b>	<b>43.302.857,52</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	19.794.697,94	17.427.489,93	Execução dos Atos Potenciais Passivos	55.626.167,13	43.302.857,52
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	19.794.697,94	17.427.489,93	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	55.626.167,13	43.302.857,52
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19.794.697,94</b>	<b>17.427.489,93</b>	<b>TOTAL</b>	<b>55.626.167,13</b>	<b>43.302.857,52</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-1.371.681,87</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-36.990.333,94</b>
Educação	-37.822.976,96
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-527.733,60
Operação de Crédito	-135.388,99
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.560.695,61
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-64.832,13
Demais Recursos	-97,87
<b>TOTAL</b>	<b>-38.362.015,81</b>

Quadro 46 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>447.569.448,06</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>2.071.143,27</b>	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.071.143,27	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.322,76</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.322,76	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>412.103.471,25</b>	-
Transferências Intragovernamentais	412.101.576,30	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.894,95	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>33.149.684,66</b>	-
Reavaliação de Ativos	19.333.465,32	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	212.506,28	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.603.713,06	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>243.826,12</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	243.826,12	-

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>396.355.986,00</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>286.911.691,08</b>	-
Remuneração a Pessoal	227.602.770,97	-
Encargos Patronais	43.178.307,15	-
Benefícios a Pessoal	15.911.193,44	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	219.419,52	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>36.068.327,43</b>	-
Aposentadorias e Reformas	30.553.768,32	-
Pensões	5.465.787,26	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	48.771,85	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>43.081.284,85</b>	-
Uso de Material de Consumo	2.753.103,56	-
Serviços	40.294.888,72	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	33.292,57	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>88.571,79</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	84.960,65	-
Variações Monetárias e Cambiais	3.611,14	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>477.681,48</b>	-
Transferências Intragovernamentais	463.233,50	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	14.447,98	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>13.394.185,54</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.017.739,74	-
Incorporação de Passivos	1.488.753,19	-
Desincorporação de Ativos	10.887.692,61	-
<b>Tributárias</b>	<b>536.655,57</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	51.583,57	-
Contribuições	485.072,00	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>15.797.588,26</b>	-
Premiações	4.033,60	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	15.319.500,54	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	474.054,12	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>51.213.462,06</b>	-

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Quadro 47 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>33.717.922,97</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>414.619.543,13</b>	-
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>2.316.007,99</b>	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	72.984,26	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.998.159,01	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	244.864,72	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>412.303.535,14</b>	-
Ingressos Extraorçamentários	201.860,97	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	412.101.576,30	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	97,87	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-380.901.620,16</b>	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-335.989.101,52</b>	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-148.737,29	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-36.065.575,14	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-299.702.720,81	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-70.000,00	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.068,28	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-

<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-44.241.624.17</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intra governamentais	-44.153.105.17	-
Outras Transferências Concedidas	-88.519.00	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-670.894.47</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-207.660.97	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-463.233.50	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-29.518.359.92</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-29.518.359.92</b>	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-29.233.160.41	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-285.199.51	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intra governamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>4.199.563.05</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>3.812.414.51</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>8.011.977.56</b>	-

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

Quadro 48 - Revisão Analítica do Ativo

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento		014/2015	014/2015
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	8.011.978,00	1,41%
			<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>8.011.978,00</b>	<b>1,41%</b>
			DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	5.100.335,00	0,90%
				CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	32.979,00	0,01%
				DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.576,00	0,00%
				OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	264,00	0,00%
				<b>Total</b>	<b>5.135.154,00</b>	<b>0,90%</b>
			ESTOQUES	ALMOXARIFADO	436.132,00	0,08%
				MERCADORIAS PARA REVENDA	0,00	0,00%
				OUTROS ESTOQUES	0,00	0,00%
		<b>Total</b>		<b>436.132,00</b>	<b>0,08%</b>	
		VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA PG ANTECIPADA	PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	0,00	0,00%	
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	
		ATIVO NAO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	403.028.921,00	70,89%
				BENS MOVEIS	148.703.245,00	26,15%
				DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	(40.139)	-0,01%
				<b>Total</b>	<b>551.692.026,00</b>	<b>97,03%</b>
			INTANGIVEL	MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	3.102,00	0,00%
				SOFTWARES	3.287.661,00	0,58%
				<b>Total</b>	<b>3.290.763,00</b>	<b>0,58%</b>
<b>Total</b>	<b>Total</b>		<b>554.982.789,00</b>	<b>97,61%</b>		
<b>Total</b>	<b>Total</b>		<b>568.566.053,00</b>	<b>100,00%</b>		
<b>Total</b>	<b>Total</b>		<b>568.566.053,00</b>	<b>100,00%</b>		

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Nota explicativa I - Ativo não Circulante - Imobilizado: Este subgrupo do Ativo composto por bens imóveis, bens móveis e depreciação, exaustão e amortização acumulada corresponde a 97,03% do total do ativo, sendo o item de maior relevância.

Quadro 49 - Revisão Analítica do Passivo Circulante e Não Circulante

Órgão UGE		CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	31/12/2015	31/12/2015	30/09/2015	30/09/2015	Diferença	Diferença	AH(%)	AH(%)
				CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	PASSIVO CIRCULANTE	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	2.142.024,00	15,12%	1.209.327,00	10,67%	932.696,00	4,45%	77,13%	41,68%
				VALORES RESTITUIVEIS	601.227,00	4,24%	534.386,00	4,71%	66.841,00	-0,47%	12,51%	-10,01%
				Total	2.743.251,00	19,36%	1.743.713,00	15,38%	999.537,00	3,97%	57,32%	25,84%
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	10.230.776,00	72,20%	8.400.597,00	74,12%	1.830.179,00	-1,92%	21,79%	-2,59%
				Total	10.230.776,00	72,20%	8.400.597,00	74,12%	1.830.179,00	-1,92%	21,79%	-2,59%
			OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	7.400,00	0,05%	0,00	0,00%	7.400,00	0,05%		
				BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
				ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	13.845,00	0,10%	13.913,00	0,12%	(68)	-0,03%	-0,49%	-20,40%
				PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
			Total	21.245,00	0,15%	13.913,00	0,12%	7.332,00	0,03%	52,70%	22,14%	
		OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAC FISCAIS A CP COM OS MUNICIPIOS -CONSO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%			
			OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%			
			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	14.609,00	0,10%	15.761,00	0,14%	(1.152)	-0,04%	-7,31%	-25,86%	
			Total	14.609,00	0,10%	15.761,00	0,14%	(1.152)	-0,04%	-7,31%	-25,86%	
		Total			13.009.881,00	91,81%	10.173.985,00	89,76%	2.835.896,00	2,05%	27,87%	2,28%
		PASSIVO NAO- CIRCULANTE	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E AS	PESSOAL A PAGAR	1.160.042,00	8,19%	1.160.042,00	10,24%	0,00	-2,05%	0,00%	-20,01%
				Total	1.160.042,00	8,19%	1.160.042,00	10,24%	0,00	-2,05%	0,00%	-20,01%
			Total			1.160.042,00	8,19%	1.160.042,00	10,24%	0,00	-2,05%	0,00%
		Total			14.169.923,00	100,00%	11.334.027,00	100,00%	2.835.896,00	0,00%	25,02%	0,00%
		Total			14.169.923,00	100,00%	11.334.027,00	100,00%	2.835.896,00	0,00%	25,02%	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Nota explicativa II - Passivo Circulante - Fornecedores contas a pagar a curto prazo: Este subgrupo, composto pelos fornecedores e contas a pagar corresponde a 72,20% do total do Passivo, sendo o item de maior relevância, sofreu ligeiro decréscimo em relação ao trimestre anterior.



Quadro 50 - Revisão Analítica do Patrimônio Líquido

Órgão UGE		CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	31/12/2015	31/12/2015	30/09/2015	30/09/2015	Diferença	Diferença	AH(%)	AH(%)
				CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	PATRIMONIO LIQUIDO	RESERVAS DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	2.113.553,00	0,42%	2.113.553,00	0,41%	0,00	0,01%	0,00%	2,43%
				Total	2.113.553,00	0,42%	2.113.553,00	0,41%	0,00	0,01%	0,00%	2,43%
			RESULTADOS ACUMULADOS	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	501.069.116,00	99,58%	513.316.123,00	99,59%	(12.247.007)	-0,01%	-2,39%	-0,01%
				Total	501.069.116,00	99,58%	513.316.123,00	99,59%	(12.247.007)	-0,01%	-2,39%	-0,01%
			Total		503.182.668,00	100,00%	515.429.676,00	100,00%	(12.247.007)	0,00%	-2,38%	0,00%
			Total		503.182.668,00	100,00%	515.429.676,00	100,00%	(12.247.007)	0,00%	-2,38%	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

Nota explicativa III - Resultados Acumulados - *Superávits* Acumulados: Este subgrupo corresponde a 99,58% do subgrupo com pequena variação do trimestre anterior.

Quadro 51 - Revisão Analítica das Variações Patrimoniais Aumentativas

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	31/01/2015	31/01/2015		
			CCon - Título (4)	Movimento Líquido - R\$	AV%		
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREIT	EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV	VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE	7.824,48	0,02%	
		Total	Total	Total	7.824,48	0,02%	
		VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIR	JUROS E ENCARGOS DE MORA	JUROS E ENC. DE MORA SOBRE FORNEC. BENS E SER			
		Total	Total	Total			
		TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS			
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC.ORCAMENT.	3.616.018,58	9,44%	
				TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA	34.623.988,51	90,40%	
				Total	38.240.007,09	99,85%	
		Total	Total	Total	38.240.007,09	99,85%	
		VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESEN PASSI	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			
			GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO			
				REAVALIACAO DE ATIVOS	REAVALIACAO DE IMOBILIZADO		
				Total	Total		
		OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	INDENIZACOES E RESTITUICOES	42.048,67	0,11%	
			VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICA	MULTAS ADMINISTRATIVAS	9.237,36	0,02%	
				Total	51.286,03	0,13%	
				Total	Total		
			Total	Total	Total	51.286,03	0,13%
		Total	Total	Total	38.299.117,60	100,00%	
		Total	Total	Total	38.299.117,60	100,00%	

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

28/02/2015	28/02/2015	Diferença fev-jan	Diferença fev-jan	31/03/2015	31/03/2015	Diferença mar-fev	Diferença mar-fev
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
7.372,77	0,03%	(451,71)	0,01%	8.854,40	0,03%	1.481,63	-0,00%
7.372,77	0,03%	(451,71)	0,01%	8.854,40	0,03%	1.481,63	-0,00%
7.372,77	0,03%	(451,71)	0,01%	8.854,40	0,03%	1.481,63	-0,00%
59,89	0,00%	59,89	0,00%	50,64	0,00%	(9,25)	-0,00%
59,89	0,00%	59,89	0,00%	50,64	0,00%	(9,25)	-0,00%
59,89	0,00%	59,89	0,00%	50,64	0,00%	(9,25)	-0,00%
				1.894,95	0,01%	1.894,95	0,01%
				1.894,95	0,01%	1.894,95	0,01%
1.195.309,51	5,37%	(2.420.709,07)	-4,07%	1.220.609,81	3,90%	25.300,30	-1,47%
21.041.095,03	94,48%	(13.582.893,48)	4,08%	29.957.862,24	95,73%	8.916.767,21	1,25%
22.236.404,54	99,85%	(16.003.602,55)	0,00%	31.178.472,05	99,63%	8.942.067,51	-0,22%
22.236.404,54	99,85%	(16.003.602,55)	0,00%	31.180.367,00	99,63%	8.943.962,46	-0,21%
				89.456,68	0,29%	89.456,68	0,29%
				89.456,68	0,29%	89.456,68	0,29%
				89.456,68	0,29%	89.456,68	0,29%
22.716,50	0,10%	(19.332,17)	-0,01%	12.376,30	0,04%	(10.340,20)	-0,06%
4.051,94	0,02%	(5.185,42)	-0,01%	3.825,71	0,01%	(226,23)	-0,01%
26.768,44	0,12%	(24.517,59)	-0,01%	16.202,01	0,05%	(10.566,43)	-0,07%
26.768,44	0,12%	(24.517,59)	-0,01%	16.202,01	0,05%	(10.566,43)	-0,07%
22.270.605,64	100,00%	(16.028.511,96)	0,00%	31.294.930,73	100,00%	9.024.325,09	0,00%
22.270.605,64	100,00%	(16.028.511,96)	0,00%	31.294.930,73	100,00%	9.024.325,09	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

30/04/2015	30/04/2015	Diferença abr-mar	Diferença abr-mar	31/05/2015	31/05/2015	Diferença mai-abr	Diferença mai-abr
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
23.504,58	0,07%	14.650,18	0,04%	222.889,70	0,63%	199.385,12	0,57%
23.504,58	0,07%	14.650,18	0,04%	222.889,70	0,63%	199.385,12	0,57%
23.504,58	0,07%	14.650,18	0,04%	222.889,70	0,63%	199.385,12	0,57%
0,00	0,00%	(50,64)	-0,00%	885,33	0,00%	885,33	0,00%
0,00	0,00%	(50,64)	-0,00%	885,33	0,00%	885,33	0,00%
0,00	0,00%	(50,64)	-0,00%	885,33	0,00%	885,33	0,00%
0,00	0,00%	(1.894,95)	-0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	(1.894,95)	-0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.359.335,76	6,83%	1.138.725,95	2,93%	1.822.810,30	5,19%	(536.525,46)	-1,64%
32.065.793,83	92,89%	2.107.931,59	-2,84%	19.559.230,91	55,70%	(12.506.562,92)	-37,19%
34.425.129,59	99,72%	3.246.657,54	0,09%	21.382.041,21	60,89%	(13.043.088,38)	-38,83%
34.425.129,59	99,72%	3.244.762,59	0,09%	21.382.041,21	60,89%	(13.043.088,38)	-38,83%
				13.497.941,93	38,44%	13.497.941,93	38,44%
				13.497.941,93	38,44%	13.497.941,93	38,44%
58.980,88	0,17%	(30.475,80)	-0,11%	0,00	0,00%	(58.980,88)	-0,17%
58.980,88	0,17%	(30.475,80)	-0,11%	0,00	0,00%	(58.980,88)	-0,17%
58.980,88	0,17%	(30.475,80)	-0,11%	13.497.941,93	38,44%	13.438.961,05	38,27%
7.450,87	0,02%	(4.925,43)	-0,02%	10.301,21	0,03%	2.850,34	0,01%
6.528,11	0,02%	2.702,40	0,01%	3.597,94	0,01%	(2.930,17)	-0,01%
13.978,98	0,04%	(2.223,03)	-0,01%	13.899,15	0,04%	(79,83)	-0,00%
13.978,98	0,04%	(2.223,03)	-0,01%	13.899,15	0,04%	(79,83)	-0,00%
34.521.594,03	100,00%	3.226.663,30	0,00%	35.117.657,32	100,00%	596.063,29	0,00%
34.521.594,03	100,00%	3.226.663,30	0,00%	35.117.657,32	100,00%	596.063,29	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

30/06/2015	30/06/2015	Diferença jun-mai	Diferença jun-mai	31/07/2015	31/07/2015	Diferença jul-jun	Diferença jul-jun
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
14.182,69	0,02%	(208.707,01)	-0,61%	6.898,54	0,02%	(7.284,15)	-0,00%
14.182,69	0,02%	(208.707,01)	-0,61%	6.898,54	0,02%	(7.284,15)	-0,00%
14.182,69	0,02%	(208.707,01)	-0,61%	6.898,54	0,02%	(7.284,15)	-0,00%
123,58	0,00%	(761,75)	-0,00%	40,29	0,00%	(83,29)	-0,00%
123,58	0,00%	(761,75)	-0,00%	40,29	0,00%	(83,29)	-0,00%
123,58	0,00%	(761,75)	-0,00%	40,29	0,00%	(83,29)	-0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
116.315,69	0,20%	(1.706.494,61)	-4,99%	1.392.202,10	3,98%	1.275.886,41	3,77%
38.192.619,17	66,21%	18.633.388,26	10,51%	33.604.906,64	95,96%	(4.587.712,53)	29,75%
38.308.934,86	66,41%	16.926.893,65	5,52%	34.997.108,74	99,93%	(3.311.826,12)	33,52%
38.308.934,86	66,41%	16.926.893,65	5,52%	34.997.108,74	99,93%	(3.311.826,12)	33,52%
0,00	0,00%	(13.497.941,93)	-38,44%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	(13.497.941,93)	-38,44%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
12.000,00	0,02%	12.000,00	0,02%	0,00	0,00%	(12.000,00)	-0,02%
12.000,00	0,02%	12.000,00	0,02%	0,00	0,00%	(12.000,00)	-0,02%
19.333.465,32	33,52%	19.333.465,32	33,52%	0,00	0,00%	(19.333.465,32)	-33,52%
19.333.465,32	33,52%	19.333.465,32	33,52%	0,00	0,00%	(19.333.465,32)	-33,52%
19.345.465,32	33,54%	5.847.523,39	-4,90%	0,00	0,00%	(19.345.465,32)	-33,54%
10.994,44	0,02%	693,23	-0,01%	11.276,43	0,03%	281,99	0,01%
4.556,33	0,01%	958,39	-0,00%	4.222,56	0,01%	(333,77)	0,00%
15.550,77	0,03%	1.651,62	-0,01%	15.498,99	0,04%	(51,78)	0,02%
				466,70	0,00%	466,70	0,00%
				466,70	0,00%	466,70	0,00%
15.550,77	0,03%	1.651,62	-0,01%	15.965,69	0,05%	414,92	0,02%
57.684.257,22	100,00%	22.566.599,90	0,00%	35.020.013,26	100,00%	(22.664.243,96)	0,00%
57.684.257,22	100,00%	22.566.599,90	0,00%	35.020.013,26	100,00%	(22.664.243,96)	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

31/08/2015	31/08/2015	Diferença ago-jul	Diferença ago-jul	30/09/2015	30/09/2015	Diferença set-ago	Diferença set-ago
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
5.083,55	0,02%	(1.814,99)	-0,00%	125.674,55	0,40%	120.591,00	0,38%
5.083,55	0,02%	(1.814,99)	-0,00%	125.674,55	0,40%	120.591,00	0,38%
5.083,55	0,02%	(1.814,99)	-0,00%	125.674,55	0,40%	120.591,00	0,38%
99,85	0,00%	59,56	0,00%	43,78	0,00%	(56,07)	-0,00%
99,85	0,00%	59,56	0,00%	43,78	0,00%	(56,07)	-0,00%
99,85	0,00%	59,56	0,00%	43,78	0,00%	(56,07)	-0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1.355.232,93	4,64%	(36.969,17)	0,67%	1.586.685,24	5,03%	231.452,31	0,39%
27.829.219,55	95,29%	(5.775.687,09)	-0,67%	29.838.060,13	94,52%	2.008.840,58	-0,77%
29.184.452,48	99,93%	(5.812.656,26)	-0,00%	31.424.745,37	99,55%	2.240.292,89	-0,39%
29.184.452,48	99,93%	(5.812.656,26)	-0,00%	31.424.745,37	99,55%	2.240.292,89	-0,39%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	547,62	0,00%	547,62	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	547,62	0,00%	547,62	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.897,41	0,02%	4.897,41	0,02%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.897,41	0,02%	4.897,41	0,02%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	5.445,03	0,02%	5.445,03	0,02%
12.875,45	0,04%	1.599,02	0,01%	9.570,39	0,03%	(3.305,06)	-0,01%
1.763,02	0,01%	(2.459,54)	-0,01%	2.556,67	0,01%	793,65	0,00%
14.638,47	0,05%	(860,52)	0,01%	12.127,06	0,04%	(2.511,41)	-0,01%
(466,70)	-0,00%	(933,40)	-0,00%	0,00	0,00%	466,70	0,00%
(466,70)	-0,00%	(933,40)	-0,00%	0,00	0,00%	466,70	0,00%
14.171,77	0,05%	(1.793,92)	0,00%	12.127,06	0,04%	(2.044,71)	-0,01%
29.203.807,65	100,00%	(5.816.205,61)	0,00%	31.568.035,79	100,00%	2.364.228,14	0,00%
29.203.807,65	100,00%	(5.816.205,61)	0,00%	31.568.035,79	100,00%	2.364.228,14	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

31/10/2015	31/10/2015	Diferença out-set	Diferença out-set	30/11/2015	30/11/2015	Diferença nov-out	Diferença nov-out
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.307.352,04	3,70%	1.181.677,49	3,30%	338.246,92	0,72%	(969.105,12)	-2,98%
1.307.352,04	3,70%	1.181.677,49	3,30%	338.246,92	0,72%	(969.105,12)	-2,98%
1.307.352,04	3,70%	1.181.677,49	3,30%	338.246,92	0,72%	(969.105,12)	-2,98%
19,40	0,00%	(24,38)	-0,00%	0,00	0,00%	(19,40)	-0,00%
19,40	0,00%	(24,38)	-0,00%	0,00	0,00%	(19,40)	-0,00%
19,40	0,00%	(24,38)	-0,00%	0,00	0,00%	(19,40)	-0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1.005.147,00	2,84%	(581.538,24)	-2,18%	724.292,61	1,54%	(280.854,39)	-1,30%
32.995.376,06	93,38%	3.157.315,93	-1,14%	45.851.964,28	97,53%	12.856.588,22	4,15%
34.000.523,06	96,22%	2.575.777,69	-3,32%	46.576.256,89	99,07%	12.575.733,83	2,85%
34.000.523,06	96,22%	2.575.777,69	-3,32%	46.576.256,89	99,07%	12.575.733,83	2,85%
9.873,92	0,03%	9.326,30	0,03%	77.599,59	0,17%	67.725,67	0,14%
9.873,92	0,03%	9.326,30	0,03%	77.599,59	0,17%	67.725,67	0,14%
0,00	0,00%	(4.897,41)	-0,02%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	(4.897,41)	-0,02%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
9.873,92	0,03%	4.428,89	0,01%	77.599,59	0,17%	67.725,67	0,14%
15.588,03	0,04%	6.017,64	0,01%	19.087,86	0,04%	3.499,83	-0,00%
2.364,50	0,01%	(192,17)	-0,00%	2.790,57	0,01%	426,07	-0,00%
17.952,53	0,05%	5.825,47	0,01%	21.878,43	0,05%	3.925,90	-0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
17.952,53	0,05%	5.825,47	0,01%	21.878,43	0,05%	3.925,90	-0,00%
35.335.720,95	100,00%	3.767.685,16	0,00%	47.013.981,83	100,00%	11.678.260,88	0,00%
35.335.720,95	100,00%	3.767.685,16	0,00%	47.013.981,83	100,00%	11.678.260,88	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

31/12/2015	31/12/2015	Diferença dez-nov	Diferença dez-nov
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
3.259,05	0,01%	(334.987,87)	-0,71%
3.259,05	0,01%	(334.987,87)	-0,71%
3.259,05	0,01%	(334.987,87)	-0,71%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
13.567.940,44	27,01%	12.843.647,83	25,47%
36.579.559,98	72,81%	(9.272.404,30)	-24,72%
50.147.500,42	99,82%	3.571.243,53	0,75%
50.147.500,42	99,82%	3.571.243,53	0,75%
17.750,00	0,04%	(59.849,59)	-0,13%
17.750,00	0,04%	(59.849,59)	-0,13%
47.171,31	0,09%	47.171,31	0,09%
47.171,31	0,09%	47.171,31	0,09%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
64.921,31	0,13%	(12.678,28)	-0,04%
21.300,26	0,04%	2.212,40	0,00%
2.745,00	0,01%	(45,57)	-0,00%
24.045,26	0,05%	2.166,83	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
24.045,26	0,05%	2.166,83	0,00%
50.239.726,04	100,00%	3.225.744,21	0,00%
50.239.726,04	100,00%	3.225.744,21	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças



Quadro 52 - Revisão Analítica das Variações Patrimoniais Diminutivas

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento	31/01/2015	31/01/2015	
		CCon - Subgrupo (3)	Movimento Líquido - R\$	AV%	
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFICIOS A PESSOAL	1.120.503,31	3,26%
			ENCARGOS PATRONAIS	2.767.563,65	8,05%
			OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS		
			REMUNERACAO A PESSOAL	14.619.391,69	42,55%
			Total	18.507.458,65	53,86%
		BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.085.246,32	6,07%
			OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENC		
			PENSOES	375.987,29	1,09%
		USO DE BENS, SERVICOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	Total	2.461.233,61	7,16%
			DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		
			SERVICOS	2.076.033,46	6,04%
		VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTVAS FINANCEIRA	USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	231.572,82	0,67%
			Total	2.307.606,28	6,72%
			JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.719,82	0,01%
		TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
			Total	1.719,82	0,01%
			CONCEDIDAS		
		DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	39.121,28	0,11%
			Total	39.121,28	0,11%
			DESINCORPORACAO DE ATIVOS	10.860.310,65	31,61%
		TRIBUTARIAS	INCORPORACAO DE PASSIVOS		
			PERDAS INVOLUNTARIAS		
			Total	10.860.310,65	31,61%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	CONTRIBUICOES	20.152,48	0,06%		
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	17,92	0,00%		
	Total	20.170,40	0,06%		
Total	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	27.611,32	0,08%		
	INCENTIVOS	135.960,00	0,40%		
	PREMIACOES				
Total	Total	163.571,32	0,48%		
Total	Total	34.361.192,01	100,00%		
Total	Total	34.361.192,01	100,00%		

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

28/02/2015	28/02/2015	Diferença fev-jan	Diferença fev-jan	31/03/2015	31/03/2015	Diferença mar-fev	Diferença mar-fev
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.234.047,48	5,10%	113.544,17	1,84%	1.372.086,84	4,91%	138.039,36	-0,20%
2.716.033,58	11,23%	(51.530,07)	3,17%	3.112.522,87	11,13%	396.489,29	-0,10%
13.896.539,91	57,44%	(722.851,78)	14,90%	15.844.677,69	56,64%	1.948.137,78	-0,80%
17.846.620,97	73,77%	(660.837,68)	19,91%	20.329.287,40	72,68%	2.482.666,43	-1,10%
2.080.972,86	8,60%	(4.273,46)	2,53%	2.221.926,80	7,94%	140.953,94	-0,66%
				8.946,37	0,03%	8.946,37	0,03%
375.987,29	1,55%	0,00	0,46%	391.145,75	1,40%	15.158,46	-0,16%
2.456.960,15	10,16%	(4.273,46)	2,99%	2.622.018,92	9,37%	165.058,77	-0,78%
				1.159,69	0,00%	1.159,69	0,00%
3.308.054,21	13,67%	1.232.020,75	7,63%	3.213.018,89	11,49%	(95.035,32)	-2,19%
230.108,94	0,95%	(1.463,88)	0,28%	175.051,93	0,63%	(55.057,01)	-0,33%
3.538.163,15	14,63%	1.230.556,87	7,91%	3.389.230,51	12,12%	(148.932,64)	-2,51%
1.946,76	0,01%	226,94	0,00%	11.208,43	0,04%	9.261,67	0,03%
1.946,76	0,01%	226,94	0,00%	11.208,43	0,04%	9.261,67	0,03%
10.834,82	0,04%	(28.286,46)	-0,07%	3.773,40	0,01%	(7.061,42)	-0,03%
10.834,82	0,04%	(28.286,46)	-0,07%	3.773,40	0,01%	(7.061,42)	-0,03%
0,00	0,00%	(10.860.310,65)	-31,61%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
				19.184,05	0,07%	19.184,05	0,07%
0,00	0,00%	(10.860.310,65)	-31,61%	19.184,05	0,07%	19.184,05	0,07%
14.905,88	0,06%	(5.246,60)	0,00%	54.790,84	0,20%	39.884,96	0,13%
38.064,84	0,16%	38.046,92	0,16%	2.899,02	0,01%	(35.165,82)	-0,15%
52.970,72	0,22%	32.800,32	0,16%	57.689,86	0,21%	4.719,14	-0,01%
47.655,03	0,20%	20.043,71	0,12%	47.870,87	0,17%	215,84	-0,03%
236.159,03	0,98%	100.199,03	0,58%	1.490.928,65	5,33%	1.254.769,62	4,35%
324,50	0,00%	324,50	0,00%	969,60	0,00%	645,10	0,00%
284.138,56	1,17%	120.567,24	0,70%	1.539.769,12	5,50%	1.255.630,56	4,33%
24.191.635,13	100,00%	(10.169.556,88)	0,00%	27.972.161,69	100,00%	3.780.526,56	0,00%
24.191.635,13	100,00%	(10.169.556,88)	0,00%	27.972.161,69	100,00%	3.780.526,56	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

30/04/2015	30/04/2015	Diferença abr-mar	Diferença abr-mar	30/05/2015	30/05/2015	Diferença mai-abr	Diferença mai-abr
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.339.413,23	4,55%	(32.673,61)	-0,35%	1.338.289,34	4,46%	(1.123,89)	-0,09%
3.232.524,17	10,99%	120.001,30	-0,14%	3.310.872,46	11,04%	78.348,29	0,06%
16.505.332,04	56,10%	660.654,35	-0,55%	16.877.133,52	56,29%	371.801,48	0,20%
21.077.269,44	71,64%	747.982,04	-1,04%	21.526.295,32	71,80%	449.025,88	0,17%
2.271.993,26	7,72%	50.066,46	-0,22%	2.342.121,78	7,81%	70.128,52	0,09%
12.868,66	0,04%	3.922,29	0,01%	4.798,00	0,02%	(8.070,66)	-0,03%
438.143,13	1,49%	46.997,38	0,09%	419.164,40	1,40%	(18.978,73)	-0,09%
2.723.005,05	9,25%	100.986,13	-0,12%	2.766.084,18	9,23%	43.079,13	-0,03%
0,00	0,00%	(1.159,69)	-0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.674.000,26	12,49%	460.981,37	1,00%	3.423.992,72	11,42%	(250.007,54)	-1,07%
231.472,96	0,79%	56.421,03	0,16%	260.558,61	0,87%	29.085,65	0,08%
3.905.473,22	13,27%	516.242,71	1,16%	3.684.551,33	12,29%	(220.921,89)	-0,98%
2.600,95	0,01%	(8.607,48)	-0,03%	7.489,32	0,02%	4.888,37	0,02%
				96,10	0,00%	96,10	0,00%
2.600,95	0,01%	(8.607,48)	-0,03%	7.585,42	0,03%	4.984,47	0,02%
2.948,79	0,01%	(824,61)	-0,00%	5.471,35	0,02%	2.522,56	0,01%
2.948,79	0,01%	(824,61)	-0,00%	5.471,35	0,02%	2.522,56	0,01%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	(19.184,05)	-0,07%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	(19.184,05)	-0,07%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
65.162,83	0,22%	10.371,99	0,03%	24.278,94	0,08%	(40.883,89)	-0,14%
699,34	0,00%	(2.199,68)	-0,01%	3.586,39	0,01%	2.887,05	0,01%
65.862,17	0,22%	8.172,31	0,02%	27.865,33	0,09%	(37.996,84)	-0,13%
32.752,75	0,11%	(15.118,12)	-0,06%	64.831,84	0,22%	32.079,09	0,10%
1.612.876,36	5,48%	121.947,71	0,15%	1.897.216,94	6,33%	284.340,58	0,85%
0,00	0,00%	(969,60)	-0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1.645.629,11	5,59%	105.859,99	0,09%	1.962.048,78	6,54%	316.419,67	0,95%
29.422.788,73	100,00%	1.450.627,04	0,00%	29.979.901,71	100,00%	557.112,98	0,00%
29.422.788,73	100,00%	1.450.627,04	0,00%	29.979.901,71	100,00%	557.112,98	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

30/06/2015	30/06/2015	Diferença jun-mai	Diferença jun-mai	31/07/2015	31/07/2015	Diferença jul-jun	Diferença jul-jun
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.355.124,93	4,28%	16.835,59	-0,18%	1.280.740,71	4,13%	(74.384,22)	-0,15%
3.436.404,55	10,86%	125.532,09	-0,18%	3.612.461,47	11,66%	176.056,92	0,80%
17.846.151,86	56,41%	969.018,34	0,11%	18.597.115,12	60,04%	750.963,26	3,63%
22.637.681,34	71,55%	1.111.386,02	-0,25%	23.490.317,30	75,84%	852.635,96	4,28%
2.417.847,21	7,64%	75.725,43	-0,17%	2.362.630,75	7,63%	(55.216,46)	-0,01%
0,00	0,00%	(4.798,00)	-0,02%	5.046,27	0,02%	5.046,27	0,02%
421.397,09	1,33%	2.232,69	-0,07%	419.912,18	1,36%	(1.484,91)	0,02%
2.839.244,30	8,97%	73.160,12	-0,25%	2.787.589,20	9,00%	(51.655,10)	0,03%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.948.805,57	12,48%	524.812,85	1,06%	3.527.590,56	11,39%	(421.215,01)	-1,09%
291.045,81	0,92%	30.487,20	0,05%	189.477,00	0,61%	(101.568,81)	-0,31%
4.239.851,38	13,40%	555.300,05	1,11%	3.717.067,56	12,00%	(522.783,82)	-1,40%
5.581,59	0,02%	(1.907,73)	-0,01%	3.856,76	0,01%	(1.724,83)	-0,01%
2.447,22	0,01%	2.351,12	0,01%	601,89	0,00%	(1.845,33)	-0,01%
8.028,81	0,03%	443,39	0,00%	4.458,65	0,01%	(3.570,16)	-0,01%
11.173,89	0,04%	5.702,54	0,02%	3.617,67	0,01%	(7.556,22)	-0,02%
11.173,89	0,04%	5.702,54	0,02%	3.617,67	0,01%	(7.556,22)	-0,02%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
112.943,89	0,36%	112.943,89	0,36%	0,00	0,00%	(112.943,89)	-0,36%
112.943,89	0,36%	112.943,89	0,36%	0,00	0,00%	(112.943,89)	-0,36%
32.429,77	0,10%	8.150,83	0,02%	50.047,44	0,16%	17.617,67	0,06%
194,93	0,00%	(3.391,46)	-0,01%	598,06	0,00%	403,13	0,00%
32.624,70	0,10%	4.759,37	0,01%	50.645,50	0,16%	18.020,80	0,06%
46.613,89	0,15%	(18.217,95)	-0,07%	55.361,75	0,18%	8.747,86	0,03%
1.709.044,14	5,40%	(188.172,80)	-0,93%	866.423,17	2,80%	(842.620,97)	-2,60%
544,50	0,00%	544,50	0,00%	0,00	0,00%	(544,50)	-0,00%
1.756.202,53	5,55%	(205.846,25)	-0,99%	921.784,92	2,98%	(834.417,61)	-2,58%
31.637.750,84	100,00%	1.657.849,13	0,00%	30.975.480,80	100,00%	(662.270,04)	0,00%
31.637.750,84	100,00%	1.657.849,13	0,00%	30.975.480,80	100,00%	(662.270,04)	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

31/08/2015	31/08/2015	Diferença ago-jul	Diferença ago-jul	30/09/2015	30/09/2015	Diferença set-ago	Diferença set-ago
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.329.834,24	4,34%	49.093,53	0,21%	1.376.281,12	4,60%	46.446,88	0,26%
3.475.792,23	11,35%	(136.669,24)	-0,31%	3.394.986,46	11,36%	(80.805,77)	0,01%
17.736.513,57	57,91%	(860.601,55)	-2,13%	17.397.496,60	58,19%	(339.016,97)	0,28%
22.542.140,04	73,60%	(948.177,26)	-2,23%	22.168.764,18	74,15%	(373.375,86)	0,54%
2.452.823,19	8,01%	90.192,44	0,38%	2.458.473,59	8,22%	5.650,40	0,21%
6.443,83	0,02%	1.397,56	0,00%	0,00	0,00%	(6.443,83)	-0,02%
429.873,36	1,40%	9.961,18	0,05%	459.923,15	1,54%	30.049,79	0,13%
2.889.140,38	9,43%	101.551,18	0,43%	2.918.396,74	9,76%	29.256,36	0,33%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.487.962,22	11,39%	(39.628,34)	0,00%	3.403.952,66	11,39%	(84.009,56)	-0,00%
132.236,01	0,43%	(57.240,99)	-0,18%	135.271,93	0,45%	3.035,92	0,02%
3.620.198,23	11,82%	(96.869,33)	-0,18%	3.539.224,59	11,84%	(80.973,64)	0,02%
11.499,03	0,04%	7.642,27	0,03%	6.104,05	0,02%	(5.394,98)	-0,02%
50,22	0,00%	(551,67)	-0,00%	61,01	0,00%	10,79	0,00%
11.549,25	0,04%	7.090,60	0,02%	6.165,06	0,02%	(5.384,19)	-0,02%
4.353,60	0,01%	735,93	0,00%	6.435,23	0,02%	2.081,63	0,01%
4.353,60	0,01%	735,93	0,00%	6.435,23	0,02%	2.081,63	0,01%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
30.698,19	0,10%	(19.349,25)	-0,06%	65.221,63	0,22%	34.523,44	0,12%
726,15	0,00%	128,09	0,00%	1.079,76	0,00%	353,61	0,00%
31.424,34	0,10%	(19.221,16)	-0,06%	66.301,39	0,22%	34.877,05	0,12%
8.800,00	0,03%	(46.561,75)	-0,15%	27.130,64	0,09%	18.330,64	0,06%
1.518.895,05	4,96%	652.471,88	2,16%	1.165.639,87	3,90%	(353.255,18)	-1,06%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1.527.695,05	4,99%	605.910,13	2,01%	1.192.770,51	3,99%	(334.924,54)	-1,00%
30.626.500,89	100,00%	(348.979,91)	0,00%	29.898.057,70	100,00%	(728.443,19)	0,00%
30.626.500,89	100,00%	(348.979,91)	0,00%	29.898.057,70	100,00%	(728.443,19)	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

31/10/2015	31/10/2015	Diferença out-set	Diferença out-set	30/11/2015	30/11/2015	Diferença nov-out	Diferença nov-out
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.380.338,48	4,46%	4.057,36	-0,15%	1.396.801,80	2,51%	16.463,32	-1,94%
3.549.096,04	11,46%	154.109,58	0,10%	6.850.393,41	12,33%	3.301.297,37	0,88%
				13.460,00	0,02%	13.460,00	0,02%
18.306.021,75	59,09%	908.525,15	0,90%	35.134.483,90	63,24%	16.828.462,15	4,16%
23.235.456,27	75,00%	1.066.692,09	0,85%	43.395.139,11	78,11%	20.159.682,84	3,11%
2.461.377,51	7,94%	2.903,92	-0,28%	4.844.133,01	8,72%	2.382.755,50	0,77%
10.668,72	0,03%	10.668,72	0,03%	0,00	0,00%	(10.668,72)	-0,03%
441.760,31	1,43%	(18.162,84)	-0,11%	873.240,59	1,57%	431.480,28	0,15%
2.913.806,54	9,41%	(4.590,20)	-0,36%	5.717.373,60	10,29%	2.803.567,06	0,89%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.882.365,00	9,30%	(521.587,66)	-2,08%	3.760.700,19	6,77%	878.335,19	-2,53%
237.606,04	0,77%	102.334,11	0,31%	218.736,88	0,39%	(18.869,16)	-0,37%
3.119.971,04	10,07%	(419.253,55)	-1,77%	3.979.437,07	7,16%	859.466,03	-2,91%
7.816,22	0,03%	1.712,17	0,00%	22.313,41	0,04%	14.497,19	0,01%
202,37	0,00%	141,36	0,00%	67,50	0,00%	(134,87)	-0,00%
8.018,59	0,03%	1.853,53	0,01%	22.380,91	0,04%	14.362,32	0,01%
5.543,10	0,02%	(892,13)	-0,00%	351.733,59	0,63%	346.190,49	0,62%
5.543,10	0,02%	(892,13)	-0,00%	351.733,59	0,63%	346.190,49	0,62%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
52.839,96	0,17%	(12.381,67)	-0,05%	37.515,84	0,07%	(15.324,12)	-0,10%
345,44	0,00%	(734,32)	-0,00%	3.233,85	0,01%	2.888,41	0,00%
53.185,40	0,17%	(13.115,99)	-0,05%	40.749,69	0,07%	(12.435,71)	-0,10%
30.531,89	0,10%	3.401,25	0,01%	32.216,34	0,06%	1.684,45	-0,04%
1.614.287,53	5,21%	448.647,66	1,31%	2.014.776,18	3,63%	400.488,65	-1,58%
0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1.644.819,42	5,31%	452.048,91	1,32%	2.046.992,52	3,68%	402.173,10	-1,62%
30.980.800,36	100,00%	1.082.742,66	0,00%	55.553.806,49	100,00%	24.573.006,13	0,00%
30.980.800,36	100,00%	1.082.742,66	0,00%	55.553.806,49	100,00%	24.573.006,13	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

31/12/2015	31/12/2015	Diferença dez-nov	Diferença dez-nov
Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
1.387.731,96	3,40%	(9.069,84)	0,89%
3.719.656,26	9,13%	(3.130.737,15)	-3,20%
205.959,52	0,51%	192.499,52	0,48%
24.841.913,32	60,95%	(10.292.570,58)	-2,29%
30.155.261,06	73,99%	(13.239.878,05)	-4,12%
2.554.222,04	6,27%	(2.289.910,97)	-2,45%
0,00	0,00%	0,00	0,00%
419.252,72	1,03%	(453.987,87)	-0,54%
2.973.474,76	7,30%	(2.743.898,84)	-3,00%
32.132,88	0,08%	32.132,88	0,08%
3.588.412,98	8,80%	(172.287,21)	2,04%
419.964,63	1,03%	201.227,75	0,64%
4.040.510,49	9,91%	61.073,42	2,75%
2.824,31	0,01%	(19.489,10)	-0,03%
84,83	0,00%	17,33	0,00%
2.909,14	0,01%	(19.471,77)	-0,03%
14.447,98	0,04%	14.447,98	0,04%
18.226,78	0,04%	(333.506,81)	-0,59%
32.674,76	0,08%	(319.058,83)	-0,55%
27.381,96	0,07%	27.381,96	0,07%
1.488.753,19	3,65%	1.488.753,19	3,65%
885.611,80	2,17%	885.611,80	2,17%
2.401.746,95	5,89%	2.401.746,95	5,89%
37.028,20	0,09%	(487,64)	0,02%
137,87	0,00%	(3.095,98)	-0,01%
37.166,07	0,09%	(3.583,62)	0,02%
52.677,80	0,13%	20.461,46	0,07%
1.057.293,62	2,59%	(957.482,56)	-1,03%
2.195,00	0,01%	2.195,00	0,01%
1.112.166,42	2,73%	(934.826,10)	-0,96%
40.755.909,65	100,00%	(14.797.896,84)	0,00%
40.755.909,65	100,00%	(14.797.896,84)	0,00%

Fonte: Departamento de Orçamento e Finanças

## 6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1 GESTÃO DE PESSOAS

#### 6.1.1 composição da força de trabalho

Quanto à força de trabalho, verifica-se que existem 2.191 servidores vinculados ao Órgão, dentre os quais, 1.122 Docentes e 1.069 Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs). O Quadro 42 apresenta a distribuição dos mesmos nos Câmpus do IFSC.

Quadro 53 - Composição da Força de trabalho do IFSC

Câmpus	Docentes	TAEs
Araranguá	60	46
Caçador	10	23
Canoinhas	32	30
Chapecó	58	43
Criciúma	50	34
Florianópolis	330	199
Florianópolis-Continente	54	49
Garopaba	17	23
Gaspar	46	35
Itajaí	32	37
Jaraguá do Sul	57	42
Jaraguá do Sul - RAU	40	33
Joinville	78	58
Lages	38	31
Palhoça Bilíngue	31	34
São Carlos	12	7
São José	91	94
São Lourenço do Oeste	4	0
São Miguel do Oeste	30	28
Tubarão	4	15
Urupema	16	18
Xanxerê	21	23
Centro de referência e Formação em EaD (CERFEAD)	11	8
Reitoria	0	159
<b>TOTAL</b>	<b>1.122</b>	<b>1.069</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

#### 6.1.2 distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas



Quanto a distribuição dos servidores do IFSC nas áreas fim e meio dentro de cada Câmpus, apresenta-se no Quadro 43 os servidores Docentes e TAEs. Quanto à questão de professores substitutos, que estão na situação da tabela de “servidores com contrato temporário”, registra-se que todos os 125 contratados tem sua lotação na área-fim do IFSC.

Uma dificuldade apresentada é que a lotação de servidores advindos de outros órgãos, seja por motivo de requisição ou exercício provisório, não está identificada no SIAPE, dificultando um controle mais automático. Assim, o controle desses dados é realizado por meio de instrumentos paralelos (planilhas), para garantia da precisão das informações.

Quadro 54 - Distribuição da força de trabalho

Câmpus	Docentes		TAEs	
	Área		Área	
	Fim	Meio	Fim	Meio
Araranguá	59	1	32	14
Caçador	10	0	14	9
Canoinhas	32	0	19	11
Chapecó	57	1	27	16
Criciúma	50	0	20	14
Florianópolis	327	3	109	90
Florianópolis-Continente	54	0	30	19
Garopaba	15	2	15	8
Gaspar	45	1	20	15
Itajaí	32	0	25	12
Jaraguá do Sul	56	1	22	20
Jaraguá do Sul - RAU	37	3	15	18
Joinville	77	1	31	27
Lages	38	0	20	11
Palhoça Bilíngue	30	1	23	11
São Carlos	12	0	3	4
São José	91	0	51	43
São Lourenço do Oeste	3	1	0	0
São Miguel do Oeste	30	0	18	10
Tubarão	4	0	8	7
Urupema	14	2	11	7
Xanxerê	20	1	12	11
Centro de referência e Formação em EaD (CERFEAD)	11	0	4	4
Reitoria	0	0	35	124
<b>TOTAL</b>	<b>1104</b>	<b>18</b>	<b>564</b>	<b>505</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

### 6.1.3 relação entre servidores efetivos e temporários

Na área do ensino, tem-se as categorias dos professores efetivos e temporários. No IFSC, a quantidade de efetivos é de 1.122, para um total de 125 professores com contratos temporários. Conforme a Lei 8.745, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. Assim, tem-se um percentual aproximado de 11% do quadro de efetivos.

### 6.1.4 conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

A distribuição de servidores dentro dos Câmpus do IFSC está embasada no “Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos” para os servidores da carreira “Técnico Administrativo em Educação”, bem como existe o “Plano de Oferta de Cursos e Vagas” (POCV) para os servidores da carreira “Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico”, que mostra a necessidade de servidores docentes em cada Câmpus, por área de ensino. O POCV está disponibilizado na página do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (<http://pdi.ifsc.edu.br/>), em que apresenta planilha que é constantemente atualizada para cada Câmpus do IFSC. O Quadro 44 apresenta o quadro de referência dos servidores Técnicos-Administrativos.

Quadro 55 - Quadro de Referência dos TAEs

CARGO	NÍVEL	TIPO DE CÂMPUS				
		II	III	IV	V	VI
ADMINISTRADOR	E	3	1	1	1	1
CONTADOR	E	1	1	1	1	1
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA	E	2	2	1	1	1
ASSISTENTE SOCIAL	E	2	1	1	1	1
PEDAGOGO-AREA	E	4	2	2	1	1
PSICOLOGO-AREA	E	2	1	1	1	1
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	3	2	2	2	1
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	E	1	1	0	0	0
regionalizados	E	1	1	1	1	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	22	17	13	8	7
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	D	3	2	2	2	1
TECNICO DE LABORATORIO	D	8	8	6	4	2
ASSISTENTE DE ALUNO	C	3	3	3	3	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	2	2	3	1	1
subtotal nível	E	19	12	10	9	7
subtotal nível	D	33	27	21	14	10
subtotal nível	C	5	5	6	4	4
TOTAL GERAL		57	44	37	27	21

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

### 6.1.5 qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade

#### 6.1.5.1 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quanto ao grau de escolaridade dos servidores do IFSC, apresenta-se em três quadros (Docentes, Técnicos-Administrativos em Educação e Professores Substitutos) a formação de cada uma dessas categorias de servidores. Destaca-se que o SIAPE há alguns anos desabilitou a formação “Especialização” dos registros, o que dificulta a informação dos servidores que tem essa formação, sendo contabilizados na condição de “Ensino Superior”.

Quadro 56 - Qualificação da força de trabalho docentes

Câmpus	DOCENTES		
	Ensino Superior	Mestrado	Doutorado
Araranguá	26	26	8
Caçador	5	5	0
Canoinhas	7	16	9
Chapecó	15	28	15
Criciúma	22	22	6
Florianópolis	70	138	122
Florianópolis-Continente	13	31	10
Garopaba	2	11	4
Gaspar	14	29	3
Itajaí	2	19	11
Jaraguá do Sul	24	26	7
Jaraguá do Sul - RAU	15	23	2
Joinville	15	55	8
Lages	9	18	11
Palhoça Bilíngue	8	14	9
São Carlos	3	5	4
São José	11	48	32
São Lourenço do Oeste	2	0	2
São Miguel do Oeste	12	12	6
Tubarão	2	2	0
Urupema	4	8	4
Xanxerê	8	9	4
Centro de referência e Formação em EaD (CERFEAD)	0	5	6
Reitoria	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>289</b>	<b>550</b>	<b>283</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 57 - Qualificação da força de trabalho Técnicos-Administrativos

Câmpus	Técnicos-Administrativos EM EDUCAÇÃO						
	Alfabetizado sem cursos regulares	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Mestrado	Doutorado
Araranguá	0	0	1	7	36	2	0
Caçador	0	0	0	4	18	1	0
Canoinhas	0	0	0	6	20	4	0
Chapecó	0	0	0	4	33	6	0
Criciúma	0	0	0	5	24	5	0
Florianópolis	1	4	2	46	134	11	1
Florianópolis-Continente	0	0	0	7	36	6	0
Garopaba	0	0	0	2	19	2	0
Gaspar	0	0	0	5	27	1	0
Itajaí	0	0	0	9	29	4	0
Jaraguá do Sul	0	0	0	4	32	7	0
Jaraguá do Sul - RAU	0	0	0	3	22	2	0
Joinville	0	0	0	4	49	5	0
Lages	0	0	0	2	26	3	0
Palhoça Bilíngue	0	0	0	6	22	6	0
São Carlos	0	0	0	1	6	0	0
São José	0	1	1	15	64	12	1
São Lourenço do Oeste	0	0	0	0	0	0	0
São Miguel do Oeste	0	0	0	3	22	3	0
Tubarão	0	0	0	6	7	2	0
Urupema	0	0	1	7	7	2	1
Xanxerê	0	0	0	6	13	3	1
Centro de referência e Formação em EaD (CERFEAD)	0	0	0	1	6	1	0
Reitoria	0	0	0	9	122	27	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>162</b>	<b>774</b>	<b>115</b>	<b>5</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de pessoas

Quadro 58 - Qualificação da força de trabalho professor substituto

Câmpus	PROFESSOR SUBSTITUTO		
	Ensino Superior	Mestrado	Doutorado
Araranguá	7	0	0
Caçador	0	0	1
Canoinhas	2	2	0
Chapecó	7	1	1
Criciúma	0	2	0
Florianópolis	26	11	5
Florianópolis-Continente	3	0	0
Garopaba	0	0	0
Gaspar	3	0	0
Itajaí	0	1	0
Jaraguá do Sul	5	2	0
Jaraguá do Sul - RAU	4	0	0
Joinville	9	0	0
Lages	4	1	1
Palhoça Bilíngue	4	1	0
São Carlos	0	0	0
São José	11	1	1
São Lourenço do Oeste	0	0	0
São Miguel do Oeste	3	1	2
Tubarão	0	0	0
Urupema	1	0	0
Xanxerê	2	0	0
Centro de referência e Formação em EaD (CERFEAD)	0	0	0
Reitoria	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>23</b>	<b>11</b>

Fonte - Diretoria de Gestão de Pessoas

#### 6.1.5.2 TEMPO PARA APOSENTADORIA

Em 2015, o IFSC contabilizou 30 servidores aposentados e devido ao fato de não ter ocorrido muitos concursos públicos entre os anos de 1990 e 2005, existe um quantitativo de servidores que terão direito à aposentadoria a partir dos próximos anos. Como na maioria dos casos, trata-se de decisão pessoal, não é possível indicar quantos se aposentarão efetivamente.

#### 6.1.5.3 FAIXA ETÁRIA DOS SERVIDORES

A faixa etária dos servidores do IFSC é demonstrada no Quadro 48.

Quadro 59 - Faixa etária dos servidores do IFSC

Faixa	Sexo	Situação					TOTAL
		Servidores do órgão	Exercício descentralizado	Exercício provisório	Requisitados	Contratos Temporários	
Menor de 20	M	1	0	0	0	0	1
Entre 20 e 29	F	141	0	1	1	29	172
	M	150	0	0	0	23	173
Entre 30 e 39	F	456	0	2	1	19	478
	M	474	0	1	1	28	504
Entre 40 e 49	F	249	0	3	1	10	263
	M	306	0	0	2	11	319
Entre 50 e 59	F	142	0	3	3	1	149
	M	214	2	1	5	4	226
Entre 60 e 69	F	15	0	0	3	0	18
	M	43	0	0	10	0	53
70 ou mais	M	0	0	0	3	0	3

Fonte - Diretoria de Gestão de Pessoas

Cabe salientar que nos servidores requisitados estão incluídos servidores de outras instituições, inclusive na situação de anistiados, que podem ter mais de 70 anos.

### 6.1.6 Política de capacitação e treinamento do pessoal

Durante o ano de 2015 a Coordenadoria de Capacitação e Avaliação focou as ações realizadas a partir da análise das demandas gerais e setoriais da instituição. Essas demandas foram diagnosticadas a partir de diversas bases de informações (avaliação de desempenho dos servidores, levantamento de necessidades de capacitação dos câmpus, redes de *feedback*, análise da direção, etc) e serviram de base para o planejamento de ações de capacitação e desenvolvimento humano.

A Coordenadoria de Capacitação buscou viabilizar ações de capacitação de formação geral, específicas e a distância, sempre de forma articulada com as Coordenadorias de Gestão de Pessoas dos Câmpus, com o objetivo central de desenvolver políticas e ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores da instituição.

Dessa forma, a equipe realizou esforços no sentido de pautar as propostas na busca pela ampliação do conhecimento e pela geração de ideias inovadoras, visando desenvolver a criatividade, a autonomia, a ação reflexiva e a flexibilidade.

Cabe destacar que a perspectiva norteadora do trabalho foi o desenvolvimento permanente das pessoas, que levou em consideração as demandas gerais e setoriais da instituição. Essas demandas foram diagnosticadas a partir de bases de informações internas, principalmente pelas análises setoriais e da direção.

Assim, as ações de capacitação e desenvolvimento realizadas por esta equipe durante o ano de 2015 buscaram contribuir para o processo de ampliação das competências dos servidores.

De acordo com o Decreto N° 5.707 de fevereiro de 2006 que instituiu a política e as diretrizes para o desenvolvimento da administração pública federal direta e indireta, autárquica e fundacional e regulamentou dispositivos da Lei N° 8.112 de dezembro de 1990. Com isso, postula legalmente a necessidade da instituição de investir na qualificação permanente de seus recursos humanos, elegendo o Sistema de Gestão por Competências como instrumento e base do processo. É também nesse Decreto que é evidenciada a necessidade das instituições federais incentivarem e apoiarem as

iniciativas de capacitação promovidas pelas próprias instituições, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal.

Dessa forma, foram capacitados 817 servidores por meio de capacitações internas realizadas pelo IFSC, no ano de 2015, contaram com participação dos servidores de seu quadro permanente, que ministraram alguns cursos. Por meio dessas ações (cursos, treinamentos, grupos de estudos e palestras) pudemos aproveitar o talento de cada servidor (habilidades e conhecimentos) para disseminar conhecimento, diminuir custos e aumentar a qualidade do serviço prestada pela instituição. Para atender demandas, em que por ventura, não dispunha-se de profissionais mais habilitados, foram contratados cursos de capacitação externas, em parceria com instituições privadas, resultando na qualificação de 80 servidores.

O IFSC também realizou parcerias para a realização de suas capacitações, como o Programa ENAP em Rede, que foi lançado em abril de 2015 após debate e aprovação pelo conjunto dos 38 Institutos Federais, fruto do diálogo com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia - CONIF, com o qual foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica. A participação dos Institutos Federais no Programa permitiu que a ação formativa da ENAP fosse realizada não apenas nas regiões metropolitanas ou nas capitais de cada estado, mas também, nas regiões mais interioranas do país. O Programa ENAP em Rede é um aperfeiçoamento do Programa de Parcerias criado em 1996, com vistas a ampliar a atuação da Escola em território nacional e proporcionar oportunidades para servidores públicos do Executivo Federal, lotados em outras unidades da federação, poderem usufruir dos cursos regulares da ENAP e, complementarmente, a servidores públicos dos executivos estaduais e municipais, adquirindo assim maior capilaridade em suas atividades. A partir desse programa foram capacitados 120 servidores, sendo 90 desses servidores do IFSC, 20 servidores de outros órgãos da esfera federal e 10 servidores das esferas municipal e estadual.

#### **6.1.7 Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada**

Para que se evitem eventuais irregularidades relacionadas ao pessoal do IFSC, é feito desde a entrada em exercício e no recadastramento anual dos servidores a solicitação da informação do servidor quanto a existência de outro vínculo empregatício. Caso exista, o servidor deve comprovar que esse é dentro da legalidade, devendo prestar essas informações e assinar toda documentação de que ela é verdadeira. Caso seja apontada alguma irregularidade, é aberto processo para verificação do caso.

#### **6.1.8 Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los**

Os maiores riscos apresentados dentro da gestão de pessoas são os seguintes:

- **Vacância:** Quando ocorre a vacância de cargos em que não existem concursos públicos homologados, há uma dificuldade em preencher alguns cargos. Normalmente, opta-se por tentar minimizar a situação com redistribuição, em que troca-se um cargo vago por um cargo ocupado em outra instituição.
- **Remoções por motivo de saúde do servidor ou de seu cônjuge:** quando existe esse tipo de remoção, não é possível utilizar a vaga do servidor removido, pois esse continua ocupando a vaga e não disponibilizando a contratação de novo servidor para sua vaga, nem mesmo no

caso dos docentes, por não haver prerrogativa legal para contratação de professores substitutos.

- Remoção por motivo de acompanhamento de cônjuge: da mesma maneira que a remoção por motivo de saúde, a vaga também fica indisponível para novas contratações, nem mesmo no caso dos docentes, por não haver prerrogativa legal para contratação de professores substitutos.
- Licenças para tratamento de saúde: quando essas licenças são muito prolongadas, tendo em vista a ausência do servidor, não há como fazer a reposição desse servidor, a não ser no caso de docentes quando a licença for maior que 60 dias, nesse caso existe a possibilidade de contratação de professor substituto, ou no caso em que o servidor estiver de licença pelo mesmo motivo de saúde por 2 anos, em que o servidor é aposentado por invalidez.
- Lotação de servidores em alguns câmpus do interior: Tendo em vista o IFSC possuir 22 câmpus, mais a Reitoria e o Centro de Referência e Formação em EaD (CERFEAD), que estão distribuídos em 20 municípios do estado de Santa Catarina, observa-se que em alguns desses câmpus existe a dificuldade de permanência de servidores, que entram, muitas vezes com o intuito de tentar se remover para câmpus de cidades maiores, de maior proximidade de seus familiares ou ainda por outros motivos particulares. Para minimizar essa situação foram implementadas regras no IFSC em que o servidor deve permanecer na sua lotação pelo tempo mínimo de 18 meses a partir do exercício no órgão (essa regra vale também para servidores redistribuídos) e após removidos, deverá ficar naquela lotação por pelo menos 2 anos.

#### **6.1.9 indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas**

O IFSC possui indicadores desenvolvidos para a gestão de pessoas. Foi criado o que chamamos de “Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativos”. Esse quadro, aprovado por resolução, mostra as tipologias de câmpus e as respectivas quantidades de servidores por tipos de câmpus. Além disso, há também o “Banco de Técnico Administrativos”, ou seja, uma planilha que controla todos os servidores e cargos de cada câmpus. A Tipologia de Câmpus e Quadro de Referências de TAE proposta pelo Grupo de Trabalho “Quadro” e aprovada pela Resolução nº 12/2013/CDP é apresentada a seguir:



Quadro 60 - Quadro de referência TAE

CARGO	NÍVEL	TIPO DE CÂMPUS				
		II	III	IV	V	VI
ADMINISTRADOR	E	3	1	1	1	1
CONTADOR	E	1	1	1	1	1
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA	E	2	2	1	1	1
ASSISTENTE SOCIAL	E	2	1	1	1	1
PEDAGOGO-AREA	E	4	2	2	1	1
PSICOLOGO-AREA	E	2	1	1	1	1
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	3	2	2	2	1
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	E	1	1	0	0	0
regionalizados	E	1	1	1	1	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	22	17	13	8	7
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	D	3	2	2	2	1
TECNICO DE LABORATORIO	D	8	8	6	4	2
ASSISTENTE DE ALUNO	C	3	3	3	3	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	2	2	3	1	1
subtotal nível	E	19	12	10	9	7
subtotal nível	D	33	27	21	14	10
subtotal nível	C	5	5	6	4	4
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>57</b>	<b>44</b>	<b>37</b>	<b>27</b>	<b>21</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Os câmpus do IFSC ficam enquadrados na tipologia da seguinte forma:

- tipo I: Florianópolis e São José;
- tipo II: Joinville;
- tipo III: Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Chapecó e Araranguá;
- tipo IV: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus, Lages e São Miguel do Oeste;
- tipo V: Caçador, Garopaba, Palhoça Bilíngue, Xanxerê, Tubarão e São Carlos;
- tipo VI: Urupema.

O Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste possui tipologia diferenciada e terá quadro próprio conforme modelo definido pelo MEC.

Já para os docentes existe o “Banco de Professor Equivalente”, que é uma planilha que contém todos os cargos de docentes, ocupados e vagos, de cada câmpus.

A distribuição de vagas por câmpus se dá por meio de um instrumento criado para essa finalidade, o qual denominamos “POCV - Plano de Ofertas de Cursos e Vagas”. Nessa planilha, foram inseridos todos os cursos existentes e com pretensão de abertura para os próximos 5 anos. Foram inseridas todas as matrizes curriculares dos cursos, números de aulas, dentre outros e, com isso, é possível mensurar a quantidade de docentes por área para cada câmpus.

O IFSC dispõe de instrumentos que verificam a real necessidade de um docente: o fator aula dos professores existentes e a disponibilidade de códigos. Para isso, o Plano e Relatório Semestral de Atividade Docente (PR SAD) torna-se uma importante ferramenta, pois nessa planilha é possível verificar a real situação das áreas de atuação nos câmpus. Todas essas informações são compiladas no BPEq (Banco de Professor - Equivalente). De acordo com o Decreto nº 8259/2014, o BPEq é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 132 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade: professor equivalente. Em 29

de maio de 2014, o BPEq do IFSC era igual a 2.584,22. Com a existência do BPEq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, entre outros, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto, enquanto se elabora um novo Concurso Público para ocupar definitivamente aquela vaga desocupada.

### 6.1.10 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 61 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>2.234</b>	<b>2.234</b>	<b>329</b>	<b>28</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.234	2.234	329	28
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.191	2.191	326	23
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	11	11	1	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	30	30	2	2
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>125</b>	<b>125</b>	<b>70</b>	<b>149</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>2.359</b>	<b>2.359</b>	<b>399</b>	<b>177</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/SIAPE

Quadro 62 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	538	1.672
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	538	1.672
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	527	1.664
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	5	6
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	2
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	125
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	538	1.797

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/SIAPE

Quadro 63 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>117</b>	<b>117</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	115	115	33	33
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>399</b>	<b>399</b>	<b>229</b>	<b>205</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	397	397	229	205
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>516</b>	<b>516</b>	<b>262</b>	<b>238</b>

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas/SIAPE/Portarias IFSC

## Análise Crítica

Em 2015, o IFSC recebeu mais códigos de vagas disponibilizados pelo Ministério, tanto para professores quanto para Técnicos-Administrativos. Houve realização de um Concurso Público, homologado ainda em 2015, que demonstrou a necessidade de contratação de diversos profissionais. Ainda que fossem mais 221 vagas, restava a necessidade de mais contratações para o semestre 2016.1, não disponível no Edital justamente pela falta de outros novos códigos de vaga. Outras medidas e tentativas de ocupação de cargos vagos também foram tomadas, como por exemplo os editais de redistribuição publicados no ano passado, que resultaram positivamente na chegada de novos servidores.

Dos servidores de carreira, constatou-se que 77% deles referem-se à área-fim, voltados principalmente às atividades relacionadas ao ensino. Num universo de 2.191 servidores, tem-se que 115 ocupam Cargos de Direção (CD) e 397 ocupando Funções Gratificadas (FGs), totalizando um percentual de 23%, dispersos nos câmpus e na Reitoria do IFSC.

Com a chegada do Banco de Professor Equivalente, a aposentadoria não gera tanto transtorno como já ocorrera no passado, haja vista que as vagas dos servidores aposentados já podem ser novamente ocupadas, sem necessitar de autorização do MEC, caso se tenha lista de concurso público aprovada. Em não se tendo tal lista, a Lei nº 8745/93 prevê a possibilidade de contratação de professores substitutos, até a realização de novo concurso público. Para os Técnicos-Administrativos, o processo dar-se-á de forma semelhante, mas sem a presença do substituto. Um problema verificado é a presença de cargos em extinção: este, com a aposentadoria do servidor, não possui reposição da vaga e diminui, assim, a força de trabalho.

Quanto aos afastamentos, quando são de servidores docentes, para certas tipologias também pode ser utilizada a contratação de professor substituto, porém para os Técnicos-Administrativos não existe tal prerrogativa de contratação. A quantificação de servidores afastados ficou prejudicada devido o fato recente do SIAPE ter alterado os afastamentos de dentro da plataforma SIAPE para a plataforma SIAPENET, a qual gera muitos problemas e, em nossas tentativas de acesso aos relatórios de afastamento, aparece a mensagem de que o sistema está indisponível.

## 6.1.11 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 64 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	R\$ 106.400.851,13	R\$ 6.865.529,44	R\$ 25.809.839,42	R\$ 84.843.705,54	R\$ 11.876.611,92	R\$ 4.529.260,17	R\$ 1.795.014,12	R\$ 123.057,72	R\$ 556.336,70	R\$ 242.800.206,16
	2014	R\$ 90.394.865,39	R\$ 5.932.756,50	R\$ 20.108.091,19	R\$ 58.987.770,68	R\$ 9.931.887,77	R\$ 4.089.991,06	R\$ 1.575.448,66	R\$ 75.163,08	R\$ 599.083,14	R\$ 191.695.057,47
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2015	R\$ 0,00	R\$ 142.464,44	R\$ 32.508,13	R\$ 18.761,94	R\$ 19.882,36	R\$ 1.083,72	R\$ 12.537,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 227.238,31
	2014	R\$ 0,00	R\$ 49.589,52	R\$ 38.238,08	R\$ 18.863,02	R\$ 6.784,52	R\$ 951,41	R\$ 10.430,09	R\$ 204,00	R\$ 0,00	R\$ 125.060,64
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	R\$ 574.855,49	R\$ 0,00	R\$ 118.175,26	R\$ 445.589,50	R\$ 28.839,08	R\$ 40.468,17	R\$ 0,00	R\$ 522,84	R\$ 4.983,96	R\$ 1.213.434,30
	2014	R\$ 632.034,02	R\$ 0,00	R\$ 107.123,79	R\$ 391.636,68	R\$ 33.249,42	R\$ 54.728,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.447,96	R\$ 1.225.220,38
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	R\$ 6.296.024,68	R\$ 0,00	R\$ 701.279,18	R\$ 822.105,17	R\$ 774.595,94	R\$ 4.023,51	R\$ 1.426,04	R\$ 944,28	R\$ 0,00	R\$ 8.600.398,80
	2014	R\$ 5.740.691,59	R\$ 0,00	R\$ 658.568,77	R\$ 626.216,33	R\$ 744.601,78	R\$ 30.720,95	R\$ 1.525,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.802.325,08

Fonte: Diretoria de gestão de pessoas/Fonte: DW/Siapenet

### 6.1.13 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Os quadros 65 e 66 apresentam a contratação de pessoal de apoio do IFSC.

Quadro 65 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC													
UG/Gestão:158516							CNPJ: 11.402.887/0001-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	105/2012	07.592.889/0001-92	14/09/12	13/09/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	120/2012	07.006.622/0001-76	24/09/12	23/09/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	157/2012	07.006.622/0001-76	01/12/12	01/12/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	160/2012	03.814.774/0001-44	14/01/13	14/01/17	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	171/2012	13.682.207/0001-35	17/12/12	17/12/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2012	L	O	173/2012	13.682.207/0001-35	14/01/13	14/01/17	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	L	O	180/2012	13.026.997/0001-09	29/01/13	15/03/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	L	O	018/2013	12.013.198/0001-27	18/02/13	18/02/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	L	O	023/2013	13.682.207/0001-35	11/03/13	11/03/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	L	O	024/2013	13.682.207/0001-35	28/03/13	06/03/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	L	O	025/2013	13.682.207/0001-35	05/03/13	05/03/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	L	O	029/2013	03.116.865/0001-06	20/03/13	20/04/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2010	V	O	046/2010	07.809.721/0001-96	16/06/12	16/06/15	6	6					E
2010	V	O	059/2010	07.168.167/0001-05	19/07/13	19/07/15	6	6					E
2010	V	O	060/2010	07.168.167/0001-05	19/07/13	19/07/15	4	4					E
2010	V	O	081/2010	07.168.167/0001-05	22/09/13	22/09/15	6	6					E
2010	V	O	103/2010	07.168.167/0001-05	14/11/13	14/11/15	6	6					E
2010	V	O	121/2010	05.497.780/0001-40	01/01/13	01/01/15	6	6					E
2010	V	O	122/2010	05.497.780/0001-40	01/01/13	01/01/16	6	6					P
2011	V	O	049/2011	05.497.780/0001-40	29/06/13	29/06/16	6	6					P
2011	V	O	051/2011	05.497.780/0001-40	01/07/13	30/04/15	6	6					P
2011	V	O	107/2011	05.497.780/0001-40	12/09/13	12/09/16	6	6					P
2011	V	O	111/2011	05.497.780/0001-40	02/10/13	02/10/16	20	20					P
2011	V	O	119/2011	82.949.652/0001-31	09/10/13	09/10/15	4	4					E
2011	V	O	120/2011	82.949.652/0001-31	12/10/13	12/01/15	10	10					E
2011	V	O	121/2011	05.497.780/0001-40	12/10/13	12/10/16	6	6					P
2012	V	O	001/2012	05.449.286/0001-00	01/01/13	01/02/15	12	12					E
2012	V	O	083/2012	07.168.167/0001-05	27/08/13	27/08/16	6	6					P
2012	V	O	161/2012	07.168.167/0001-05	15/12/12	15/12/16	10	10					P
2012	V	O	163/2012	05.497.780/0001-40	03/12/12	03/12/16	6	6					P
2013	V	O	086/2013	10.364.152/0001-27	21/08/13	21/08/16	8	8					P
2013	V	O	130/2013	05.497.780/0001-40	13/10/13	13/10/16	4	4					P
2014	L	O	003/2014	09.284.904/0001-60	03/03/14	03/03/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	004/2014	11.027483/0001-34	10/02/14	15/03/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2014	V	O	010/2014	11.650.232/0001-01	16/04/14	15/07/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2014	V	O	032/2014	05.497.780/0001-40	01/07/14	01/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	V	O	033/2014	10.364.152/0001-27	11/08/14	11/08/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	034/2014	07.006.622/0001-75	01/07/14	01/07/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2014	L	O	035/2014	07.809.721/0001-96	12/07/14	12/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	037/2014	04.231.640/0001-63	11/08/14	11/08/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	058/2014	02.531.343/0001-08	25/08/14	25/08/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2014	V	O	073/2014	05.497.780/0001-40	05/10/14	05/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	092/2014	09.405.866/0001-57	17/11/14	17/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	097/2014	13.026.997/0001-09	02/12/14	02/12/16	4	4					P
2014	V	O	104/2014	05.497.780/0001-40	01/12/14	01/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	107/2014	04.231.640/0001-63	05/12/14	05/12/16	13	13					P
2014	L	O	108/2014	11.027.483/0001-42	15/12/14	15/12/16	X	X					P
2014	V	O	109/2014	05.497.780/0001-40	13/12/14	13/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	L	O	114/2014	13.026.997/0001-09	22/12/14	22/12/15	8	8					E
2014	L	O	115/2014	07.809.721/0001-96	29/12/14	29/12/16	8	8					P

2015	L	O	009/2015	13.026.997/0001-09	19/02/15	19/02/16	11	11							A
2015	L	O	010/2015	08.190.855/0001-34	09/02/15	09/02/16	8	8							A
2015	V	O	011/2015	10.392.048/0001-46	25/02/15	25/02/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	L	O	012/2015	03.814.774/0001-44	16/02/15	16/02/16	6	6							A
2015	L	O	013/2015	13.026.997/0001-09	19/02/15	19/02/16	4	4							A
2015	L	O	016/2015	07.809.721/0001-96	12/03/15	12/03/16	13	13							A
2015	L	O	017/2015	03.814.774/0001-44	16/03/15	16/03/16	7	7							A
2015	L	O	018/2015	11.027.483/0001-34	13/03/15	13/03/16	10	10							A
2015	L	E	021/2015	11.967.535/0001-52	04/03/15	02/07/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2015	V	O	022/2015	05.497.780/0001-40	02/04/15	02/04/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	L	O	040/2015	77.377.257/0001-91	21/04/15	21/04/16	12	12							A
2015	V	O	054/2015	05.497.780/0001-40	01/05/15	01/05/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	L	O	058/2015	07.809.721/0001-96	04/06/15	04/06/16	2	2							A
2015	V	O	065/2015	95.832.986/0001-72	17/06/15	17/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	V	O	083/2015	05.497.780/0001-40	20/07/15	20/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	V	O	084/2015	10.392.048/0001-46	20/07/15	20/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	L	O	087/2015	07.809.721/0001-96	26/08/15	26/08/16	2	2							A
2015	V	O	098/2015	82.949.652/0001-31	10/10/15	10/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	V	O	108/2015	82.949.652/0001-31	15/11/15	15/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	V	O	133/2015	05.497.780/0001-40	02/01/16	02/01/17	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A

**Observações:**

Contrato 058/2014 - Contempla duas modalidades de serviços (limpeza e portaria), conforme IN 06;  
 Contrato 012/2015 - Contempla duas modalidades de serviços (limpeza e portaria), conforme IN 06;

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Departamento de contratos

Quadro 66 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC													
Unidade Contratante						CNPJ: 11.402.887/0001-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	091/2011	79.283.065/0001-41	31/08/11	31/08/15	2	2					E
2011	4	O	162/2011	07.006.622/0001-76	29/11/11	24/02/15	2	2					E
2013	4	O	121/2013	05.600.954/0001-59	17/10/13	17/10/16	2	2					P
2013	4	O	110/2013	05.600.954/0001-59	03/09/13	03/09/16	4	4					P
2010	5	O	091/2010	02.531.343/0001-08	01/11/10	31/10/15			2	2			E
2010	5	O	095/2010	02.531.343/0001-08	09/11/10	09/11/15			4	4			E
2010	5	O	096/2010	02.531.343/0001-08	11/11/10	09/11/14			4	4			E
2010	5	O	097/2010	02.531.343/0001-08	11/11/10	10/11/15			2	2			E
2010	5	O	104/2010	05.822.551/0001-54	16/11/10	16/11/15			2	2			E
2010	5	O	106/2010	05.822.551/0001-54	16/11/10	16/11/15			2	2			E
2011	5	O	025/2011	05.822.551/0001-54	21/03/11	21/03/16			4	4			P
2011	5	O	081/2011	08.629.207/0001-31	24/08/11	24/08/15			12	12			E
2013	5	O	120/2013	05.600.954/0001-59	16/09/13	16/09/16			4	4			P
2013	5	O	138/2013	05.600.954/0001-59	16/11/13	16/11/16			14	14			P
2013	7	O	075/2013	76.535.764/0001-43	05/08/13	05/08/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	137/2011	33.530.486/0001-29	27/10/11	27/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	138/2011	33.530.486/0001-29	27/10/11	27/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	139/2011	33.530.486/0001-29	27/10/11	27/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	140/2011	33.530.486/0001-29	27/10/11	27/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	141/2011	76.535.764/0322-66	18/11/11	18/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	142/2011	76.535.764/0322-66	18/11/11	18/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	143/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	144/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	145/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2011	7	O	146/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	147/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	148/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	149/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	150/2011	76.535.764/0322-66	21/11/11	21/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	151/2011	76.535.764/0322-66	23/11/11	23/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	152/2011	76.535.764/0322-66	23/11/11	23/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	153/2011	76.535.764/0322-66	23/11/11	23/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	154/2011	76.535.764/0322-66	23/11/11	23/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	7	O	155/2011	76.535.764/0322-66	23/11/11	23/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	8	O	047/2011	01.736.543/0001-34	10/06/11	10/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2011	8	O	133/2011	02.797.782/0001-67	10/11/11	09/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	8	O	155/2012	02.797.782/0001-67	05/11/12	05/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	8	O	050/2013	14.048.837/0001-15	20/06/13	20/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P

2013	8	O	051/2013	14.048.837/0001-15	20/06/13	26/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	8	O	052/2013	02.797.782/0001-67	20/06/13	26/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	8	O	053/2013	15.251.668/0001-89	20/06/13	26/06/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	8	O	114/2013	81.006.272/0001-09	16/09/13	16/09/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2013	8	O	115/2013	11.955.729/0001-38	16/09/13	16/09/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	8	O	116/2013	11.955.729/0001-38	16/09/13	16/09/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	8	O	119/2013	81.006.272/0001-09	16/09/13	16/09/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2013	8	O	139/2013	81.006.272/0001-09	14/11/13	14/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2012	12	O	098/2012	02.531.343/0001-08	16/09/12	31/05/15			1	1			E
2012	12	O	123/2012	02.531.343/0001-08	07/10/12	04/01/15			1	1			E
2011	12	O	104/2011	83.953.331/0001-73	23/09/11	23/09/16			1	1			P
2011	12	O	105/2011	83.953.331/0001-73	19/09/11	19/09/16			1	1			P
2011	12	O	160/2011	07.006.622/0001-76	15/11/11	04/03/15			1	1			E
2011	12	O	161/2011	07.006.622/0001-76	29/11/11	04/03/15			1	1			E
2011	12	O	163/2011	07.006.622/0001-76	13/11/11	04/03/15			1	1			E
2012	12	O	106/2012	07.006.622/0001-76	16/09/12	27/02/15			1	1			E
2012	12	O	103/2012	07.006.622/0001-76	16/09/12	04/02/15			1	1			E
2012	12	O	125/2012	05.600.954/0001-59	07/10/12	07/10/16			1	1			P
2013	12	O	020/2013	03.814.774/0001-44	04/03/13	04/03/16			1	1			P
2013	12	O	021/2013	03.814.774/0001-44	11/03/13	11/03/16			1	1			P
2013	12	O	035/2013	03.814.774/0001-44	01/04/13	01/04/16			1	1			P
2013	12	O	124/2013	79.283.065/0001-41	23/09/13	23/03/16			1	1			P
2014	12	O	058/2014	02.531.343/0001-08	25/08/14	25/08/15			1	1			E
2014	6	O	002/2014	03.112.298/0001-10	03/02/14	03/02/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2014	12	O	018/2014	02.531.343/0001-08	02/06/14	02/06/16			1	1			P
2014	4	O	019/2014	05.600.954/0001-59	02/06/14	02/06/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2014	6	O	021/2014	09.554.328/0001-24	02/05/14	02/05/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	P
2014	12	O	026/2014	02.531.343/0001-08	20/06/14	20/06/16			1	1			P
2014	12	O	027/2014	02.531.343/0001-08	20/06/14	20/06/16			1	1			P
2014	12	O	028/2014	10.565.981/0001-78	18/07/14	18/07/16			2	2			P
2014	12	O	029/2014	11.967.535/0001-52	25/07/14	25/07/16			1	1			P
2014	12	O	030/2014	02.531.343/0001-08	01/07/14	01/07/16			1	1			P
2014	12	O	039/2014	02.531.343/0001-08	01/08/14	01/08/16	2	2					P
2014	12	O	041/2014	02.531.343/0001-08	12/09/14	12/09/16	13	13					P
2014	12	O	044/2014	02.531.343/0001-08	01/08/14	01/08/16	4	4					P
2014	12	O	047/2014	02.531.343/0001-08	19/09/14	19/09/16	3	3					P
2014	12	O	048/2014	02.531.343/0001-08	01/09/14	01/09/16	4	4					P
2014	12	O	049/2014	02.531.343/0001-08	13/08/14	13/08/16	5	5					P
2014	12	O	050/2014	02.531.343/0001-08	01/09/14	01/09/16	1	1					P
2014	12	O	053/2014	02.531.343/0001-08	18/08/14	18/08/16	1	1					P
2014	12	O	054/2014	03.360.551/0001-54	01/09/14	30/04/15	1	1					E
2014	12	O	059/2014	02.531.343/0001-08	02/09/14	01/05/15	3	3					E
2014	12	O	062/2014	02.531.343/0001-08	17/09/14	17/09/16	5	5					P
2014	5	O	089/2014	03.814.774/0001-44	03/11/14	03/11/16	1	1					P
2014	5	O	094/2014	03.360.551/0001-54	10/11/14	10/11/16	3	3					P
2014	12	O	106/2014	07.261.678/0001-77	16/12/14	16/12/15	3	3					E
2014	5	O	112/2014	02.531.343/0001-08	05/01/15	05/01/17	4	4					P
2014	12	O	113/2014	02.531.343/0001-08	05/01/15	05/01/17	4	4					P
2014	12	O	116/2014	23.814.774/0001-44	22/12/14	22/12/15	4	4					E
2015	12	O	012/2015	03.814.774/0001-44	16/02/15	16/02/16	2	2					A
2015	12	O	014/2015	08.190.855/0001-34	02/03/15	02/03/16	3	3					A
2015	12	E	029/2015	11.967.535/0001-52	01/04/15	30/06/15	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2015	2	O	043/2015	07.593.524/0001-82	06/05/15	06/05/16			3	3			A
2015	12	O	046/2015	10.439.655/0001-14	04/05/15	04/05/16	1	1					A
2015	12	O	051/2015	10.439.655/0001-14	04/05/15	04/05/16	2	2					A
2015	12	O	052/2015	10.439.655/0001-14	06/05/15	06/05/16	1	1					A
2015	12	O	055/2015	10.439.655/0001-14	11/05/15	11/05/16	1	1					A
2015	2	O	056/2015	10.565.981/0001-78	06/05/15	06/05/16			1	1			A
2015	12	O	057/2015	08.190.855/0001-34	18/05/15	18/05/16	4	4					A
2015	12	O	059/2015	18.409.270/0001-16	25/05/15	25/05/16	1	1					A
2015	12	O	060/2015	05.600.954/0001-59	01/07/15	01/07/16	3	3					A
2015	12	O	062/2015	03.814.774/0001-44	01/06/15	01/06/16	1	1					A



2015	7	O	067/2015	76.535.764/0001-43	01/09/15	01/09/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	5	O	068/2015	10.439.655/0001-14	01/07/15	01/07/16			2	2			A
2015	7	O	075/2015	40.432.544/0001-47	21/07/15	21/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	7	O	078/2015	40.432.544/0001-47	18/10/15	18/10/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	7	O	082/2015	76.535.764/0001-43	02/11/15	02/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	2	O	085/2015	07.524.593/0001-82	27/07/15	27/07/16			1	1			A
2015	12	O	086/2015	10.439.655/0001-14	26/08/15	26/08/16	1	1					A
2015	5	O	090/2015	07.593.524/0001-82	25/08/15	25/08/16			2	2			A
2015	5	O	109/2015	07.593.524/0001-82	03/11/15	03/11/16			1	1			A
2015	5	O	115/2015	05.792.339/0001-91	10/11/15	10/11/16			2	2			A
2015	5	O	116/2015	05.792.339/0001-91	10/11/15	10/11/16			1	1			A
2015	12	O	119/2015	05.792.339/0001-91	17/11/15	17/11/16			1	1			A
2015	12	O	132/2015	13.026.997/0001-09	23/12/15	23/12/16	1	1					A
2015	8	O	015/2015	05.956.725/0002-52	02/03/15	02/03/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	077/2015	14.048.837/0001-15	01/07/15	01/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	080/2015	02.797.782/0001-67	01/07/15	01/07/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	100/2015	18.500.162/0001-54	01/11/15	01/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	106/2015	18.500.162/0001-54	01/11/15	01/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	107/2015	09.134.633/0001-67	01/11/15	01/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	110/2015	18.500.162/0001-54	01/11/15	01/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	113/2015	09.134.633/0001-67	01/11/15	01/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	114/2015	09.134.633/0001-67	01/11/15	01/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	122/2015	09.134.633/0001-67	01/12/15	01/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	123/2015	18.500.162/0001-54	01/12/15	01/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	124/2015	09.134.633/0001-67	01/12/15	01/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	125/2015	09.134.633/0001-67	01/12/15	01/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	126/2015	02.797.782/0001-67	25/11/15	25/11/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2015	8	O	128/2015	18.500.162/0001-54	01/12/15	01/12/16	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A

**Observações:**

Contrato 058/2014 - Contempla duas modalidades de serviços (limpeza e portaria), conforme IN 06;  
 Contrato 051/2015 - Contempla duas modalidades de serviços (copeiragem e zeladoria), conforme IN 06;  
 Contrato 060/2015 - Contempla duas modalidades de serviços (auxiliar de depósito e zeladoria), conforme IN 06;

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Departamento de contratos

## Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários no IFSC é realizada de maneira descentralizada, em que cada Câmpus efetua a contratação dos estagiários que julgar necessária, podendo lançar editais para contratação ou mesmo contratar diretamente via instituições de ensino que tenham termos de convênio assinados com nossa instituição. Caso não haja convênio entre a instituição de ensino, os contratos de estágio não são efetivados.

Em 31/12/2015, existiam na instituição 127 estagiários, dentre os quais 116 foram contratados no ano de 2015. O IFSC segue a Lei 11.788, a Lei do Estágio, a qual para empresas com mais de 25 empregados pode ter até 20% de estagiários, sendo que no caso de nossa instituição não atingimos esse limite.

Em 2015 foram gastos R\$ 492.683,85 com estagiários, sendo R\$ 338.600,30 com as bolsas de estágio, R\$ 135.719,94 com Auxílio-transporte e R\$ 18.363,61 com recesso remunerado.

Uma das dificuldades observadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas é que não existe no SIAPE a possibilidade de informação da lotação dos estagiários, o que dificulta muitas vezes a informação mais exata de onde os estagiários estão exercendo suas atividades. Por essa razão, a indicação de área-fim e área meio foi feita com base em estimativas.

Percebe-se fortemente a baixa presença de estagiários de nível superior, fato que pode ter como motivo a baixa remuneração destes em relação aos demais estágios de outras empresas. O Quadro 56 apresenta os custos com os estagiários no exercício de 2015.

Quadro 67 - Custos com Estagiários

2015					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>R\$ 33.806,79</b>
1.1 Área Fim	0	3	2	3	R\$ 11.268,93
1.2 Área Meio	1	7	5	5	R\$ 22.537,86
<b>2. Nível Médio</b>	<b>37</b>	<b>138</b>	<b>143</b>	<b>119</b>	<b>R\$ 458.877,06</b>
2.1 Área Fim	12	46	48	40	R\$ 152.959,02
2.2 Área Meio	25	92	95	79	R\$ 305.918,04

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

### 6.1.14 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrência no exercício.

## 6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

### 6.2.1 Gestão da frota de veículos

#### a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

O IFSC publicou em 2014 a Instrução Normativa N° 10 que regulamenta a utilização dos veículos oficiais do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. A legislação complementar utilizada como base para a gestão de frota é:

- Decreto n° 5.992, de 19 de dezembro de 2006: dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008: dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Resolução nº 347, de 29 de abril de 2010, CONTRAN;
- Portaria nº 513, de 23 de julho de 2003, Procuradoria-Geral da República; e
- Resolução nº 447, de 25 de julho de 2013, CONTRAN: estabelece critérios para o registro de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas.

**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;**

Considerando a estrutura multicâmpus, os veículos leves são indispensáveis pois permitem o deslocamento dos servidores entre os câmpus, dos câmpus para a Reitoria e vice-versa. Por ser uma instituição de ensino, os ônibus/micro-ônibus/vans são importantes para viabilizar as atividades pedagógicas, tais como, como visitas técnicas de alunos e docentes a outras instituições e viagens de estudo e pesquisa dentro do território nacional. Os câmpus Lages, Canoinhas e São Miguel do Oeste possuem tratores que são utilizados nas aulas dos cursos técnicos. O câmpus Itajaí possui barcos que são utilizados nas aulas práticas dos cursos técnicos em Pesca e em Aquicultura.

Em 2015 foram adquiridos 01 veículo leve e 01 barco.

**c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

O quadro 68 apresenta o quantitativo de veículos de responsabilidade do IFSC segundo à classificação utilizada pela Instituição:

Quadro 68 - Quantitativo de veículos do IFSC

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Quantitativo</b>
Veículos Leves	66
Ônibus/Micro Ônibus/ Vans	21
Trator	03
Barco	04
Carreta reboque	03
Caminhão	01
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>

Fonte: Diretoria de Administração /Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

**d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;**

A média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação utilizada pelo IFSC é apresentada no Quadro 69.

Quadro 69 - Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

<b>Tipo de veículo</b>	<b>Km média anual</b>
Veículos leves	714.296
Ônibus/micro-ônibus	165.521

Fonte: Diretoria de Administração /Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

**e) Idade média da frota, por grupo de veículos;**

O Quadro 70 apresenta a idade média da frota de veículos do IFSC.

Quadro 70 - Idade média da frota por grupo de veículos

<b>Tipo</b>	<b>Idade média (ano)</b>
Veículos leves	2009
Ônibus/micro-ônibus	2005

Fonte: Diretoria de Administração /Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

**f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);**

O quadro 71 apresenta os custos associados à manutenção da frota de veículos do IFSC.

Quadro 71 - Custos associados a manutenção da frota de veículos

<b>Tipo</b>	<b>Combustível (R\$)</b>	<b>Litros (l)</b>	<b>Manutenção (R\$)</b>	<b>Seguros (R\$)</b>
Veículos leves	200.175,76	67.126,66	98.893,08	R\$ 23.463,92
Ônibus/micro-ônibus	72.238,55	24.169,98	89.773,06	R\$ 86.202,00

Fonte: Diretoria de Administração/Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio.

**g) Plano de substituição da frota;**

A UP não possui um plano de substituição da frota.

**h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;**

O IFSC ainda não efetuou levantamento para analisar a opção mais vantajosa para a Instituição quanto à aquisição ou terceirização.

**i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**

O IFSC contou com contrato de manutenção veicular com o fornecedor *Prime Consultoria* até agosto de 2015, que disponibilizava um sistema via *web*, por meio do qual podiam ser extraídos relatórios para controle de gastos com a frota. Após esse período, foi efetuada a contratação dos serviços por meio de licitação diretamente com oficina, tendo em vista, que não acudiram interessados a licitação nos moldes da contratação anterior. O contrato foi firmado com a empresa SEMECAL comércio de autopeças e serviços.

Para os abastecimentos em postos de combustíveis e serviços afins, o IFSC conta com contrato terceirizado junto ao fornecedor *Prime Consultoria*, o qual disponibiliza também um sistema *web* para controle de gastos.

O controle da utilização dos veículos pelas unidades organizacionais é realizado de forma manual. Cada veículo possui junto à documentação uma caderneta de controle de utilização, onde são anotados a data, quilometragem de saída e de chegada, horário de saída e de chegada, nome do motorista e assuntos tratados. Tal documento é arquivado nos câmpus para consultas posteriores e identificação/responsabilização do condutor em casos de notificações de trânsito. Os câmpus fazem uso do Mapa de Controle de Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial oriundo da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na Reitoria o controle também é realizado de forma manual. Efetua-se o recebimento e conferência das notas fiscais/faturas dos contratos terceirizados. Verifica-se a regularização dos documentos de toda a frota (licenciamento e seguros DPVAT), providencia-se a atualização de dados junto ao órgão de trânsito estadual e gerencia-se as apólices de seguro.

Está em implantação o Sistema Integrado de Gestão - SIG, que conta com um módulo de Transportes. Esse módulo vai permitir a gestão do uso e manutenção da frota de veículos da instituição, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e moralidade. Para isso, reúne informações sobre os condutores, veículos, características, manutenção, deslocamentos, além dos custos decorrentes de taxas, impostos e multas. A partir do registro das informações, o gestor do módulo de transportes terá acesso a diversos relatórios e operações, dentre eles: informações sobre abastecimentos realizados, controle de solicitação de reserva e utilização da frota, informações e características do veículo, controle de custos com manutenção e licenciamento, além de permitir a identificação do condutor em um determinado deslocamento.

### **6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições**

O IFSC não possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso.

### **6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União**

#### **a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;**

A estrutura de controle e gestão do patrimônio existente no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), UJ: 158516 cadastrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), é operacionalizada pela Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, subordinada ao Departamento de Obras e Engenharia, da Pró-Reitoria de Administração. Esta coordenadoria foi implantada em 2012, com a finalidade de regularizar a gestão dos bens imóveis do IFSC no que diz respeito a documentação, planos de manutenção preventiva e outros serviços/reformas necessárias para a manutenção do patrimônio público e segurança dos usuários.

A Coordenadoria trabalha na busca pela qualidade e a completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) por meio do diagnóstico permanente da situação dos imóveis em relação à sua regularidade documental junto aos órgãos competentes (prefeituras, cartórios, SPU, corpo de bombeiros, etc) e faz um acompanhamento mais intenso junto a cada imóvel, bem como a atualização constante do cadastro e dos valores dos imóveis no SPIUnet.

#### **b) distribuição geográfica dos imóveis da União;**

Quadro 72 - Distribuição geográfica dos imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
<b>BRASIL</b>	<b>UF: Santa Catarina</b>	-	-
	Araranguá	1	1
	Biguaçu	1	1
	Caçador	2	2
	Canoinhas	1	1
	Chapecó	1	1
	Criciúma	1	1
	Florianópolis	2	2
	Garopaba	1	1
	Gaspar	1	1
	Itajaí	2	2
	Jaraguá do Sul	2	2
	Joinville	1	1
	Lages	1	1
	Navegantes	1	1
	Palhoça	1	1
	São Carlos	1	1
	São José	2	2
	São Miguel do Oeste	2	2
	Tubarão	1	1
	Urupema	1	1
Xanxerê	2	2	
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>28</b>	
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>		<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>		<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>28</b>	

Fonte - Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

**c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;**

A Coordenadoria de Regularidade Imobiliária trabalha na busca pela qualidade e a completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) por meio do diagnóstico permanente da situação dos imóveis em relação à sua regularidade documental junto aos órgãos competentes (prefeituras, cartórios, SPU, corpo de bombeiros, etc) e faz um acompanhamento mais intenso junto a cada imóvel, bem como a atualização constante do cadastro e dos valores dos imóveis no SPIUnet.

**d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;**

Quadro 73 - Informações sobre locação

<b>Contrato</b>	<b>Locador</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Forma de contratação</b>	<b>Valores e ou benefícios</b>	<b>Utilização dos recursos</b>
002/2014	Precisão Serviços de Cópias LTDA ME	03.112.298/0001-10	Tomada de preço 003/2013	Pecuniário R\$ 230,00 ao mês	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
021/2014	MTS&SH Tecnologia em impressão e cópias LTDA ME	09.554.328/0001-24	Tomada de preços 001/2014	Pecuniário R\$ 208,20 ao mês	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
022/2014	Representações V.S Volles LTDA	01.106.039/0001-50	Tomada de preços 001/2014	Pecuniário R\$ 328,36 ao mês	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
055/2014	Leila Terezinha Oliveira Merceria ME	02.854.890/0001-24	Concorrência 001/2014	Pecuniário R\$ 653,00 ao mês	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
090/2014	Class Goumert LTDA ME	10.853.068/0001-77	Concorrência 002/2014	Pecuniário R\$ 1089,00 ao mês	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
111/2014	Cervejaria Pecin Kraemer LTDA ME	12.417.353/0001-70	Concorrência 002/2014	Pecuniário R\$ 250,00 ao mês	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
006/2015	GR Moreira Lancheria ME	10.942.164/0001-91	Concorrência 003/2014	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
005/2015	GR Moreira Lancheria ME	10.942.164/0001-91	Concorrência 003/2014	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
053/2015	Riva Confeitaria e Panificadora LTDA ME	04.453.004/0001-86	Concorrência 003/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.

034/2015	Matheus de Cordova Freitas	20.442.469/0001-98	Concorrência 001/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
063/2015	Márcio Bittencourt Comerciante ME	02.795.660/0001-31	Concorrência 002/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
081/2015	João Batista Barreto	22.319.019/0001-38	Concorrência 004/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos .
092/2015	Santos Lanchonete e Restaurante LTDA EPP	08.934.771/0001-14	Concorrência 005/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
099/2015	Jucimara Terezinha Pich - ME	15.344.677/0001-14	Concorrência 005/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
101/2015	Sabor Itapóia Alimentação Corportiva LTDA	08.336.783/0001-90	Concorrência 006/2015	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto a forma de contabilização, os valores são recolhidos por meio de GRU, tratados como receitas próprias e compõem o *superavit* financeiro da unidade, sendo contabilizados nas seguintes contas contábeis: [11112.20.01 72111.00.00 79991.08.02 72421.01.00 43311.01.00 82111.00.00 89991.08.02 82421.01.01 62110.00.00 62120.00.00](#).

**e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;**

A qualidade dos registros contábeis relativa aos imóveis é obtida diretamente dos contratos e corrigidos pelo Custo Unitário Básico de Santa Catarina (CUB-SC) no caso da atualização dos valores das edificações construídas e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) no caso da atualização dos valores dos terrenos do IFSC. O Quadro 74, apresenta os valores referentes às despesas de Manutenção que são repassados pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) do IFSC.

Quadro 74 - Despesas com manutenção

UG	RIP	Despesas com manutenção 2015
158516	8383.00014.500-4	R\$ 28.215,48
158516	9975.00001.500-6	R\$ 19.198,92

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

**f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.**

Com relação à gestão dos imóveis e aos riscos a eles associados, a instituição atua em conformidade com as recomendações dos órgãos de controle e das boas práticas associadas a esse tema. Especificamente, pode-se citar como medidas de mitigação dos riscos:



- Procura manter atualizadas as informações constantes dos imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, com a função de manter cadastrados os imóveis sob sua administração.
- Possui instituída uma Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, em que um servidor atua na regularização e atualização das informações dos imóveis.
- Todos os projetos e construções, principalmente que resultem em acréscimo de áreas, são elaborados/fiscalizados pelo Departamento de Obras e Engenharia (no caso dos projetos, estes são em sua maioria contratados por meio de licitação até a formação dos quantitativos), e possuem Memorial Descritivo, Orçamento Detalhado, pranchas de projeto e são previamente aprovados nos órgãos competentes.
- Ocorrem, em paralelo, processos de regularização de todas as edificações para cada um dos câmpus do IFSC e conforme sua própria priorização, visando-se principalmente a emissão de habite-se e aprovação de vistoria do corpo de bombeiros.
- Em sua maioria, as unidades do IFSC possuem ainda contrato de zeladoria e realizam também serviços de manutenção e melhorias nas edificações quando verificado pela parte técnica e/ou administrativa da unidade.

#### 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

##### a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

Quadro 75 - Imóveis objeto de cessão

<b>Cessão</b>	<b>Imóveis com cessão (Câmpus)</b>
Parcial	Joinville
Parcial	Florianópolis
Parcial	Jaraguá do Sul
Parcial	Gaspar
Parcial	Florianópolis - Continente
Parcial	São Miguel do Oeste
Parcial	São José
Parcial	Florianópolis
Parcial	Chapecó
Parcial	Araranguá
Parcial	Itajaí
Parcial	Criciúma
Parcial	Joinville
Parcial	Jaraguá do Sul - RAU

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

##### b) identificação dos cessionários;

Quadro 76 - Identificação dos Cessionários

Cessão	Imóveis com cessão (Câmpus)	Cessionários	CNPJ
Parcial	Joinville	Precisão Serviços de Cópias LTDA ME	03.112.298/0001-10
Parcial	Florianópolis	MTS&SH Tecnologia em impressão e cópias LTDA ME	09.554.328/0001-24
Parcial	Jaraguá do Sul	Representações V.S Volles LTDA	01.106.039/0001-50
Parcial	Gaspar	Leila Terezinha Oliveira Mercearia ME	02.854.890/0001-24
Parcial	Florianópolis - Continente	Class Goumert LTDA ME	10.853.068/0001-77
Parcial	São Miguel do Oeste	Cervejaria Pecin Kraemer LTDA ME	12.417.353/0001-70
Parcial	São José	GR Moreira Lancheria ME	10.942.164/0001-91
Parcial	Florianópolis	GR Moreira Lancheria ME	10.942.164/0001-91
Parcial	Chapecó	Riva Confeitaria e Panificadora LTDA ME	04.453.004/0001-86
Parcial	Araranguá	Matheus de Cordova Freitas	20.442.469/0001-98
Parcial	Itajaí	Márcio Bittencourt Comerciante ME	02.795.660/0001-31
Parcial	Criciúma	João Batista Barreto	22.319.019/0001-38
Parcial	Joinville	Santos Lanchonete e Restaurante LTDA EPP	08.934.771/0001-14
Parcial	Jaraguá do Sul - RAU	Jucimara Terezinha Pich - ME	15.344.677/0001-14
Parcial	Gaspar	Sabor Itapóia Alimentação Corportiva LTDA	08.336.783/0001-90

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

**c) caracterização da cessão: i. forma de seleção do cessionário; ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido; iii. prazo da cessão; iv. caracterização do espaço cedido; v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido; vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos; vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial; viii. uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.**

Quadro 77 - Foma de cessão, finalidade e prazo

Contrato	Imóveis com cessão (Câmpus)	Forma de Seleção do cessionário	Finalidade do uso	Prazo da cessão
002/2014	Joinville	Tomada de preço 003/2013	Reprografia	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
021/2014	Florianópolis	Tomada de preços 001/2014	Reprografia	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
022/2014	Jaraguá do Sul	Tomada de preços 001/2014	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
055/2014	Gaspar	Concorrência	Cantina	12 meses (podendo ser renovado

		001/2014		em até 60 meses)
090/2014	Florianópolis - Continente	Concorrência 002/2014	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
111/2014	São Miguel do Oeste	Concorrência 002/2014	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
006/2015	São José	Concorrência 003/2014	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
005/2015	Florianópolis	Concorrência 003/2014	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
053/2015	Chapecó	Concorrência 003/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
034/2015	Araranguá	Concorrência 001/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
063/2015	Itajaí	Concorrência 002/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
081/2015	Criciúma	Concorrência 004/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
092/2015	Joinville	Concorrência 005/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
099/2015	Jaraguá do Sul - RAU	Concorrência 005/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)
101/2015	Gaspar	Concorrência 006/2015	Cantina	12 meses (podendo ser renovado em até 60 meses)

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

Quadro 78 - Caracterização do espaço cedido; benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido; tratamento contábil dos benefícios recebidos;

<b>Contrato</b>	<b>Imóveis com cessão (Câmpus)</b>	<b>Caracterização do espaço cedido</b>	<b>Benefício recebido</b>	<b>Uso dos benefícios decorrentes</b>
002/2014	Joinville	Área interna do câmpus de 10,6 m <sup>2</sup>	Pecuniário	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
021/2014	Florianópolis	Área interna do câmpus de 9 m <sup>2</sup>	Pecuniário	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
022/2014	Jaraguá do Sul	Área interna do câmpus de 30 m <sup>2</sup> e hall de 112 m <sup>2</sup>	Pecuniário	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
055/2014	Gaspar	Área interna do câmpus de 211,72 m <sup>2</sup>	Pecuniário	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
090/2014	Florianópolis - Continente	Área interna do câmpus de 17,5 m <sup>2</sup>	Pecuniário	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.
111/2014	São Miguel do Oeste	Área interna do câmpus de 211 m <sup>2</sup>	Pecuniário	Ajuda a custear parte do concurso e ingresso do IFSC.

006/2015	São José	Área interna do câmpus de 43,8 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
005/2015	Florianópolis	Área interna do câmpus de 374,64 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
053/2015	Chapecó	Área interna do câmpus de 107,91 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
034/2015	Araranguá	Área interna do câmpus de 25,70 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
063/2015	Itajaí	Área interna do câmpus de 198,00 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
081/2015	Criciúma	Área interna do câmpus de 195,00 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
092/2015	Joinville	Área interna do câmpus de 44,40 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
099/2015	Jaraguá do Sul - RAU	Área interna do câmpus de 68,61 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.
101/2015	Gaspar	Área interna do câmpus de 68,61 m <sup>2</sup>	Maior desconto no cardápio	Torna mais acessível a alimentação para os alunos.

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

### **Tratamento contábil dos benefícios recebidos;**

Os valores são recolhidos por meio de GRU, tratados como receitas próprias e compõe o *superavit* financeiro da unidade, sendo contabilizados nas seguintes contas contábeis: [11112.20.01](#) [72111.00.00](#) [79991.08.02](#) [72421.01.00](#) [43311.01.00](#) [82111.00.00](#) [89991.08.02](#) [82421.01.01](#) [62110.00.00](#) [62120.00.00](#);

### **Rateio dos gastos, quando cessão parcial;**

Os contratos do IFSC, contém cláusulas com previsão de cobrança dos gastos com energia elétrica e água do cessionário. Tais cobranças são acompanhadas pela fiscalização de contratos.

## 6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 79 - Quantidades de imóveis e localização locados de terceiros

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis locados de terceiros pela UJ	
BRASIL	<b>UF Santa Catarina</b>	<b>Exercício de 2015</b>
	Florianópolis	2
	Itajaí	2
	Chapecó	2
	Garopaba	1
	Urupema	1

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

Quadro 80 - Valores da locação e da necessidade

Contrato	Câmpus/Unidade	Objeto	Necessidade	Valor mensal	Data Final de Vigência
040/2013	Chapecó	Locação de ginásio de esportes	Ginásio para as atividades de educação física.	R\$ 2.699,59	14/05/2015
060/2012	Centro de Referência em EAD	Locação de imóvel	Para o desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da Educação à distância	R\$ 27.310,51	30/06/2016
068/2010	Itajaí	Locação de imóvel	Para o desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão do câmpus Itajaí.	R\$ 21.715,24	21/06/2015
080/2012	Garopaba	Locação de imóvel	Para o desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão do câmpus Garopaba.	R\$ 7.003,03	01/05/2015
140/2013	Itajaí	Locação de imóvel	Para o desenvolvimento das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão do câmpus Itajaí.	R\$ 16.481,03	09/07/2015
159/2013	Urupema	Locação de imóvel	Instalação de uma cozinha industrial para aulas práticas dos cursos do Câmpus Urupema.	R\$ 725,72	15/08/2015
011/2014	Florianópolis-Continente	Locação de imóvel	Laboratório para o curso de Tecnologia em Hotelaria do câmpus Continente.	R\$ 500,00 p/aula	25/04/2016
095/2015	Chapecó	Locação de ginásio de esportes	Ginásio para as atividades de educação física.	R\$ 2.400,00	24/08/2016

Fonte: Coordenadoria de Regularidade Imobiliária

No que diz respeito as reformas, quando necessárias, ficam a cargo do locador. Quanto a manutenção predial básica (interna) do imóvel é realizada pelo serviço de zeladoria que é mantido pelo IFSC, não sendo repassado o custo ao locador.

## 6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

A seguir apresenta-se as principais obras e serviços de engenharia executados em 2015 relacionados à atividade-fim da Instituição.

### CÂMPUS ARARANGUÁ

Quadro 81 - Obras do Câmpus Araranguá

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
PE 127/2013	OBRAS DE EXAUSTÃO DOS LABORATÓRIOS DE SOLDAGEM E ESTAMPARIA	IFSC	ARU	N	N
RDC 06/2014	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	IFSC	ARU	N	S
RDC 13/2015	CONSTRUÇÃO DA CANTINA	IFSC	ARU	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

### CÂMPUS CRICIÚMA

Quadro 82 - Obras do câmpus Criciúma

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 08/2014	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	IFSC	CRI	N	S

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

### CÂMPUS FLORIANÓPOLIS - CONTINENTE

Quadro 83 - Obras do câmpus Florianópolis -Continente

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 06/2013	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CÂMPUS CONTINENTE	IFSC	CTE	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

### CÂMPUS FLORIANÓPOLIS

Quadro 84 - Obras do câmpus Florianópolis

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 10/2013	OBRA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO DO BLOCO CENTRAL	IFSC	FLN	N	N
RDC 04/2013	OBRA DE CLIMATIZAÇÃO DO BLOCO CENTRAL	IFSC	FLN	N	N
RDC 04/2013	OBRA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO BLOCO CENTRAL	IFSC	FLN	N	N

RDC 07/2014	AMPLIAÇÃO DO AUDITÓRIO	IFSC	FLN	N	S
RDC 10/2013	CONSTRUÇÃO E ILUMIN. CAMPO DE FUTEBOL, ILUM. QUADRAS E C.O.	IFSC	FLN	N	S
RDC 01/2015	IMPLANTAÇÃO DO NOVO LAB. DE FÍSICA	IFSC	FLN	N	S
RDC 03/2015	CONSTRUÇÃO DE MEZANINOS NO DEP. ACADÊMICO DE ELETROTÉCNICA	IFSC	FLN	S	N
RDC 07/2015	IMPLANTAÇÃO DE NOVOS LABs. PARA O DEP. ACADÊMICO DE SAÚDE E SERVIÇOS	IFSC	FLN	S	N
RDC 11/2015	IMPLANTAÇÃO DE NOVOS LABs DE METEOROLOGIA E DA CHEFIA DASS	IFSC	FLN	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS GASPAR

Quadro 85 - Obras do câmpus Gaspar

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 12/2014	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	IFSC	GAS	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS GAROPABA

Quadro 86 - Obras do câmpus Garopaba

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 02/2014	EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES - ELÉTRICA	IFSC	GPB	N	N
RDC 02/2014	URBANIZAÇÃO E INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES	IFSC	GPB	N	S
RDC 04/2015	CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO DO CÂMPUS	IFSC	GPB	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS ITAJAÍ

Quadro 87 - Obras do câmpus Itajaí

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 12/2013	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITAJAÍ	IFSC	ITJ	N	S
RDC 10/2015	CONSTRUÇÃO DE MURO LATERAL E OBRAS COMPLEMENTARES	IFSC	ITJ	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS JOINVILLE

Quadro 88 - Obras do Câmpus Joinville

LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	2015	
				EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 02/2015	CONSTRUÇÃO GINÁSIO DE ESPORTES	IFSC	JLE	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS LAGES

Quadro 89 - Obras do câmpus Lages

2015					
LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 06/2015	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA INSTALAÇÃO DE CROMATÓGRAFO	IFSC	LGS	S	N
RDC 12/2015	OBRAS COMPLEMENTARES	IFSC	LGS	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS PALHOÇA

Quadro 90 - Obras do câmpus Palhoça

2015					
LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 08/2015	CONSTRUÇÃO DA CANTINA	IFSC	PHB	N	S

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS SÃO CARLOS

Quadro 91 - Obras do câmpus São Carlos

2015					
LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 13/2013	URBANIZAÇÃO E INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES	IFSC	SCA	N	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS SÃO JOSÉ

Quadro 92 - Obras do câmpus São José

2015					
LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 05/2014	EXECUÇÃO DE COBERTURA E ADAPTAÇÕES	IFSC	SJE	N	S
RDC 09/2015	REFORMA DO AUDITÓRIO	IFSC	SJE	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS SÃO MIGUEL DO OESTE

Quadro 93 - Obras do câmpus São Miguel do Oeste

2015					
LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 14/2014	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	IFSC	SMO	S	N
RDC 06/2015	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA INSTALAÇÃO DE CROMATÓGRAFO	IFSC	SMO	S	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia

#### CÂMPUS TUBARÃO

Quadro 94 - Obras do Câmpus Tubarão

2015					
LICITAÇÃO	OBJETO/OBRA	INSTITUIÇÃO	CÂMPUS	EM EXECUÇÃO (NÃO CONCLUÍDA)	CONCLUÍDA
RDC 02/2013	CONSTRUÇÃO DO CAMPUS TUBARÃO	IFSC	TUB	N	N

Fonte - Departamento do Obras e Engenharia



### 6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

#### **a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.**

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015/2019 foi aprovado em 20 de Novembro de 2014 e a partir dele será elaborado, em 2016, o Plano Estratégico de TI (PETI).

O PDTI vem sendo elaborado desde 2011, nas versões 2011-2012, 2013 e 2014-2015. O atual (2014-2015) foi elaborado em consulta aos câmpus e reitoria por meio da equipe de elaboração do PDTI. Os projetos estão divididos em institucionais (estratégicos) e locais, sendo que os projetos locais atendem demandas operacionais dos câmpus e reitoria. O PDTI 2014-2015 foi submetido ao Comitê de TI que selecionou e priorizou os projetos institucionais alinhando-os ao Plano Anual de Trabalho.

#### **b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

Segundo o seu regimento, Art.1º, Parágrafo único, O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) é responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos. No Art. 5º são descritas as atribuições do CTI:

- I. propor a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação para a melhoria contínua da gestão, em alinhamento à missão, às estratégias e às metas da Instituição;
- II. propor o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observadas as diretrizes estabelecidas na política de Tecnologia da Informação definidas pela SLTI no âmbito do SISP e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do IFSC;
- III. analisar, supervisionar e priorizar, em conformidade com as políticas do IFSC e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- IV. Propor estratégias e normas relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento;
- V. propor a criação de grupos de trabalho, comissões e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;
- VI. propor alterações em seu Regimento Interno.

O CTI é composto pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (presidente), pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (secretário-executivo), Diretores de Administração, Gestão de Pessoas, Comunicação, Extensão, Pesquisa, Gestão do Conhecimento, Ensino, Estatísticas e Informações Acadêmicas e por dois representantes das Coordenadorias de Tecnologia da Informação e Comunicação dos câmpus.

Em 2015 foram realizadas 6 reuniões e foram aprovadas as IN 03/2015 (infraestrutura de rede sem fio no âmbito do IFSC), IN 04/2015 (política de aquisição e desfazimento de equipamentos de TI no IFSC), IN 05/2015 (critérios para criação e utilização de e-mails no IFSC) e IN 07/2015 (política de uso sobre as páginas *web* pessoais para docentes). Além das instruções normativas foram aprovados durante o ano de 2015:

- A antecipação de implantação dos módulos pesquisa, extensão e produção intelectual (SIG);

- O não encaminhamento do PDTI dos câmpus cujo orçamento não estivesse coerente com os limites orçamentários previstos no PAT 2015;
- A minuta do PDTI 2014/2015 (revisão);
- Criação de página docente;
- Vigência do PDTI 2016/2017 por dois anos;
- Política de uso para alunos e visitantes.

**c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

Os principais sistemas do IFSC estão descritos no Quadro 95:

Quadro 95 - Principais sistemas do IFSC

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
Sistema Integrado de Gestão <a href="https://sig.ifsc.edu.br">https://sig.ifsc.edu.br</a>	Substituir os sistemas atuais do IFSC por meio de uma ferramenta que integre as áreas de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Protocolo;</li> <li>- Compras;</li> <li>- Catálogo de Materiais;</li> <li>- Licitação;</li> <li>- Almoxarifado;</li> <li>- Integração SIAFI;</li> <li>- Registro de Preço;</li> <li>- Patrimônio;</li> <li>- Orçamento;</li> <li>- Contratos;</li> <li>- Liquidação;</li> <li>- Transportes;</li> <li>- Bolsas;</li> <li>- Boletim de Serviços;</li> <li>- Projetos;</li> <li>- Faturas;</li> <li>- Auditoria;</li> <li>- Infraestrutura e obras;</li> <li>- Férias;</li> <li>- Cadastro;</li> <li>- Capacitação;</li> <li>- Plano de saúde;</li> <li>- Serviços e auxílios;</li> <li>- Frequência;</li> <li>- Assistência aos servidores;</li> <li>- Atendimento aos servidores;</li> <li>- Aposentadoria;</li> <li>- Avaliação de desempenho;</li> <li>- Colegiados;</li> <li>- Comissões;</li> <li>- Graduação;</li> </ul>	<p>Jaime Miranda Júnior - Fiscal de Contrato (Analista de TI)</p> <p>Shirlei Aparecida de Chaves (Analista de TI)</p> <p>Sérgio Nicolau da Silva (Analista de TI)</p> <p>Paulo Henrique Santini (Analista de TI)</p> <p>Aline Pacheco Primao (Analista de TI)</p> <p>Carlos Eduardo Serpa de Sousa (Analista de TI)</p>	Comitê de Implantação do SIG	Alta

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ambiente virtual;</li> <li>- Técnico;</li> <li>- Bibliotecas;</li> <li>- Processo seletivo;</li> <li>- Assistência ao estudante;</li> <li>- Pesquisa;</li> <li>- Produção intelectual;</li> <li>- <i>Strictu sensu</i>;</li> <li>- Convênio e estágio;</li> <li>- Extensão;</li> <li>- <i>Lato sensu</i>;</li> <li>- Ouvidoria</li> <li>- Gestão de espaço físico;</li> <li>- Monitoria;</li> </ul>	<p>Diogo Angeloni (Analista de TI)</p> <p>Andrey Carmisini (Analista de TI)</p> <p>Victor Gonçalves (Analista de TI)</p>		
Bibliotecas <a href="http://biblioteca.ifsc.edu.br/index.html">http://biblioteca.ifsc.edu.br/index.html</a>	Permitir aos alunos pesquisar o acervo e efetuar empréstimos; Permitir o controle do acervo das bibliotecas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastro de acervo;</li> <li>- Pesquisa de acervo;</li> <li>- Solicitação de Empréstimo;</li> <li>- Renovação de Empréstimo;</li> </ul>	Diogo Angeloni (Analista de TI)	Camila Koerich Burin (Bibliotecária)	Alta
Guia de Cursos <a href="https://curso.ifsc.edu.br/">https://curso.ifsc.edu.br/</a>	Permitir aos interessados em ingressar no IFSC o conhecimento dos cursos ofertados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa por local de ofertados;</li> <li>- Pesquisa por tipo de curso;</li> <li>- Acesso a todas as informações do curso, como matriz curricular, infraestrutura, certificação, etc.</li> </ul>	Daniel Severo Estrazulas (Analista de TI)	Geisa Golin (Programação Visual)	Baixa
Portal do Aluno <a href="https://aluno.ifsc.edu.br/main/">https://aluno.ifsc.edu.br/main/</a>	Permitir ao aluno do IFSC acesso a documentos, e-mail e informações gerais do IFSC.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Histórico escolar;</li> <li>- Atestado de matrículas;</li> <li>- Boletim escolar;</li> <li>- e-mail;</li> <li>- Notícias do IFSC.</li> </ul>	<p>Daniel Severo Estrazulas (Analista de TI)</p> <p>Shirlei Aparecida de Chaves (Analista de TI)</p>	André Soares (Diretor de Assuntos Estudantis)	Média
Portal do Ingresso <a href="https://sistemadeingresso.ifsc.edu.br/principal.php">https://sistemadeingresso.ifsc.edu.br/principal.php</a>	Permitir a inscrição para ingresso nos cursos oferecidos pelo IFSC e o pleno	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inscrição;</li> <li>- Acompanhamento da inscrição;</li> <li>- alteração de opção no sistema de cotas;</li> <li>- Imprimir 2ª via de</li> </ul>	Daniel Severo Estrazulas (Analista de TI)	Raphael Gerba (Chefe Departamento de Ingresso)	Alta

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
	acompanhamento de todas as etapas do mesmo até a sua conclusão.	inscrição; - Verificar local de prova; - Acompanhar desempenho nas provas; - Alterar dados cadastrais.			
Portal do Concurso <a href="https://concurso.ifsc.edu.br/sistema/principal.php">https://concurso.ifsc.edu.br/sistema/principal.php</a>	Permitir a inscrição em concursos públicos do IFSC e o pleno acompanhamento de todas as etapas do mesmo até a sua conclusão.	- Inscrição; - Acompanhar inscrições; - Verificar locais de provas; - Desempenho nas provas; - Alterar dados cadastrais; - Imprimir 2º via; - Resultados; - Pedidos de revisão.	Andrey Carmisini (Analista de TI)	Silvana Rosa Lisboa de Sá (Diretora Executiva)	Alta
Sistema Acadêmico	Permitir o controle de matrículas, notas, avaliações, etc.	- Cadastrar matrículas; - Cadastrar Notas; - Gerar histórico escolar; - Gerar certificado.	Diogo Angeloni (Analista de TI)	Marcelo Raupp (Coordenador de Registro Acadêmico)	Alta
Chamados <a href="https://chamados.ifsc.edu.br/atendimento">https://chamados.ifsc.edu.br/atendimento</a>	Permitir a abertura de chamados para atendimentos a incidentes - <i>helpdesk</i> .	- Solicitação de serviços; - Atendimento a incidentes; - Abertura de chamados pelo atendente; - Gerenciamento de serviços de TI; - Acompanhamento dos chamados pelo cliente; - Publicação de FAQs;	Daniel Schutz (Técnico de TI)	Benoni de Oliveira Pires (Diretor de TI)	Alta
Patrimônio <a href="https://dgp.ifsc.edu.br/">https://dgp.ifsc.edu.br/</a>	Permitir o controle patrimonial.	- Cadastro de bens; - Baixa dos bens; - Termo de responsabilidade; - Relatórios de bens patrimoniados; - Pesquisa por bens da instituição, câmpus e responsável.	Victor Gonçalves (Analista de TI)	Luciano Wagner Behr (Coordenador de Patrimônio)	Média
Gestão de Pessoas <a href="https://dgp.ifsc.edu.br/">https://dgp.ifsc.edu.br/</a>	Permitir o controle funcional dos servidores do IFSC.	- Consulta de servidores; - Organograma; - Informações do servidor.	Victor Gonçalves (Analista de TI)	Oscar Silva Neto (Diretor de Gestão de Pessoas)	Média
Planejamento <a href="https://dgp.ifsc.edu.br/">https://dgp.ifsc.edu.br/</a>	Permitir a elaboração do	- Cadastro de informações;	Victor Gonçalves	Cristiele Aparecida	Média

Sistema	Objetivos	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Área de Negócio	Criticidade
<a href="http://du.br/">du.br/</a>	plano anual de trabalho.	- Emissão de relatórios; - Listar coordenadores de projetos.	(Analista de TI)	Petri (Coordenadora de Planejamento)	
Votação on-line <a href="https://helios.ifs.edu.br/">https://helios.ifs.edu.br/</a>	Permitir a realização de eleições por meio da Internet.	- Verificação pelo eleitor se seu voto foi depositado corretamente; - Publicação criptografada dos votos; - Verificação da apuração dos votos.	Shirlei Aparecida de Chaves (Analista de TI)	Benoni de Oliveira Pires (Diretor de TI)	Alta

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC

#### d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Os cursos listados no Quadro 96 foram executados conforme a demanda e orçamento disponível. Alguns cursos foram custeados e outros gratuitos via EaD. Não estão relacionados cursos de curta duração, executados dentro da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2016 será iniciado um estudo para elaboração de um plano de capacitação do pessoal de TI.

Quadro 96 - Descrição do Plano de Capacitação do Pessoal de TI

Setor	Servidor	Curso	Justificativa	Período	Carga Horária	Valor
Sistemas de Informação	Daniel Severo Estrazulas	Developing for the Liferay plataform 1 + Evento Liferay	Para atuar com o desenvolvimento da nova solução de portais web adotada pelo IFSC.	11/2015	32 h	R\$ 3.250,00
Sistemas de Informação	Andrey Carmisini	Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	Implantação da Gestão de Risco para TI do IFSC	09/2015	40 h	Custeado pela ESR
Sistemas e Serviços de Redes	Luiz Fernando Ramos Costa	Administração de Banco de Dados PostgreSQL	Implantação SIG / Liferay	08/2015	40 h	Custeado pela ESR
Infraestrutura e suporte	Benoni de Oliveira Pires	Elaboração do Plano Diretor de TI	Auxiliar na Elaboração do Plano Diretor de TI	15/09 a 21/10 de 2015	40 h	Gratuito (ENAP)
Infraestrutura e suporte	Benoni de Oliveira Pires	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - nível intermediário	Auxiliar na Gestão e Fiscalização de Contratos	24/02 a 30/03 de 2015	40 h	Gratuito (ENAP)
Gestão	Benoni de Oliveira Pires,	Métricas e Indicadores de TI	Elaboração de indicadores de TI	10 e 11 de Dez	16 h	R\$ 5.357,94

	Evaristo Marcos de Quadro Júnior, Sérgio Nicolau da Silva		- PETI	2015		
--	--	--	--------	------	--	--

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC

**e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários**

O IFSC possui em seu quadro de TI: Analistas de TI (ATI): 29 (vinte e nove); Técnicos de TI (TTI): 41 (quarenta e um); Técnicos de Laboratórios de Informática (TLI): 05 (cinco); Assistente em Administração/Administrador (AA): 04 (quatro); Técnico em Audiovisual (TA): 01 (um); Técnico em Telecomunicações (TT): 01 (um). A distribuição dos cargos pelo IFSC é apresentada no Quadro 97.

Quadro 97 - Distribuição do quadro de TI

	REI	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CON	GPB
ATI	15	1			1	1	4	1	
TTI	2	2	2	3	2	2	5	1	2
TLI							1		1
AA							2		
TA									1
TT							1		
	GAS	ITJ	JAR	JGW	JOI	LGS	PHB	SCL	SJE
ATI	1		1		1	1			1
TTI	1	2	2	2	3	1	2		1
TLI					2				1
AA				1	1				
TA									
TT									
	SLO	SMO	TUB	URU	XXE				
ATI		1							
TTI		2	1	1	2				
TLI									
AA									
TA									
TT									

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC

**f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

Em 2015 foi implantado uma ferramenta de *helpdesk* e gerenciamento de serviços de TI com alinhamento ao ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*) chamada OTRS (*Open-source Ticket Request System*) em substituição a ferramenta anterior chamada RT (*Request Tracker*). Essa ferramenta está sendo utilizada pela reitoria e alguns câmpus, com data final de adesão para abril/2016 quando será desativada a ferramenta RT. O objetivo do uso do OTRS é a implantação de processos de gerenciamento de TI que possam ser gerenciados pela ferramenta. Estamos iniciando a elaboração de processos de TI e a implementação de gerenciamento de alguns serviços de TI.

**g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão**

O Quadro 98 apresenta os projetos de TI desenvolvidos pelo IFSC.

Quadro 98 - Projetos desenvolvidos no período

Projetos	Resultados Esperados	Alinhamento PDI Iniciativas	Alinhamento PDTI Necessidades	Valores		Prazo Conclusão
				Orçados	Despendidos	
Implantação de módulos do SIG	Integração dos sistemas de gestão utilizados no IFSC.	C0203	N.1	R\$ 626.753,30	R\$ 626.753,30	Jan/2017
Sistema de Planejamento	Atender ao Planejamento Estratégico do IFSC e ao Plano Anual de Trabalho.	C0101	N.2	R\$ 0*	R\$ 0*	Concluído
Portal guia de cursos	Ter uma plataforma de acesso as informações sobre os cursos do IFSC.	P0604	N.4	R\$ 0*	R\$ 0*	Concluído
Sistema de chamados	Atendimento de helpdesk e implantação de processos de gerenciamento de TI	C0101	N.13	R\$ 0*	R\$ 0*	Concluído
Portais WEB	Unificar todos os portais do IFSC em uma mesma plataforma.	C0107	N.21	R\$ 1.546.150,00	R\$ 375.900,00	Set/2016
Implantação de VLANs em todos os	Ter soluções de controle de acesso baseado em	P1101	N.10	R\$ 0*	R\$ 0*	Jun/2016

câmpus	atributos do usuário diminuindo problemas de segurança da rede.					
Disco Virtual	Disponibilização de área para armazenamento de dados aos servidores do IFSC e disponibilização de página web para docentes.	C0101	N.7	R\$ 0*	R\$ 0*	Concluído Nov/2015
Enlace redundante para a reitoria	Ter um segundo caminho de conexão evitando interrupção dos serviços e sistemas disponíveis.	C0205	N.9	R\$ 7.890,00	R\$ 7.890,00	Concluído
Implantação do IPv6 na reitoria e nos Câmpus	Adequação a mudança de IPV4 para IPV6.	P1101	N.20	R\$ 0*	R\$ 0*	Ago/2016
Replicação dos dados da reitoria no datacenter da EaD	Manter a disponibilidade de serviços e sistemas no mesmo com problemas estruturais na reitoria (energia elétrica, enlaces, etc.)	C0205	N.22	R\$ 0*	R\$ 0*	Ago/2016
Sistema de monitoramento dos serviços e sistemas de TI	Monitoramento de equipamentos e enlaces mitigando o número de incidentes.	C0101	N.24	R\$ 0*	R\$ 0*	Concluído
Sistema para inventário de software e hardware	Conhecimento de hardware e software da instituição.	C0101	N.50	R\$ 0*	R\$ 0*	Concluído

\* Desenvolvimento pela equipe de TI do IFSC

Fonte - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC

## **h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

O IFSC possui o contrato 66/2013 que diz respeito ao Sistema Integrado de Gestão - SIG. De acordo com o contrato a empresa deve realizar a transferência de conhecimento conforme explicitado no Quadro 99.



Quadro 99 - Transferência de conhecimento do SIG

ITEM	FORMA DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO
Instalação dos Sistemas.	Relatório de atividades e configuração de ambientes.
Apoio à implantação dos módulos dos sistemas SIGAdmin, SIPAC, SIGRH e SIGAA.	Roteiros para validação, documento com coletas de informações e relatório de implantação.
Sustentação dos sistemas SIGAdmin, SIPAC, SIGRH e SIGAA em produção.	Relatório com as atividades realizadas.
Personalização, desenvolvimento de novas funcionalidades e migração de dados.	Relatório de atividades
Apoio negocial	Relatório de atividades

Fonte - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC

Os demais serviços contratados pelo IFSC não incluem transferência de conhecimento.

#### 6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As ações de gestão da sustentabilidade no IFSC são desenvolvidas por meio do Programa IFSC Sustentável. O objetivo geral do Programa é propor e sistematizar a prática de ações voltadas ao desenvolvimento de uma cultura para a sustentabilidade, possibilitando melhorias contínuas no funcionamento institucional.

Como sinal do compromisso institucional com a promoção de uma cultura antidesperdício e de utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos, o IFSC é signatário da A3P, conforme termo de adesão Publicado no DOU de 01.10.2015.

A seção do IFSC Sustentável disponível sítio oficial do IFSC (<http://www.ifsc.edu.br/ifsc-sustentavel-inicio>) traz uma série de informações sobre as estratégias de atuação e desenvolvimento da gestão da sustentabilidade institucional.

O IFSC designou uma comissão para implementação do Plano de Gestão de Logística Sustentável. Os servidores que fazem parte da comissão são Ana Paula Aparecida Duarte Sousa, Felipe Cintra Nunes Braga, Graciane Regina Pereira, Rafael Antônio Zanin, Rafael Schmitz e Simone Czarnobai. O relatório do primeiro ano de implementação do PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável, período que se completará no mês de fevereiro de 2016, estará publicado no sítio até o final do mês de março do mesmo ano.

Antecipadamente, destacamos que acerca do cumprimento do Decreto 7.746/2012, em atendimento ao previsto no Subprograma Contratações Inteligentes do PLS, a Assessoria de Projetos Especiais tem elaborado “Levantamento de possibilidades de alteração/inclusão” de materiais e requisitos, com vias a viabilizar compras públicas mais sustentáveis. Também para as obras planejadas foram encaminhadas uma série de alternativas de técnicas/materiais que confirmam às novas edificações uma maior eficiência no aproveitamento dos recursos naturais.

Em relação ao aspecto da separação de resíduos recicláveis e destinação em conformidade com o Decreto 5.940/2006 o IFSC vem implantando sua padronização dos residuários, conforme previsto no Subprograma Destino Certo do PLS. Sobre a destinação final, em cidades nas quais a Prefeitura disponibiliza o serviço de coleta seletiva destinada às cooperativas já ocorre essa destinação, no entanto, atualmente, nas cidades menores nas quais o IFSC está instalado existe grande dificuldade de encaminhamento dos materiais haja vista a inexistência de cooperativas e/ou

limitações quanto aos materiais aceitos em virtude do interesse econômico. A FECAM (Federação Catarinense de Municípios) reconhece o problema e vêm trabalhando para o devido atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Como forma de encaminhar solução definitiva para a questão está em fase final de elaboração uma licitação para contratação de empresa especializada que viabilize a destinação adequada, mesmo nos municípios que não contem com atendimento público para a questão.

A implementação de ações em prol da sustentabilidade é um trabalho gradual e bastante complexo, sobretudo no contexto de uma instituição presente em 22 diferentes endereços. Todavia, nos últimos 2 anos, avanços representativos ocorreram.

O Quadro 100 apresenta mais alguns aspectos da Gestão Sustentável do IFSC.

Quadro 100 - Aspectos da gestão ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	<a href="http://goo.gl/Tbn1Wc">http://goo.gl/Tbn1Wc</a>	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		

Fonte - Assessoria de Projetos Especiais

## 7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES DO TCU

No ano de 2015 foram emitidos 44 acórdãos do TCU onde o IFSC foi a unidade interessada. Foram 7 acórdãos relacionados à aposentadoria, 32 relacionados aos atos de admissão, 2 de representação e 1 acórdão de cada para assuntos de pensão civil, reexame e prestação de contas.

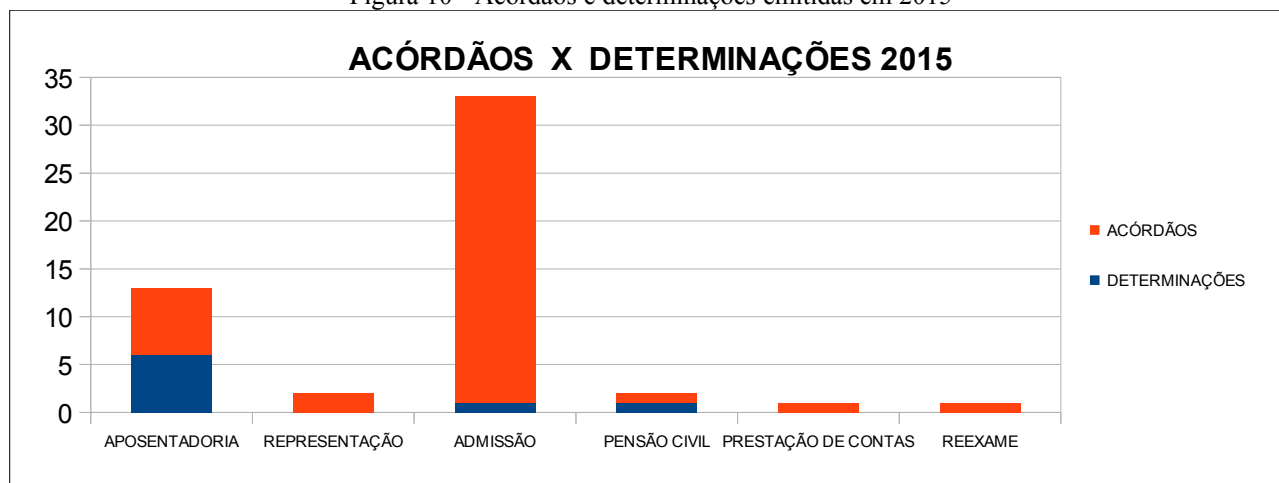
O acórdão 2793 da segunda câmara que trata de prestação de contas refere-se ao arquivamento do processo de prestação de contas do exercício de 2011 dando aos gestores responsáveis a quitação plena.

O acórdão 3743 da mesma câmara, que trata de pensão civil reitera determinação do acórdão 6937/2013 que foi atendido pelo IFSC e respondido no ofício 1537/2015-Reitoria/IFSC.

Nos acórdãos relacionados a aposentadoria foram emitidas 6 determinações, integralmente atendidas pelo IFSC e nos 32 acórdãos referentes aos atos de admissão de pessoal foi emitida apenas uma determinação, integralmente atendida pelo IFSC. Nos demais acórdãos, não houve recomendação ou determinação.

Abaixo apresentamos a figura 10 com os acórdãos e determinações emitidas em 2015 tendo como unidade interessada o IFSC.

Figura 10 - Acórdãos e determinações emitidas em 2015



Fonte: Unidade de Auditoria Interna

O acompanhamento das deliberações do tribunal é realizado pela assessoria técnica que fica lotada no gabinete da reitoria. Ao tomar conhecimento das deliberações do TCU, a Assessoria Técnica em conjunto com a área objeto do acórdão, buscam o cumprimento imediato da determinação. O acompanhamento não é realizado de forma sistemática por meio de sistema informatizado, no entanto anualmente, a Unidade de Auditoria Interna prevê um trabalho de monitoramento das determinações do TCU em conjunto com as recomendações da CGU.

Por fim, informa-se que não há determinações ou recomendações pendentes feitas em acórdãos do TCU decorrente do julgamento de contas anuais em exercícios anteriores.

### 7.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina tem como órgão de controle interno vinculado a Controladoria-Geral da União - CGU.

Em virtude do ano de 2014, o IFSC não ter tido suas contas julgadas pelo TCU, não houve por parte da CGU a auditoria anual de contas que geralmente resulta em várias recomendações.

No ano de 2015, a CGU realizou três auditorias de acompanhamento da gestão sendo que duas foram concluídas e uma estava em fase de campo no dia 31/12/2015.

A primeira ocorreu no mês de janeiro de 2015 em atendimento a Ordem de Serviço nº 201411670, e teve como escopo avaliar a atuação da UNAI e o cumprimento do PAINT/2014. Os trabalhos foram realizados na Sede da Controladoria Regional da União em Santa Catarina, com visita à área de trabalho da Auditoria Interna do IFSC, no período de 09/12/14 a 30/01/15, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho, qual seja, 01/01/2014 a 31/12/2014.

O relatório final não gerou recomendações uma vez que a conclusão dos trabalhos não evidenciou inconformidades quanto ao cumprimento do PAINT 2014 pela unidade de Auditoria Interna do IFSC.

A segunda atuação da CGU no IFSC foi em atendimento a ordem de Serviço nº201412045 que após cruzamentos de dados oriundos de diversos sistemas do governo federal, identificou inconsistências nos registros da folha de pessoal do IFSC, tendo sido disponibilizadas para pronunciamento, acertos e/ou justificativas por parte da SFA/SC em 10/09/2014, via Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal, desenvolvido pela CGU.

O relatório 201212045 apresentou apenas uma constatação de que a UPAG não havia apresentado resposta para nenhuma das 49 inconsistências apresentadas no Sistema de Trilha de Pessoal. A recomendação foi no sentido de que a UPAG adote medidas corretivas com vistas a elidir tal constatação. A recomendação foi prontamente atendida, sendo respondida as 49 inconsistências e criado rotina de acompanhamento do Sistema de Trilha de Pessoal.

A terceira e última atuação da CGU foi em atendimento a ordem de serviço nº 201503835, e como já citado, está em andamento, seu objetivo principal é avaliar os controles na área de ensino, principalmente o cumprimento da carga horária de docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, cabe esclarecer que a instituição não conta com um sistema informatizado para acompanhamento das recomendações, tão pouco existe uma área ou até mesmo servidor formalmente designado para monitorar as recomendações. O acompanhamento é realizado por meio de planilhas pela Auditoria Interna em conjunto com a Diretoria Executiva que, de tempos em tempos, solicita informações sobre o andamento das recomendações aos setores responsáveis pela implementação.

### 7.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIOO

As Assessorias Executiva/Técnica informaram que houve a abertura de apenas um processo, que foi enviado à Procuradoria-Geral Federal PGF, para verificação da inscrição em dívida.

### 7.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Considerando os problemas ocorridos no ano de 2015, no que se refere aos repasses financeiros, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina teve problemas em cumprir o disposto na lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Por interesse público, com o objetivo de manter o funcionamento da Instituição sem prejuízo das atividades pedagógicas, foi priorizado o pagamento dos contratos continuados de energia elétrica, fornecimento de água, limpeza e conservação, segurança e vigilância, e demais. Além disso, considerando a situação de vulnerabilidade dos alunos do Instituto, também foi priorizado o pagamento das bolsas de assistência estudantil.

No entanto, como os repasses financeiros não foram disponibilizados na totalidade das necessidades, o pagamento de fornecedores, em geral, ficou prejudicado. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

## 7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

**a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação.**

Trinta e dois contratos foram submetidos a análise contábil, em cumprimento aos termos do Ofício - circular AECI/GM-MEC/nº 002/2014 e em cumprimento ao item 9.2.3 do Acórdão nº 2859/2013 - TCU que versa sobre a obrigatoriedade da revisão dos contratos firmados com Empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior. Os contratos remetidos a Coordenadoria de Contabilidade enquadravam-se nas hipóteses do Art. 7º da lei 12.546/2011.

**b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.**

Dos 32 contratos analisados em 8 deles houve a emissão de GRU para o recolhimento de valores pagos a maior em contratos já encerrados, e emissão de termo de supressão em contratos em andamento. Cabe esclarecer também que os contratos foram submetidos a análise jurídica da PGF/AGU, para análise da legalidade do Parecer Técnico Contábil referente à desoneração decorrente do Plano Brasil Maior.

**c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.**

Quadro 101 - Detalhamento dos contratos

Contrato	Nome do contratado	CNPJ	Unidade contratante	Objeto	Valor original	Valor economizado	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
01/2013	Construtora LG LTDA	04.363.882/0001-00	Câmpus Garopaba	Art. 7º, IV - Construção do Câmpus Garopaba	R\$ 6.186.347,87	-	16/01/13	10/07/14	Não cabe desoneração
016/2013	Dimenzo Engenharia LTDA	02.084.677/0001-80	Câmpus São Carlos	Art. 7º, IV - Construção do câmpus São Carlos	R\$ 60.697,01	-	27/07/13	27/07/15	Não cabe desoneração
177/2012	Camilo & Ghisi LTDA	00.070.414/0001-97	Câmpus Araranguá	Art. 7º, IV - Construção dos Blocos IV e V do câmpus Araranguá	R\$ 3.222.220,35	-	07/01/13	03/12/13	Não cabe desoneração
178/2012	Mundial Serviços	10.738.687/0001-10	Câmpus Florianópolis	Art. 7º, IV - Reforma	R\$ 320.000,00	R\$ 836,67	07/01/13	04/10/13	GRU paga - contrato já

Contrato	Nome do contratado	CNPJ	Unidade contratante	Objeto	Valor original	Valor economizado	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
	LTDA - EPP		olis	do Ginásio do Câmpus Florianópolis					encerrado
074/2013	Carlessi Engenharia Comércio e Construção LTDA	79.682.852/0001-66	Câmpus Tubarão	Art. 7º, IV - Construção do câmpus Tubarão	R\$ 3.002.865,24	-	19/07/13	19/10/14	Não cabe desoneração
065/2013	Vilson Altivo Torres Fenner - EPP	75.222.836/0001-30	Câmpus Caçador	Art. 7º, IV - Construção dos Bloco II do câmpus Caçador	R\$ 7.298.500,00	R\$ 219.035,11	18/07/13	18/01/15	Tramitação judicial
136/2013	Endeal Engenharia e Construções LTDA	03.430.585/0001-78	Câmpus Florianópolis-Continent e	Art. 7º, IV - Reforma do Câmpus Florianópolis-Continent e	R\$ 7.110.331,62	-	25/10/15	19/10/16	Não cabe desoneração
137/2013	Sifra Construtora e Incorporadora LTDA	05.927.226/0001-56	Câmpus Jaraguá do Sul	Art. 7º, IV - Reforma do Câmpus Jaraguá do Sul	R\$ 184.002,00	R\$ 6.513,35	04/11/13	03/05/14	GRU paga - contrato já encerrado
142/2013	Cepenge Engenharia LTDA EPP	03.064.330/0001-39	Reitoria	Art. 7º, IV - Restruturação da rede, instalações elétricas	R\$ 94.330,00	-	06/04/14	26/04/14	Não cabe desoneração
144/2013	Tecnoponto LTDA EPP	00.897.750/0001-08	Araranguá	Art. 7º, IV -Instalação do sistema de exaustão do Câmpus Araranguá	R\$ 104.100,00	-	06/01/14	07/06/14	Não cabe desoneração
147/2013	Camilo & Ghisi LTDA	00.070.414/0001-97	Urupema	Art. 7º, IV - Construção dos Bloco II do câmpus Urupema	R\$ 4.965.513,15	R\$ 135.648,35	09/12/13	04/03/15	Tramitação judicial
148/2013	Dimenzo Engenharia LTDA - EPP	02.846.677/0001-80	Chapecó	Art. 7º, IV - Construção da Portaria, Muro, cercas e iluminação externa do	R\$ 417.023,76	R\$ 13.815,39	09/12/13	08/05/14	Descontado na nota, autorizado em 23/06/2014

Contrato	Nome do contratado	CNPJ	Unidade contratante	Objeto	Valor original	Valor economizado	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
				câmpus Chapecó					
149/2013	Siqueira e Souza LTDA EPP	00.960.027/0001-26	Florianópolis	Art. 7º, IV - Cabeamento estruturado do bloco central do Câmpus Florianópolis	R\$ 542.264,67	R\$ 8.250,40	09/12/13	05/09/14	Termo aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro emitido em 25/06/2014
150/2013	RS Ar-condicionado LTDA	05.956.725/0002-52	Florianópolis	Art. 7º, IV - Climatização do Câmpus Florianópolis	R\$ 1.297.556,65	-	09/12/13	05/09/14	Desoneração desvantajosa
151/2013	Suprema Engenharia Elétrica LTDA	02.270.918/0001-86	Florianópolis	Art. 7º, IV - Instalações elétricas Bloco Central do Câmpus Florianópolis	R\$ 301.718,57	R\$ 1.014,16	09/12/13	08/05/14	GRU paga - contrato já encerrado
152/2013	Interact Solutions LTDA EPP	03.339.370/0001-46	Joinville	Art. 7º, I - Suporte e manutenção do software Sistema AS Câmpus Joinville	R\$ 96.258,72	-	16/12/13	16/12/14	Não cabe desoneração
005/2014	Dimenzo Engenharia LTDA - EPP	02.084.677/0001-80	São Carlos	Art. 7º, IV - Urbanização do Câmpus São Carlos	R\$ 2.534.415,34	R\$ 54.350,49	20/02/14	16/08/14	Termo aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro emitido em 14/07/2014
046/2013	Inside System Informática LTDA	37.135.779/0001-62	Reitoria	Art. 7º, I - Suporte e manutenção do software Forms and Reports	R\$ 182.617,00	-	12/06/13	16/06/14	Não cabe desoneração
014/2012	Opencad Advanced Technology Comércio e Serviços LTDA	60.455.193/0001-05	Joinville, São José, Criciúma e Itajaí	Art. 7º, I - Licença do software MatLab e Simulink	R\$ 40.754,00	-	28/01/12	27/01/15	Não cabe desoneração

Contrato	Nome do contratado	CNPJ	Unidade contratante	Objeto	Valor original	Valor economizado	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
028/2013	NP Eventos e Serviços LTDA	07.797.967/0001-95	Reitoria	Art. 7º, I - serviço de acesso do Banco de preço	R\$ 63.920,00	-	25/02/13	25/02/15	Não cabe desoneração
038/2013	SKA Automação de Engenharias LTDA	81.329.823/0001-67	Reitoria	Art. 7º, parágrafo 2º - Aquisição de licenças do software SolidWorks	R\$ 22.255,00	-	22/05/13	22/05/14	Não cabe desoneração
039/2013	SKA Automação de Engenharias LTDA	81.329.823/0001-67	Reitoria	Art. 7º, parágrafo 2º - Aquisição de licenças do software SolidWorks	R\$ 18.222,00	-	22/05/13	22/05/14	Não cabe desoneração
096/2012	Fundação Arthur Bernardes (FUBABRE)	20.320.503/0001-51	Reitoria	Art. 7º, I - Serviço de liberação de acesso ao Sistema Financiar	R\$ 16.393,27	-	03/09/12	03/09/14	Não cabe desoneração
181/2011	Voxy-SC LTDA	08.600.952/0001-58	Florianópolis-Continent e	Art. 7º, parágrafo 2º - Atualização e manutenção do software Misterchef	R\$ 9.591,00	-	21/12/11	20/12/14	Não cabe desoneração
183/2012	SKA Automação de Engenharias LTDA	81.329.823/0001-67	Reitoria	Art. 7º, parágrafo 2º - Aquisição de Licença do software <i>SolidWorks</i>	R\$ 22.255,00	-	22/01/13	22/05/14	Não cabe desoneração
186/2011	Primasoft Informática LTDA	69.112.514/0001-35	Reitoria	Art. 7º, parágrafo 2º - Aquisição de Licença do software Sistema Sophia	R\$ 35.745,60	-	24/01/12	26/12/14	Não cabe desoneração
066/2013	SIG Software & Consultoria	13.406.686/0001-67	Reitoria	Art. 7º, I - Aquisição, instalação,	R\$ 42.475,00	-	10/07/13	08/07/14	Não cabe desoneração



Contrato	Nome do contratado	CNPJ	Unidade contratante	Objeto	Valor original	Valor economizado	Início do contrato	Fim da vigência	Providência
	em Tecnologia da Informação LTDA			adequação e monitoramento do Sistema de Gestão da Informação					
085/2013	Audaces Automação e Informática Industrial LTDA	85.236.743/0001-18	Araranguá, Caçador, Gaspar e Jaraguá do Sul.	Art. 7º, parágrafo 2º - Serviço de suporte e atualização do software CAD	R\$ 20.160,00	-	15/08/13	15/08/14	Não cabe desoneração
109/2013	G&G Automação LTDA	11.767.097/0001-89	Xanxerê e Geraldo Werninghaus	Art. 7º, parágrafo 2º - Instalação do software Simulador CNC	R\$ 119.199,47	-	02/09/13	02/09/14	Não cabe desoneração
157/2013	Anacon Eletrônica LTDA	64.772.163/0001-75	Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Geraldo Werninghaus, São José	Art. 7º, parágrafo 2º - Aquisição de Licença e suporte técnico do <i>software Protheus</i>	R\$ 249.958,80	-	22/12/13	23/12/14	Não cabe desoneração
081/2012	Rei Engenharia	07.277.570/0001-72	Araranguá	Art. 7º, IV - Construção dos Blocos VI do campus Araranguá	R\$ 1.455.446,36	-	13/07/12	20/09/13	Não cabe desoneração
141/2013	EMSERV - Empresa de serviços de segurança eletrônica LTDA ME	10.535.063/0001-04	Gaspar	Art. 7º, IV - Alimentação elétrica de ar-condicionado	R\$ 117.998,00	-	18/11/13	16/02/14	Não cabe desoneração

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

## 7.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

O Quadro 102 apresenta as despesas sobre ações de publicidade e propaganda.

Quadro 102 - Despesas com publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	20RL	R\$528.806,66	R\$231.807,36
Legal	20RL	R\$296.618,34	R\$162.683,74
Mercadológica	20RL	R\$3.975,04	0,00
Utilidade pública	20RL	R\$ 666.651,78	R\$ 666.651,78
Fonte - Diretoria de Administração/Diretoria de Comunicação			

## **8 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE**

### **8.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

#### **DECLARAÇÃO**

Eu, Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa, CPF nº 784.610.060-20, Chefe do Departamento de Contratos, exercido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece a LDO 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 15 de dezembro de 2015.

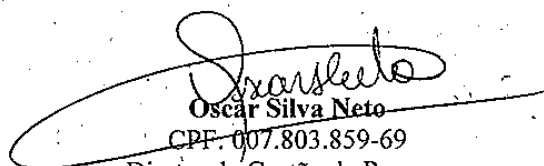
**Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa**  
**CPF: 784.610.060-20**  
**Chefe do Departamento de Contratos do IFSC**

### **8.2 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES**

#### **DECLARAÇÃO**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2016.

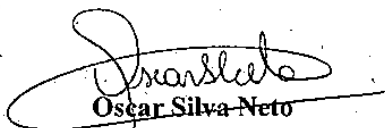
  
**Oscar Silva Neto**  
**CPF: 007.803.859-69**  
**Diretor de Gestão de Pessoas**  
**Instituto Federal de Santa Catarina**

### 8.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

#### DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Diretoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2016.



Oscar Silva Neto  
CPF: 007.803.859-69

Diretor de Gestão de Pessoas  
Instituto Federal de Santa Catarina

### 8.4 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A Unidade Prestadora de contas não mantém registros no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.

### 8.5 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Conformidade Contábil está sendo registrada mensalmente, apontando as inconsistências sobre os atos e fatos relacionados a seguir: Falta e ou atraso de remessa do RMA e RMB que deveriam ser encaminhadas mensalmente ao Departamento de Orçamento e Finanças, obedecendo o calendário de fechamento mensal do SIAFI 2015; Diferenças apresentadas mensalmente nos saldos das famílias e também nos livros de inventários; e a Depreciação dos bens não estão sendo lançadas mensalmente tanto os bens móveis quanto os imóveis.

8.6 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI

**Declaração do Contador com ressalva sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UPC)</b>			<b>Código da UG</b>
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA			158516
<p>Declaro, que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>a) Equação 642 Falta/Devolução Incompatível Dep. At. Imobiliz. Gerencial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>FLORIANÓPOLIS</b>	<b>Data</b>	<b>18/02/2016</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>FELIPE AMARAL DE SOUZA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>27757/O-8</b>

*Felipe Amaral de Souza*  
**Felipe Amaral de Souza**  
**CPF 004.578.679-81**  
**Contador-CRC/SC 027757/O-8**  
**IF-SC**

## 9 PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

### 9.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório tem como objetivo atender a Portaria - TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015, a Decisão Normativa TCU nº 147 de 11 de novembro de 2015, a Decisão Normativa nº 146 de 30 de setembro de 2015, a Instrução Normativa TCU nº 63 de 01 de setembro de 2010 e alterações, bem como os princípios que regem os aspectos de controle interno e da Administração Pública e as orientações do TCU para elaboração do Relatório e/ou Parecer da Unidade de Auditoria Interna e elaboração do Relatório de Gestão, disponibilizadas através do sistema E-Contas.

Observa-se que em conformidade com a Decisão Normativa TCU 147/2015, anexo I, os responsáveis pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina não terão as contas do exercício de 2015, julgadas pelo TCU, salvo se houver determinação do ministro-relator das contas da unidade para constituição de processo de contas do referido exercício para julgamento (§ 2º, art. 1º, IN TCU 147/2015)

### 9.2 ESTRUTURA E ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna - UNAI do IFSC está dividida em duas estruturas integradas: Auditoria Geral e Auditorias Regionais, conforme consta no Regimento Interno da UNAI, aprovado em 19/03/2012 (Portaria 368), disponível no sítio eletrônico: <http://www.ifsc.edu.br/menu-estrutura-org-unai>. Atualmente, o quadro de servidores da UNAI é composto por 06 auditores, sendo: 03 servidores lotados na Reitoria (Auditoria Geral) e 03 auditores lotados em cada uma das Auditorias Regionais (Norte, Sul e Oeste).

As auditorias regionais estão subordinadas diretamente a Auditoria Geral, as autorizações, avaliações e assinatura dos controles de frequência são realizados pelo auditor chefe. O pagamento de inscrições em cursos, bem como diárias e passagens são autorizados pelo auditor chefe e reitoria, com recursos da Reitoria.

Segundo as Normas Internacionais para Prática profissional da Auditoria Interna, definidas pelo IIA (*Institute of Internal Auditors*)<sup>3</sup> a independência da Unidade de Auditoria Interna pode ser definida pela “(...) imunidade quanto às condições que ameaçam a de atividade de auditoria interna de conduzir as responsabilidades de auditoria interna de maneira imparcial. Para atingir o grau de independência necessário para conduzir eficazmente as responsabilidades da atividade de auditoria interna, o executivo-chefe de auditoria interna tem acesso direto e irrestrito à alta administração e ao conselho. Isto pode ser alcançado através de um relacionamento de duplo reporte. As ameaças à independência devem ser gerenciadas nos níveis do auditor individual, do trabalho de auditoria, funcional e organizacional”

Considerando as normas internacionais, observa-se que a auditoria interna do IFSC possui grau elevado de independência, uma vez que, conforme o Regimento Interno da Auditoria Interna, estabelece-se:

Art. 17 - Os diretores de departamentos da Reitoria e os Diretores - Gerais deverão proporcionar aos auditores amplas condições de trabalho e irrestrita colaboração, permitindo-lhes livre acesso a informações, dependências, instalações, bens, títulos, documentos e valores.

Além disso, a auditoria interna encontra-se vinculada ao Conselho Superior, órgão máximo da Instituição que aprecia anualmente o PAINT e o RAINTE além da nomeação e exoneração do auditor-chefe.

Contudo, embora a unidade de auditoria interna conte com grau elevado de independência em seus trabalhos, por tratar-se de uma auditoria interna (grifo nosso), fica submetida aos regramentos

3 Texto extraído das Normas Internacionais, traduzidos pelo IIA e disponível no site: [http://www.iiabrasil.org.br/new/images/down/IPPF2011/IPPF\\_Normas\\_01\\_11.pdf](http://www.iiabrasil.org.br/new/images/down/IPPF2011/IPPF_Normas_01_11.pdf)

internos e às restrições orçamentárias, o que, em alguns casos, dificulta algumas ações planejadas, principalmente as de capacitação.

### 9.3 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO IFSC

O IFSC possui objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015 - 2019, no entanto, não há uma gestão sistemática de riscos de forma a minimizá-los, considerando os processos relevantes para a Instituição

A Unidade de Auditoria Interna, considerando os trabalhos realizados no exercício de 2015, observou que o IFSC possui um ambiente interno pautado na importância dos controles internos e possui boas práticas relacionadas ao tema.

Contudo, diante da pluralidade de câmpus e servidores envolvidos, alguns processos que embora tenham rito formalizado pela reitoria, são desenvolvidos de forma distinta por alguns câmpus, o que sugere que os controles internos devem ser fortalecidos de forma a cumprir os objetivos e manter a identidade Institucional.

### 9.4 MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

A Instituição não mantém uma rotina de acompanhamento e implementação das recomendações da auditoria interna. Em geral, após a emissão do relatório de auditoria, os dirigentes encaminham as demandas aos setores responsáveis pela implementação, que nas situações mais específicas atendem de imediato e nas situações onde envolvem colegiados e decisões mais complexas, as recomendações tendem a demorar para serem implementadas ou então a gestão assume o risco de não implementá-las.

A UNAI, por sua vez, também não dispõe de um sistema para monitoramento das recomendações. O trabalho é realizado por meio de planilhas eletrônicas, sendo que a periodicidade do monitoramento é semestral.

Contudo, recentemente foi adquirido um sistema integrado de gestão onde está previsto um módulo de auditoria, quem contém, dentre outras funcionalidades, o monitoramento de forma sistemática não só das recomendações da UNAI, mas também da CGU e do TCU. O módulo está previsto para implantação em 2016.

### 9.5 COMUNICAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

A via formal de comunicação dos trabalhos de auditoria interna são os **Relatórios de Auditoria**, os quais, no exercício de 2015, foram enviados à Magnífica Reitora, presidente do CONSUP, por meio de memorando eletrônico, onde é possível verificar a confirmação da leitura, além de ser enviado para o gestor responsável da área auditada para providências e encaminhamentos.

A certificação de que a alta gerência assume os riscos pela não implementação se dá de maneira tácita, ou seja, se ao realizar o monitoramento da recomendação o gestor não tenha ao menos iniciado algum procedimento que venha atender a recomendação, presume-se que ele assumiu o risco de não implementá-las.

Já nos trabalhos de auditoria que resultam em recomendações, onde o risco pela não implementação é considerado relevante, a Unidade de Auditoria apresenta o resumo dos trabalhos e os riscos pela não implementação das recomendações no Colegiado de Dirigentes - CODIR, que é um colegiado composto por todos os diretores de câmpus.

### 9.6 INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE EXECUÇÃO DO PAINT/2015

No PAINT/2015 foram programadas atividades de auditoria operacional nas seguintes áreas: Concessão de adicionais de Insalubridade, Periculosidade e Gratificação por Encargo de Curso e Concurso; Gestão de contratos de serviços terceirizados; progressões funcionais; Licitações e Departamento de Orçamento e Finanças. Também foram previstas, dentre outras atividades, discriminadas no Anexo I do PAINT/2015, a elaboração de Programas de Auditoria nas supracitadas áreas e respectivos Questionários de Avaliação dos Controles Internos - QACI's, bem como o Plano de Capacitação da equipe de auditores.

A seguir apresenta-se o Quadro 103 resumo das atividades previstas e realizadas pela UNAI em 2015:

Quadro 103 - Atividades previstas e realizadas pela UNAI

CONTROLE DE METAS - PAINT/2015 DO IFSC						
ATIVIDADE		PREVISTA NO PAINT		EXECUTADA		OBSERVAÇÃO
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1	Auditoria - Adicionais de Insalubridade/Periculosidade e GECC	x		x		Relatório nº 001/2015
2	Auditoria - Progressões Funcionais	x		x		Relatório nº 003/2015
3	Auditoria - Gestão de Contratos Terceirizados	x		x		Relatório nº 002/2015
4	Auditoria - Departamento de Orçamento e Finanças	x			x	A justificativa pela não realização decorre do fato de ter ocorrido um pedido de exoneração pelo servidor que possuía amplos conhecimentos na matéria a ser trabalhada além da greve que ocorreu na Instituição que durou mais de 90 dias.
5	Auditoria - Licitações	x		x		Relatório nº 004/2015. Este trabalho teve o escopo modificado em virtude da greve ocorrida na Instituição que prejudicou o andamento dos trabalhos.
6	Monitoramento das Recomendações	x		x		Foi emitida e OS 008/2015 e preenchida a planilha <i>Follow up</i> Relatório Simplificado 002/2015
7	Relatório de Gestão	x		x		Preenchimento das tabelas de recomendações TCU/CGU e UNAI
8	Acompanhamento de Auditorias da CGU e TCU	x		x		Foi acompanhado a equipe de auditores da CGU que estiveram em 2015 no IFSC bem como atualização do PPP da CGU.
9	Planejamentos/ Relatórios - UNAI	x		x		Elaboração do PAINT e RAINTE
10	Elaboração da Matriz de Atuação da UNAI	x		x		Matriz elaborada e adotada no PAINT/2016
11	Programa de Auditoria e QACI - Adicionais	x		x		Criado os QACI e documentos auxiliares
12	Programa de Auditoria e QACI - Contratos	x		x		Criado os QACI e documentos auxiliares

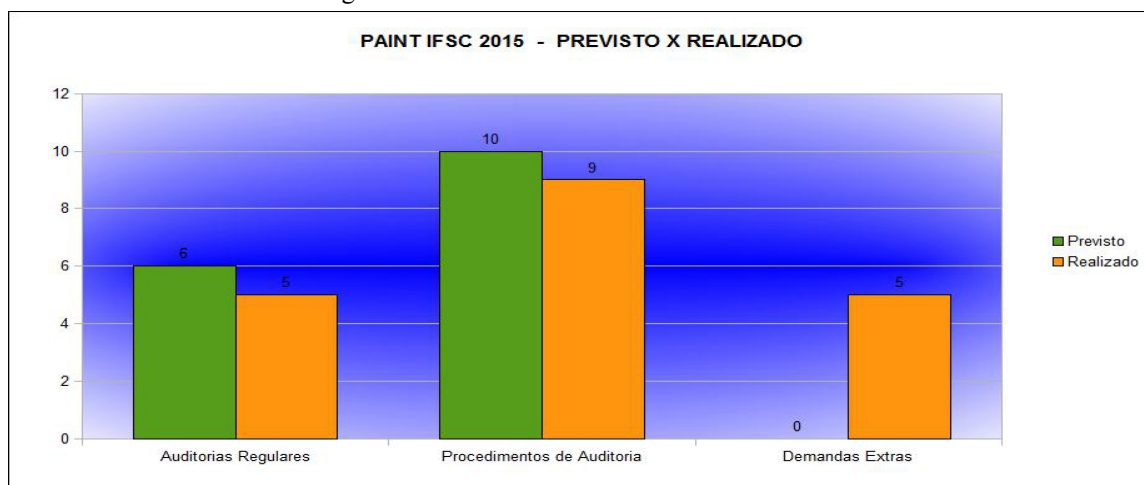


13	Programa de Auditoria e QACI - Progressões Funcionais	x		x		Criado os QACI e documentos auxiliares
14	Programa de Auditoria e QACI - Depat Orçamento e Finanças	x			x	Não foi realizado o trabalho de auditoria
15	Ações de Fortalecimento	x		x		Participações em reuniões de gestão e de colegiados apresentando o resultado dos trabalhos.
16	Capacitação da equipe	x		x		Participação em cursos conforme detalhamento no item 3.4.1
17	Denúncia recebida através da Ouvidoria-Geral do IFSC		x	x		Relatório Simplificado nº 001/2015
18	Demanda Recebida da PGF - Auditoria no Convênio IFSC X FEESC		x	x		Parecer Técnico 001/2015
19	Insalubridade câmpus São Miguel do Oeste - Demanda CONSUP		x	x		Parecer Técnico 002/2015
20	Demanda UNAI - Horas Extras câmpus Araranguá		x	x		Nota de Auditoria 001/2015
21	Denúncia recebida através da Ouvidoria-Geral do IFSC - câmpus São Carlos		x	x		Relatório Simplificado nº 003/2015

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

Abaixo é apresentado um gráfico com o resumo do previsto x realizado no PAINT/2015:

Figura 11 - Previsto x Realizado no PAINT 2015



Fonte: Unidade de Auditoria Interna

Por fim, destaca-se o volume financeiro auditado, de acordo com o escopo previsto no Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2015 e detalhado nos relatórios, um total R\$ 45.707.034,08 (quarenta e cinco milhões, setecentos e sete mil, trinta e quatro Reais e oito centavos), detalhado no quadro abaixo.

Quadro 104 - Valores Financeiros auditados

Documento de Origem	Programa/Ação	Recursos Auditados
Ordem de Serviço 001/2015	Adicional de Insalubridade/Periculosidade e GECC	R\$ 1.838.377,89
Ordem de Serviço 002/2015	Contratos de Serviços Terceirizados	R\$ 12.446.414,01
Ordem de Serviço	Convênio FEESC x IFSC	R\$ 1.643.720,00

004/2015		
Ordem de Serviço 007/2015	Incentivos e Progressões Funcionais	R\$ - Indefinido
Ordem de Serviço 010/2015	Licitações	R\$ 29.778.522,18
<b>TOTAL R\$</b>		<b>R\$ 45.707.034,08</b>

Fonte: Unidade de Auditoria Interna

## 9.7 PARECER

No decorrer de 2015, a UNAI avaliou os controles internos de maneira ampliada em quatro macroprocessos.

Na área de Gestão do suprimento de bens e serviços, analisou-se os processos de compras adquiridas na modalidade pregão eletrônico e ainda a gestão de contratos de serviços terceirizados e cessão de espaço físico, já na área de Gestão de Recursos Humanos analisou-se as concessões de adicionais de Insalubridade, periculosidade e gratificação por encargo de curso e concurso, e ainda os processos de progressão funcional de servidores Técnicos-Administrativos e docentes.

Nos trabalhos realizados no departamento de compras, a UNAI concluiu, com base em suas amostras e considerando o risco de auditoria, que, em relação ao cumprimento da legislação e a observância dos requisitos legais de formalização dos processos, o Departamento de Compras do IFSC vem observando a legislação e mantêm um bom nível de controles internos com vistas a mitigar os riscos de atingimento dos objetivos do setor.

Na mesma área, porém com atribuições e objetivos diferentes, foram analisados os controles internos referentes à gestão dos contratos de serviços continuados, da análise conclui-se que os controles internos do setor estão bem formalizados, o departamento de contratos tem criado rotinas e orientações que a UNAI reconhece estar um passo a frente de muitas outras instituições, no entanto, é preciso avançar, com o crescimento da Instituição, a capacitação e comprometimento dos fiscais deve ser constante de forma a uniformizar os procedimentos de cobrança, arquivamento e postura em situações semelhantes.

Já na área de Gestão de Recursos Humanos, a UNAI encontrou situações bem distintas, enquanto que nos processos de progressão funcional os controles internos se mostraram suficientes, os controles da área de concessão de adicional de insalubridade mostraram-se preocupantes, uma vez que existem normativos internos que fortalecem esses controles, a exemplo da IN nº 03/2011 Gabinete/IFSC e Resolução nº 25/2012/CS/IFSC, mas que não vêm sendo seguidos pela maioria dos gestores envolvidos.

Em relação a Insalubridade, a Instituição tomou algumas medidas efetivas, tais como a visita da engenheira de segurança do trabalho em todos os câmpus para atualizar o laudo técnico que declara se o ambiente é insalubre ou não. Com essa medida, muitos ambientes que antes eram declarados insalubres por similaridade perderam essa característica, resultando em menos custo para a instituição. Por outro lado, percebe-se que ainda falta um controle efetivo de acesso aos locais insalubres, como forma de garantir a habitualidade, o que gera direito ao pagamento do referido adicional.

Ante ao que foi exposto, somos favoráveis pela aprovação do relatório de gestão relativo ao exercício de 2015, estando o mesmo em condições de ser submetido ao Tribunal de Contas da União por intermédio do Sistema de Prestação de Contas (E-Contas).

## **10 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO**

Não há uma área de Correição institucionalmente configurada. As apurações dos ilícitos administrativos ocorridos em tese se dão conforme acima anteriormente.

Atualmente há dois processos administrativos em andamento:

- 23292.000277/2014-11 - Encontra-se em fase instrutória, com o processamento de incidente de sanidade mental, aguardando o pronunciamento da Junta Médica Oficial do SIASS acerca da impugnação apresentada ao seu laudo pelo Perito da Defesa.
- 23292.010115/2015-64 - Encontra-se em fase de finalização da instrução, com o interrogatório do acusado marcado para ocorrer.

Não há procedimento aberto para apuração de dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

## **11 RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE**

Não houve ocorrência no exercício.

## 12 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

Quadro 105 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Fundação de Apoio						
Nome: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU)						CNPJ: 83.476.911/0001-17
Projeto		Instrumento Contratual				
		Contrato				
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor Bruto
				Início	Fim	
1	2	23292.000170/2013-84	Cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FAPEU, com vistas a participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado "Laboratório de Tecnologia de Processos e Ciclos Termodinâmicos Avançados de Conversão de Energia", com recursos financeiros oriundos da Petrobras, execução a cargo da UFSC e com gestão administrativa e financeira da FAPEU, conforme Termo de Cooperação Nº 0050.0080593.12.9 celebrado entre a PETROBRAS, UFSC e FAPEU.	13/12/13	15/12/17	R\$ 95.293,44
2	5	23292.009452/2014-28	Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre IFSC, FAPEU e França Apratto Projetos Ltda ME que tem por objeto a execução do Projeto: "Pesquisa e Desenvolvimento de um Dispositivo Simulador da Prática de Surfe"	09/03/2015	09/03/2016	R\$ 41.106,53
					<b>Total</b>	<b>R\$ 136.399,97</b>

Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Quadro 106 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Fundação de Apoio							
Nome: Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC)						CNPJ: 83.476.911/0001-17	
Projeto		Instrumento Contratual					
		Contrato					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado
1	5	23292.000667/2012-11	Cooperação técnica e científica entre o IFSC, a UFSC e a FEESC, com vistas a participação de pesquisador do IFSC na execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado “Desenvolvimento de tecnologias de previsão de geração de energia elétrica para parques eólicos em operação”, aprovado pela ANEEL sob o número PD-0403-0020/2011 e regulado pelo Convênio 11.90475, estabelecido entre a UFSC, a FEESC e a Tractebel.	18/06/13	18/06/16	R\$ 54.000,00	
2	2	23292.000965/2012-10	Contrato de Cooperação técnica e administrativa entre FEESC e IFSC para o gerenciamento dos recursos administrativos e financeiros necessários para a execução do Projeto intitulado “Implantação de Laboratório Oficial para Análise de Resíduos e Contaminantes dos Recursos Pesqueiros”, firmado entre IFSC e Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, através da Portaria MPA nº 240, de 02 de outubro de 2012 e do Processo nº 00350.003235/2012-25	07/01/13	31/12/15	R\$ 1.359.000,00	R\$ 1.359.000,00
3	5	23292.000639/2013-85	Contrato entre Tractebel Energia S.A, UFSC, FEESC e IFSC à realização de pesquisas na área de geração de energia elétrica, visando à execução do projeto n.º PD-0403-0034/2013, denominado “Avaliação em campo de rendimento de motores de indução trifásicos” (doravante denominado “PROJETO”)	22/11/13	22/11/16	R\$ 340.780,00	
4	5	23292001373/2014-79	Acordo Técnico-Científico entre IFSC, FEESC e CDSA (Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A), visando à execução do projeto intitulado “Desenvolvimento Tecnológico em Geração Distribuída: Gerenciamento e Monitoração de uma Microgeração Solar”.	24/07/14	24/05/15	R\$ 51.012,00	
5	5	23292.000571/2013-34	Acordo de Cooperação Técnico-Científico entre IFSC, UFSC, FEESC e TRACTEBEL Energia S.A, visando à execução do projeto intitulado “Desenvolvimento e Implantação de Micro Redes Inteligentes – Estratégias de Controle para Integração de Sistemas e Gerenciamento de Energia”, aprovado pela ANEEL sob o número PD-0403-0017/2011 e regulado pelo Convênio 12.94527 entre TRACTEBEL, CERTI, UFSC, FEESC E Supplier.	30/10/14	15/10/15	R\$ 52.400,00	
				<b>Total</b>		<b>R\$ 1.857.192,00</b>	<b>R\$ 1.359.000,00</b>

Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

## 13 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

### 13.1 DADOS ACADÊMICOS

#### 13.1.1 Acervo Bibliográfico

Quadro 107 - Acervo Bibliográfico

Acervo Bibliográfico									
Câmpus	Área (m <sup>2</sup> ) <sup>3</sup>	Quantitativos							
		Títulos <sup>1</sup>		Exemplares <sup>1</sup>		Periódicos <sup>1</sup>		Empréstimos <sup>2</sup>	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015	Domiciliares	entre Bibliotecas
Araranguá	152,88	2318	2593	6655	6989	99	67	8530	
Caçador	120	930	968	2239	2361	250	23	611	
Canoinhas	330	911	1005	3917	3519	18	18	4207	
Chapecó	147	3250	3506	7970	8650	30	36	6426	
Criciúma	377,61	2624	2768	5722	6930	57	62	5424	
Florianópolis	864,13	13376	14025	35233	39003	287	6	25753	
Florianópolis-Cte	221,54	2247	2485	6975	7470	38	57	6276	
Garopaba	233,52	574	956	1298	1915	15	15	2159	
Gaspar	277,29	2570	2670	4360	6121	61	39	3881	
Itajaí	324	1267	1420	2971	3532	23	25	1508	
Jaraguá do Sul	258,9	3557	3772	6546	7348	17	15	5190	
Jaraguá do Sul-Rau	100	1079	1371	3258	3959	11	13	4988	
Joinville	66,24	3602	2819	7909	6231	287	19	5953	
Lages	305,72	1377	1976	3049	4398	20	20	3911	
Palhoça	324	794	1237	2158	3205	30	33	802	
São Carlos	45	0	213	0	560	0	0	21	
São José	258	5772	5828	10567	11032	28	28	5624	
São Lourenço do Oeste*	0	0	0	0	0	0	0	0	
São Miguel do Oeste	277,29	1485	2066	3025	4516	34	37	2145	
Tubarão	100	36	210	140	586	9	9	154	
Urupema	21,91	906	1352	1466	2383	39	23	750	
Xanxerê	61	569	1012	1718	3263	24	31	1595	

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

\* Nesse Câmpus ainda não houve instalação de Biblioteca.

\*\* Quantidade de títulos de periódicos. Ainda, o IFSC tem acesso ao Portal de Periódicos Capes

\*\*\* O SiBI/IFSC não disponibiliza o serviço de empréstimo entre bibliotecas.

### 13.1.2 Oferta formativa do IFSC

Quadro 108 - Oferta formativa do IFSC

Oferta Formativa do IFSC – exercício 2015												
Câmpus	Quantitativo de Cursos:											
	FIC		TÉCNICO					Graduação			Pós-Graduação	
	FIC (regular)	PROEJA-FIC	Integrado	Concomitante	Subsequente	PROEJA Concomitante	PROEJA Integrado	Bacharelado	Licenciatura	Superior de Tecnologia	Especialização	Mestrado
Araranguá	22	1	2	5	0	0	0	0	2	1	0	0
Caçador	31	0	0	5	0	0	0	0	0	0	1	0
Canoinhas	24	0	0	9	0	0	0	0	0	1	2	0
Chapecó	18	0	1	0	2	0	1	1	0	0	0	0
Criciúma	15	0	4	0	2	0	0	1	0	0	1	0
Florianópolis	15	0	5	0	15	0	0	4	0	7	6	1
Florianópolis-Cte	25	1	0	0	9	1	3	0	0	2	2	0
Garopaba	30	1	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Gaspar	16	0	3	3	1	0	0	0	0	1	0	0
Itajaí	24	1	1	2	4	0	0	1	0	0	3	0
Jaraguá do Sul	14	0	2	0	6	0	2	0	2	0	0	0
Jaraguá do Sul-Rau	4	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	0
Joinville	16	2	4	3	3	0	0	0	0	2	0	0
Lages	32	0	0	4	3	0	0	1	0	0	1	0
Palhoça	15	1	1	0	3	0	0	0	0	1	2	0
São Carlos	37	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
São José	17	0	4	0	4	0	0	1	3	2	0	0
São Lourenço do Oeste	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Miguel do Oeste	13	2	3	5	0	0	0	0	0	1	1	0
Tubarão	8	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0
Urupema	15	1	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0
Xanxerê	22	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0
Cerfead	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
EAD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>430</b>	<b>11</b>	<b>30</b>	<b>46</b>	<b>60</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>22</b>	<b>1</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino



### 13.1.3 PRONATEC Bolsa Formação

Quadro 109 - PRONATEC bolsa Formação

<b>PRONATEC</b>		
<b>Câmpus</b>	<b>Quantitativo:</b>	
	<b>Cursos Ofertados</b>	<b>Alunos contemplados</b>
<b>Araranguá</b>	12	272
<b>Caçador</b>	11	252
<b>Canoinhas</b>	16	498
<b>Chapecó</b>	15	368
<b>Criciúma</b>	7	223
<b>Florianópolis</b>	7	145
<b>Florianópolis-Cte</b>	13	232
<b>Garopaba</b>	7	109
<b>Gaspar</b>	5	112
<b>Itajaí</b>	4	166
<b>Jaraguá do Sul</b>	2	39
<b>Jaraguá do Sul-Rau</b>	1	20
<b>Joinville</b>	15	510
<b>Lages</b>	20	748
<b>Palhoça</b>	1	20
<b>São Carlos</b>	25	1039
<b>São José</b>	9	198
<b>São Lourenço do Oeste</b>	2	60
<b>São Miguel do Oeste</b>	9	252
<b>Tubarão</b>	4	90
<b>Urupema</b>	1	45
<b>Xanxerê</b>	10	239

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

### 13.1.4 Ações afirmativas do IFSC

Quadro 110 - Ações afirmativas do IFSC

<b>Dados das Ações Afirmativas no IFSC – exercício 2015</b>				
<b>Câmpus</b>	<b>Quantitativo</b>			
	<b>Vagas ofertadas</b>	<b>Alunos inscritos</b>		
		<b>Cor/Raça</b>	<b>Renda</b>	<b>Escola Pública</b>
<b>Araranguá</b>	168	36	110	168
<b>Caçador</b>	58	11	21	40
<b>Canoinhas</b>	173	36	99	137
<b>Chapecó</b>	184	47	104	165
<b>Criciúma</b>	136	25	78	143
<b>Florianópolis</b>	1035	136	410	806
<b>Florianópolis-Cte</b>	157	27	76	150
<b>Garopaba</b>	20	2	5	5
<b>Gaspar</b>	170	13	34	83
<b>Itajaí</b>	148	44	75	132
<b>Jaraguá do Sul</b>	227	31	59	113
<b>Jaraguá do Sul-Rau</b>	175	35	45	114
<b>Joinville</b>	257	43	128	240
<b>Lages</b>	275	65	137	190
<b>Palhoça</b>	80	14	50	81
<b>São Carlos</b>	20	2	6	14
<b>São José</b>	154	29	77	142
<b>São Lourenço do Oeste</b>	0	0	0	0
<b>São Miguel do Oeste</b>	57	7	24	34
<b>Tubarão</b>	95	16	47	72
<b>Urupema</b>	10	2	3	3
<b>Xanxerê</b>	60	18	42	58
<b>Cerfead</b>	0	0	0	0

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

\* Conforme dados do DEING não é possível quantificar quantos alunos foram contemplados com a reservas de vaga, apenas é possível saber para qual tipo de reserva de vaga o aluno se inscreveu podendo assim ter uma mesma inscrição nos três tipos de reservas de vagas

### 13.1.5 Programa mulheres SIM

O Quadro 111 sintetiza os dados referentes ao programa mulheres SIM no IFSC. O programa Mulheres Sim visa promover a valorização, economia criativa e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Quadro 111 - Programa Mulheres Sim

Dados do Programa Mulheres Sim					
Câmpus	Câmpus Ofertante <sup>1</sup>	Total de Cursos Ofertados	Total de Vagas Ofertadas	Total de Matrículas efetuidas	Total de Alunas Concluintes
Araranguá	Sim	1	25	25	20
Avançado São Lourenço do Oeste	Não				
Caçador	Sim	1	15	15	13
Canoinhas	Sim	1	30	30	30
Cerfead	Não				
Chapecó	Sim	1	25	17	13
Criciúma	Sim	1	30	30	17
Florianópolis	Sim	1	30	13	13
Florianópolis-Cte	Sim	1	30	0	0
Garopaba	Não				
Gaspar	Sim	1	30	22	22
Itajaí	Sim	1	30	30	20
Jaraguá do Sul	Não				
Jaraguá do Sul-Rau	Sim	1	30	0	0
Joinville	Sim	1	25	25	20
Lages	Sim	1	25	24	23
Palhoça	Não				
São Carlos	Não				
São José	Não				
São Miguel do Oeste	Sim	1	30	30	28
Tubarão	Sim	1	30	28	21
Urupema	Não				
Xanxerê	Não				

Fonte: Pró- Reitoria de Relações Externas

### 13.1.6 Dados da Extensão no IFSC

O Quadro 112 sintetiza as informações sobre os projetos de extensão no IFSC.

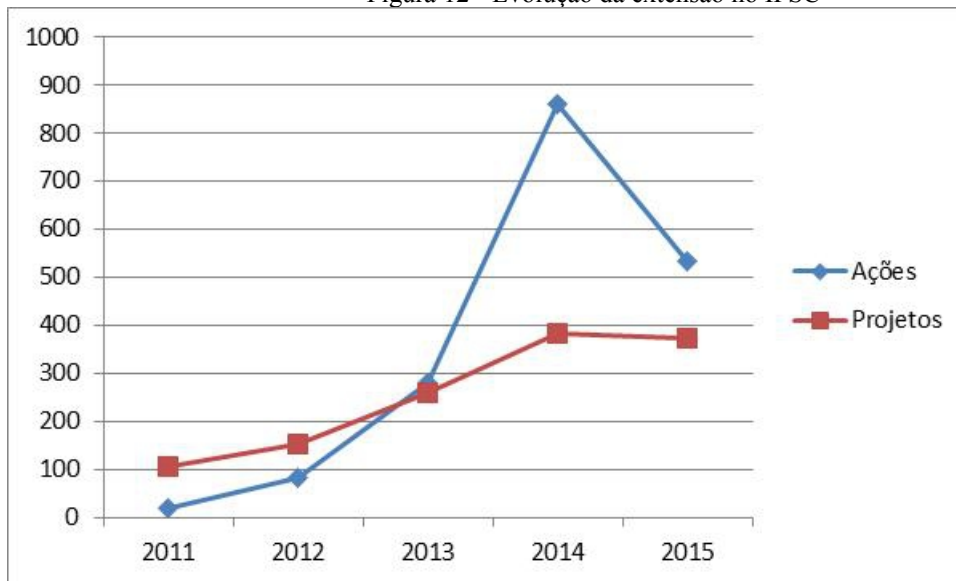
Quadro 112 - Projetos de Extensão no IFSC

Projetos de Extensão					
	Total de projetos com fomentos de editais do IFSC	Alunos contemplados com bolsas na reitoria	Alunos contemplados com bolsas nos câmpus	Total de projetos de fluxo contínuo	Total de projetos fomentados com recurso externo
Câmpus Araranguá	6	5	0	4	2
Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste	0	0	0	5	0
Câmpus Caçador	6	5	0	4	0
Câmpus Canoinhas	12	10	2	1	0
Cerfead	0	0	0	13	0
Câmpus Chapecó	1	3	1	0	1
Câmpus Criciúma	17	16	8	6	2
Câmpus Florianópolis	34	88	8	18	12
Câmpus Florianópolis-Continente	7	8	0	4	0
Câmpus Garopaba	4	4	0	8	1
Câmpus Gaspar	22	17	15	7	2
Câmpus Itajaí	14	12	0	3	2
Câmpus Jaraguá do Sul	6	28	3	9	0
Câmpus Jaraguá do Sul – Geraldo Werninghaus	1	1	1	1	0
Câmpus Joinville	7	6	1	8	0
Câmpus Lages	5	7	1	4	0
Câmpus Palhoça	4	4	0	4	1
Reitoria	1	2	0	3	1
Câmpus São Carlos	1	1	0	4	0
Câmpus São José	14	5	11	7	1
Câmpus São Miguel do Oeste	19	17	4	2	0
Câmpus Tubarão	2	1	0	2	0
Câmpus Urupema	7	7	0	5	0
Câmpus Xanxerê	1	1	0	6	0

Fonte: Pró-Reitoria de Relações Externas

A Figura 12 mostra a evolução da extensão no IFSC nos últimos cinco anos.

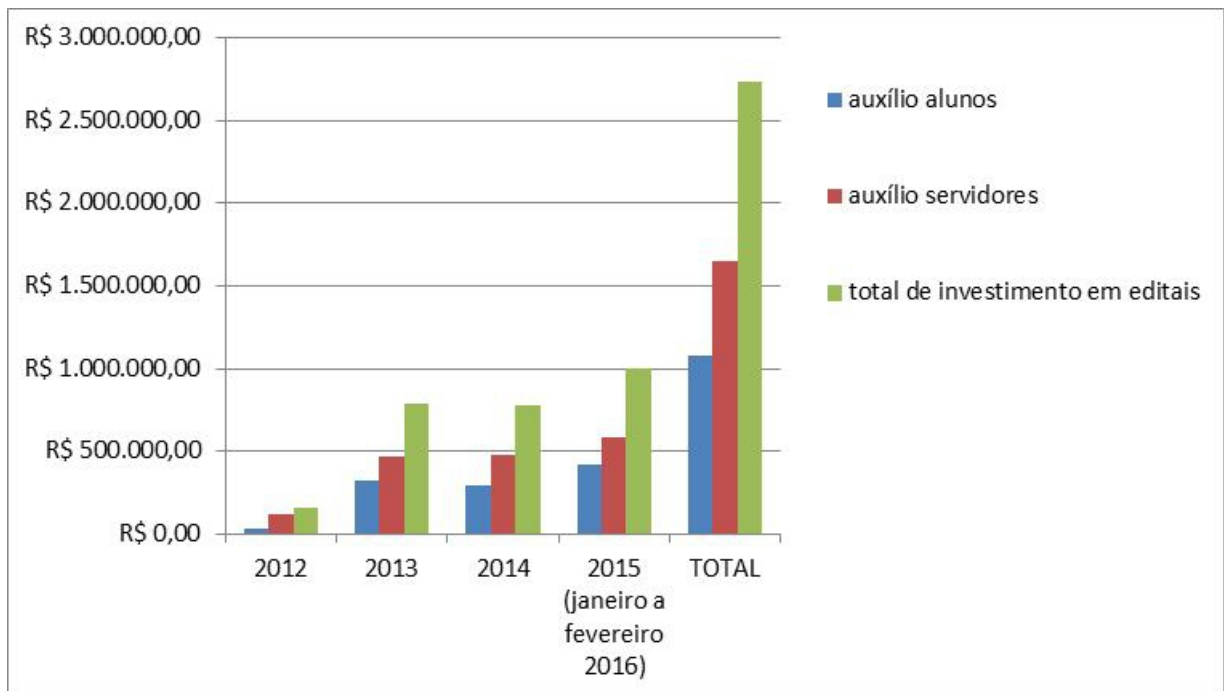
Figura 12 - Evolução da extensão no IFSC



Fonte: Pró-Reitoria de Relações Externas

Em 2015 a Diretoria de Extensão utilizou R\$ 1.004.189,00 em recursos financeiros institucionais para desenvolvimento de projetos de extensão fomentados por meio de editais e projetos institucionais. Foram lançados, em 2015, 12 editais. A Figura 13 apresenta os investimentos da PROEX em bolsas de alunos e coordenadores de projetos.

Figura 13 - Investimentos da PROEX em bolsas de alunos e coordenadores de projetos.



Fonte: Pró-Reitoria de Relações Externas

### 13.1.6 Oferta de bolsas de Pesquisa

Conforme demonstrado no Quadro 113, a PROPPi proporcionou a oferta de um total de 422 bolsas de pesquisa a alunos e servidores da instituição.

Quadro 113 - Oferta de bolsas de pesquisa no IFSC

Tipo de Bolsa	Quantitativo de Bolsa					
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014/2015	2015/2016
PIPCIT (Servidores)	20	77	50	52	50	49
PIPCIT (Alunos)	10	87	50	64	63	80
PIBITI (CNPq)	48	50	61	61	47	43
PIBIC (CNPq)	5	5	5	7	7	7
PIBIC Ações Afirmativas	5	5	5	5	5	5
PIBIC Ensino Médio	100	100	110	110	110	110
Prêmio Mérito Universitário Catarinense (PMUC)	6	6	-	-	-	
Carjós	2	2	2	-	-	
Propicie	20	14	-	8	9	33
Ciência sem Fronteiras*	-	-	28	49	45	45
Grupos de Pesquisa (Taxa de bancada/Projetos)**	-	-	12	18	19	14
Grupos de Pesquisa (Alunos)**	-	-	36	42	44	36
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>346</b>	<b>359</b>	<b>416</b>	<b>399</b>	<b>422</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

### 13.1.7 Quantitativo de grupos e projetos de pesquisa

O Quadro 114 apresenta o quantitativo de grupos e projetos de pesquisa discriminados por câmpus do IFSC.

Quadro 114 - Dados da pesquisa no IFSC

Dados da Pesquisa no IFSC				
Câmpus/Reitoria	Quantitativo:			
	2014	2015	2014	2015
	Quantidade de Grupos	Quantidade de Grupos	Quantidade de Projetos	Quantidade de Projetos
Araranguá	6	6	32	15
Caçador	3	3	2	2
Canoinhas	2	3	18	2
Chapecó	5	6	28	6
Criciúma	3	3	36	15
Florianópolis	27	38	110	31
Florianópolis-Cte	7	7	17	8
Garopaba	2	2	8	4
Gaspar	7	9	56	32
Itajaí	4	5	15	3
Jaraguá do Sul	4	3	22	1
Jaraguá do Sul-Rau	1	1	18	5
Joinville	9	7	34	13
Lages	3	3	14	13
Palhoça	2	6	5	1
São Carlos	0	0	0	0
São José	4	6	9	17
São Lourenço do Oeste	0	0	0	0
São Miguel do Oeste	2	4	11	3
Tubarão	0	0	0	0
Urupema	1	1	15	14

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação